

Sumário

APRESENTAÇÃO	3
I – ATRIBUIÇÕES E COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO	5
II – REUNIÕES E EVENTOS DIVERSOS	13
RELAÇÃO DESCRITIVA DAS REUNIÕES.....	16
AUDIÊNCIAS PÚBLICAS.....	24
SEMINÁRIO "OS DESAFIOS DA AVIAÇÃO CIVIL NO BRASIL"	91
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS RECURSOS PÚBLICOS – O PAPEL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS REGULADOS	97
I SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE MAIORIDADE PENAL – IMPACTOS SOCIAIS E FINANCEIROS DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL.....	101
PRÊMIO TRANSPARÊNCIA E FISCALIZAÇÃO PÚBLICA	105
OUTROS EVENTOS.....	108
III – TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES NA COMISSÃO	111
PROPOSIÇÕES APRECIADAS	117
IV – SUBCOMISSÕES	148
V – GRUPO DE TRABALHO DA TELEFONIA	151

APRESENTAÇÃO

Ao encerrarmos mais um ano de atividades, na condição de Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, registramos aqui o nosso profundo agradecimento aos membros da Comissão, por realizarmos um profícuo trabalho com a determinação necessária para vivenciar a história sendo feita.

Destaco os valorosos e incansáveis colaboradores, notadamente o Secretário da Comissão Luiz Paulo Pieri, a Consultoria de Orçamento, as assessorias parlamentares, e todos os servidores da CFFC, que muito contribuíram para a consecução dos trabalhos a cargo desta Comissão e garantiram o elevado nível de qualidade e periodicidade das nossas atividades num ano marcado por significativas e importantes decisões, com resultados positivos.

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realizou, nesta 3ª Sessão Legislativa, 71 reuniões, sendo 32 reuniões deliberativas, 35 reuniões de audiência pública, 2 seminários, 1 simpósio e 1 mesa redonda, além da Sessão Solene de entrega do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública 2013.

Na presente Sessão Legislativa, participaram das audiências públicas da Comissão onze Ministros de Estado: do Turismo, da Saúde, do Trabalho e Emprego, da Justiça, das Cidades, da Fazenda, das Relações Exteriores, do Gabinete de Segurança Institucional, da Secretaria de Aviação Civil, do Banco Central do Brasil e da Controladoria Geral da União.

A história de um país e de um povo é feita de fatos. É sobre eles que nós parlamentares nos debruçamos na tentativa de encontrar um fio condutor que os ligue a uma somatória, a que chamamos de Nação.

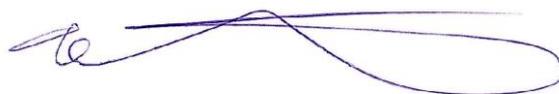
O papel do Parlamento foi fortalecido com a realização das reuniões ordinárias, audiências públicas e seminários; de forma sistemática foram avaliadas as políticas públicas do governo por esta Comissão, reafirmando assim o papel fiscalizador do Congresso, além de responder às manifestações populares.

Ao analisarmos os diversos problemas enfrentados pelo povo brasileiro, percebemos que a infraestrutura apresenta-se como um dos mais graves. Apesar dos nossos esforços, ainda assumimos uma desconfortável posição no “ranking” latino-americano, conforme noticia a imprensa.

Há um questionamento da sociedade sobre a qualidade dos serviços públicos ofertados e é fundamental que a Câmara dos Deputados se fortaleça a partir do nosso papel fiscalizador.

A todos os que participaram desse trabalho, os nossos cumprimentos por perseguirem os objetivos com tenacidade e competência. A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, em 2013, fez a sua parte.

Em 5 de fevereiro de 2014.



Deputado **EDINHO BEZ**
Presidente

I – ATRIBUIÇÕES E COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle nos termos do art. 32, XI do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, atua na seguinte área temática e atividade:

- “a) tomada de contas do Presidente da República, na hipótese do art. 51, II, da Constituição Federal;
- b) acompanhamento e fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, incluídas as sociedades e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, sem prejuízo do exame por parte das demais Comissões nas áreas das respectivas competências e em articulação com a Comissão Mista Permanente de que trata o art. 166, § 1º, da Constituição Federal;
- c) planos e programas de desenvolvimento nacional ou regional, após exame, pelas demais Comissões, dos programas que lhes disserem respeito;
- d) representações do Tribunal de Contas solicitando sustação de contrato impugnado ou outras providências a cargo do Congresso Nacional, elaborando, em caso de parecer favorável, o respectivo projeto de decreto legislativo (Constituição Federal, art. 71, § 1º);
- e) exame dos relatórios de atividades do Tribunal de Contas da União (Constituição Federal, art. 71, § 4º);
- f) requisição de informações, relatórios, balanços e inspeções sobre as contas ou autorizações de despesas de órgãos e entidades da administração federal, diretamente ou por intermédio do Tribunal de Contas da União;”

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle compõe-se de 20 membros titulares e igual número de suplentes indicados pelos Líderes, nos termos do Ato da Mesa n. 1/2011 que estabelece o número de membros efetivos das Comissões Permanentes e a respectiva representação numérica dos Partidos e Blocos Parlamentares, com base nos números de candidatos eleitos pelas agremiações.

A Presidência da Comissão é composta por um Presidente e três Vice-Presidentes, eleitos por seus pares, com mandato até a posse dos novos componentes eleitos no ano subsequente, sendo vedada a reeleição, conforme art. 39 do RICD.

Nos termos do Ato Convocatório do Presidente da Câmara dos Deputados, na reunião realizada dia 6/03/2013, instalaram-se os trabalhos da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e elegeu-se presidente o Deputado Edinho Bez e vice-presidentes os deputados Alexandre Santos, João Pizzolatti e Luiz Sérgio.

MEMBROS DA COMISSÃO

Última Atualização: 12/12/2013 09:44:22)

TITULARES	SUPLENTE
PT	
Edson Santos PT/RJ (Gab. 402-IV)	Pedro Eugênio PT/PE (Gab. 902-IV)
Luiz Sérgio PT/RJ (Gab. 409-IV)	Sibá Machado PT/AC (Gab. 421-IV)
Renato Simões PT/SP (Gab. 358-IV) - vaga do PCdoB	Waldenor Pereira PT/BA (Gab. 807-IV)
Ságuas Moraes PT/MT (Gab. 371-III) - vaga do PSB	
Vanderlei Siraque PT/SP (Gab. 574-III)	
PMDB	
Alexandre Santos PMDB/RJ (Gab. 331-IV)	Akira Otsubo PMDB/MS (Gab. 277-III)
Aníbal Gomes PMDB/CE (Gab. 731-IV) - vaga do PSC	Eduardo Cunha PMDB/RJ (Gab. 510-IV)
Edinho Bez PMDB/SC (Gab. 703-IV)	Marçal Filho PMDB/MS (Gab. 448-IV)
Edio Lopes PMDB/RR (Gab. 350-IV)	Washington Reis PMDB/RJ (Gab. 856-IV) - vaga do PTB
Hugo Motta PMDB/PB (Gab. 582-III) - vaga do PSD	
PSDB	
Carlos Brandão PSDB/MA (Gab. 529-IV)	Vanderlei Macris PSDB/SP (Gab. 348-IV)
(Deputado do SDD ocupa a vaga)	Vaz de Lima PSDB/SP (Gab. 850-IV)
PSD	
(Deputado do PROS ocupa a vaga)	Felipe Bornier PSD/RJ (Gab. 216-IV) - vaga do PCdoB
(Deputado do PMDB ocupa a vaga)	Manoel Salviano PSD/CE (Gab. 506-IV)
	Sérgio Brito PSD/BA (Gab. 638-IV)
PP	
João Pizzolatti PP/SC (Gab. 741-IV)	Carlos Magno PP/RO (Gab. 213-IV)
(Deputado do PR ocupa a vaga)	(Deputado do PR ocupa a vaga)
PR	
Manuel Rosa Neca PR/RJ (Gab. 341-IV) - vaga do PP	Anthony Garotinho PR/RJ (Gab. 714-IV)
Paulo Feijó PR/RJ (Gab. 336-IV) - vaga do Bloco PV, PPS	Zoinho PR/RJ (Gab. 619-IV) - vaga do PP
Wellington Roberto PR/PB (Gab. 514-IV)	
PSB	
(Deputado do PT ocupa a vaga)	(Deputado do PROS ocupa a vaga)
DEM	
Ronaldo Caiado DEM/GO (Gab. 227-IV)	Mendonça Filho DEM/PE (Gab. 314-IV)
PDT	
Wolney Queiroz PDT/PE (Gab. 936-IV)	Marcelo Matos PDT/RJ (Gab. 579-III)
PTB	
Nilton Capixaba PTB/RO (Gab. 724-IV)	(Deputado do PMDB ocupa a vaga)
Bloco PV, PPS	
(Deputado do PR ocupa a vaga)	Stepan Nercessian PPS/RJ (Gab. 517-IV)
PSC	
(Deputado do PMDB ocupa a vaga)	(Deputado do PROS ocupa a vaga)

PCdoB	
(Deputado do PT ocupa a vaga)	(Deputado do PSD ocupa a vaga)
SDD	
Fernando Francischini SDD/PR (Gab. 265-III) - vaga do PSDB	
PROS	
Ademir Camilo PROS/MG (Gab. 212-IV) - vaga do PSD	Marcio Junqueira PROS/RR (Gab. 737-IV) - vaga do PSC
	Valtenir Pereira PROS/MT (Gab. 913-IV) - vaga do PSB

PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO
54ª LEGISLATURA – 3 SESSÃO LEGISLATIVA



[Edinho Bez](#) PMDB/SC
Presidente



[Alexandre Santos](#) PMDB/RJ
1º Vice-Presidente



[João Pizzolatti](#) PP/SC
2º Vice-Presidente



[Luiz Sérgio](#) PT/RJ
3º Vice-Presidente

MEMBROS DA COMISSÃO

FOTOS

TITULARES



ADEMIR CAMILO
(PROS-MG)



ALEXANDRE SANTOS
(PMDB-RJ)



ANÍBAL GOMES
(PMDB-CE)



CARLOS BRANDÃO
(PSDB-MA)



EDINHO BEZ
(PMDB-SC)



EDIO LOPES
(PMDB-RR)



EDSON SANTOS
(PT-RJ)



FERNANDO
FRANCISCHINI
(SDD-PR)



HUGO MOTTA
(PMDB-PB)



JOÃO PIZZOLATTI
(PP-SC)



LUIZ SÉRGIO
(PT-RJ)



MANUEL ROSA NECA
(PR-RJ)



NILTON CAPIXABA
(PTB-RO)



PAULO FEIJÓ
(PR-RJ)



RENATO SIMÕES
(PT-SP)



RONALDO CAIADO
(DEM-GO)



SÁGUAS MORAES
(PT-MT)



VANDERLEI SIRAUQUE
(PT-SP)



WELLINGTON ROBERTO
(PR-PB)



WOLNEY QUEIROZ
(PDT-PE)

SUPLENTES



AKIRA OTSUBO
(PMDB-MS)



ANTHONY GAROTINHO
(PR-RJ)



CARLOS MAGNO
(PP-RO)



EDUARDO CUNHA
(PMDB-RJ)



FELIPE BORNIER
(PSD-RJ)



MANOEL SALVIANO
(PSD-CE)



MARÇAL FILHO
(PMDB-MS)



MARCELO MATOS
(PDT-RJ)



MARCIO JUNQUEIRA
(PROS-RR)



MENDONÇA FILHO
(DEM-PE)



PEDRO EUGÊNIO
(PT-PE)



SÉRGIO BRITO
(PSD-BA)



SIBÁ MACHADO
(PT-AC)



STEPAN NERCESSIAN
(PPS-RJ)



VALTENIR PEREIRA
(PROS-MT)



VANDERLEI MACRIS
(PSDB-SP)



VAZ DE LIMA
(PSDB-SP)



WALDENOR PEREIRA
(PT-BA)



WASHINGTON REIS
(PMDB-RJ)



ZOINHO
(PR-RJ)

**MOVIMENTAÇÃO PARLAMENTAR NA COMISSÃO
NO PERÍODO 06/03/2013 A 31/01/2014**

Comissão	Indicação	Condição	Nome Parlamentar	UF	Entrada	Saída
CFFC	Bloco PV,	Suplente	HUMBERTO SOUTO	MG	05/03/2013	05/08/2013
CFFC	Bloco PV,	Suplente	RUBENS BUENO	PR	05/08/2013	08/08/2013
CFFC	Bloco PV,	Suplente	HUMBERTO SOUTO	MG	08/08/2013	28/08/2013
CFFC	Bloco PV,	Suplente	STEPAN NERCESSIAN	RJ	28/08/2013	
CFFC	DEM	Titular	ONYX LORENZONI	RS	05/03/2013	12/03/2013
CFFC	DEM	Titular	RONALDO CAIADO	GO	14/03/2013	11/06/2013
CFFC	DEM	Titular	RONALDO CAIADO	GO	12/06/2013	16/07/2013
CFFC	DEM	Titular	RONALDO CAIADO	GO	13/11/2013	
CFFC	DEM	Suplente	MENDONÇA FILHO	PE	05/03/2013	10/12/2013
CFFC	DEM	Suplente	ALEXANDRE LEITE	SP	10/12/2013	12/12/2013
CFFC	PCdoB	Titular	MANUELA D'ÁVILA	RS	05/03/2013	10/10/2013
CFFC	PCdoB	Titular	RENATO SIMÕES	SP	10/10/2013	
CFFC	PCdoB	Suplente	FELIPE BORNIER	RJ	12/03/2013	
CFFC	PMDB	Suplente	GIROTO	MS	05/03/2013	11/04/2013
CFFC	PMDB	Suplente	AKIRA OTSUBO	MS	11/04/2013	
CFFC	PSB	Titular	ARLINDO CHINAGLIA	SP	06/03/2013	09/04/2013
CFFC	PSB	Titular	ILÁRIO MARQUES	CE	09/04/2013	27/08/2013
CFFC	PSB	Titular	SÁGUAS MORAES	MT	09/10/2013	
CFFC	PSC	Titular	WLADIMIR COSTA	PA	05/03/2013	08/10/2013
CFFC	PSC	Titular	ANÍBAL GOMES	CE	08/10/2013	
CFFC	PSC	Suplente	ANÍBAL GOMES	CE	05/03/2013	08/10/2013
CFFC	PSC	Suplente	MARCIO JUNQUEIRA	RR	13/11/2013	
CFFC	PSD	Suplente	MANOEL SALVIANO	CE	06/03/2013	
CFFC	PSD	Suplente	SÉRGIO BRITO	BA	06/03/2013	
CFFC	PTB	Titular	NILTON CAPIXABA	RO	05/03/2013	06/03/2013
CFFC	PTB	Titular	NILTON CAPIXABA	RO	08/03/2013	
CFFC	PTB	Suplente	WASHINGTON REIS	RJ	19/03/2013	

II – REUNIÕES E EVENTOS DIVERSOS

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realizou, nesta 2ª Sessão Legislativa, 71 reuniões, sendo 32 reuniões deliberativas, 35 reuniões de audiência pública, 2 seminários, 1 simpósio e 1 mesa redonda. As reuniões da CFFC são públicas, salvo deliberação em contrário. Ao Presidente da Comissão compete convocar e presidir todas as reuniões da Comissão, bem como organizar a Ordem do Dia das reuniões.

• Reuniões Deliberativas

As reuniões deliberativas da CFFC destinam-se à apreciação, ou seja, discussão e votação, de propostas de fiscalização e controle, representações e requerimentos. Essas proposições serão tratadas em item específico deste relatório. Também são apreciadas nas reuniões deliberativas, as sugestões de emendas às leis orçamentárias e os relatórios das atividades das Subcomissões.

Nas reuniões deliberativas os trabalhos iniciam com a presença de, pelo menos, metade dos membros da Comissão, o que, no caso da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, perfaz um quórum mínimo de abertura de 10 (dez) Deputados. Já para a deliberação das matérias, o quórum é de 11 (onze) Deputados. O Regimento Interno assegura ao parlamentar a prerrogativa de participar, sem direito a voto, dos trabalhos e debates de qualquer Comissão, mesmo não sendo um dos seus membros.

As reuniões podem durar o tempo necessário ao exame das respectivas pautas, a juízo do Presidente da Comissão. No entanto, em nenhum caso as reuniões da Comissão poderão coincidir com a Ordem do Dia de Sessão Ordinária ou Extraordinária da Câmara ou do Congresso Nacional.

• Reuniões de Audiência Pública

As reuniões de audiência pública visam promover debate dos Parlamentares com autoridades e representantes da sociedade civil, a fim de instruir matéria legislativa, bem como tratar de assuntos de interesse público relevante, atinentes à área de atuação da Comissão.

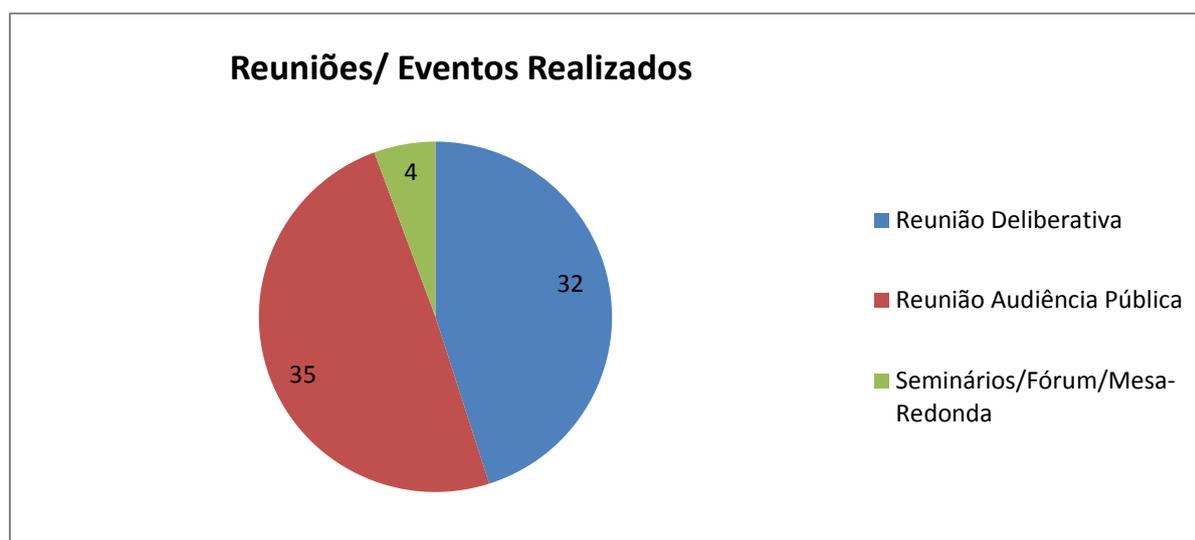
No exercício da função fiscalizatória que compete a esta Comissão, é de suma relevância para concretização do trabalho da Comissão a realização de audiências públicas e seminários, cujos resultados podem deflagrar a apresentação de proposta de fiscalização e controle a ser implementada pela própria Comissão.

A realização de reunião de audiência pública poderá ser proposta por Deputado, membro da Comissão, mediante requerimento a ser aprovado pelo Colegiado da Comissão.

A CFFC tem também competência para convocar Ministro de Estado para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado. Além disso, Ministros de Estado poderão comparecer espontaneamente para expor assunto de relevância de seu ministério.

QUADRO ESTATÍSTICO DAS REUNIÕES

Reuniões Deliberativas	Audiências Públicas	Seminário/Fórum/Mesa-Redonda	TOTAL
32	35	4	71



Na presente Sessão Legislativa participaram das audiências públicas da Comissão onze Ministros de Estado: do Turismo, da Saúde, do Trabalho e Emprego, da Justiça, das Cidades, da Fazenda, das Relações Exteriores, do Gabinete de Segurança Institucional, da Secretaria de Aviação Civil, do Banco Central do Brasil e da Controladoria Geral da União.

No Seminário “Os Desafios da Aviação Civil no Brasil”, em conjunto com as comissões de Turismo e Desporto, de Viação e Transportes, e de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, ocorrido em 22/05/2013, debateu-se a respeito das políticas públicas para a aviação civil brasileira e regional, a infraestrutura aeroportuária e a relação de consumo dos serviços de transporte aéreo. O evento contou com a participação de diversas autoridades que atuam no setor de aviação do país.

Na 4ª edição do Seminário Nacional de Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos, ocorrido em 27/08/2013, foram recebidos representantes de todas as agências reguladoras nacionais para debater o tema: “O Papel das Agências Reguladoras e a Qualidade dos Serviços Prestados”. Foram destaques nos debates: os poderes e limitações das agências na mediação entre concessionário-permissionários e usuários dos serviços públicos; o equilíbrio entre a qualidade dos serviços prestados e os valores das taxas; a autonomia da agência em relação ao governo; e as experiências exitosas nacionais e internacionais em regulação.

Em visita a Curitiba em 9/08/2013, foi realizada Mesa Redonda com autoridades e com empresas concessionárias da rodovia BR376 - BR101, no trecho Curitiba/Florianópolis acerca do contrato de concessão rodoviária, objeto de fiscalização em andamento (PFC 35/2011) na comissão.

Em 12/12/2013, a comissão promoveu o I Simpósio Nacional sobre Maioridade Penal, com o tema: Impactos Sociais e Financeiros da Redução da Maioridade Penal. Parlamentares e representantes do Poder Executivo, do Poder Judiciário e do meio acadêmico desenvolveram um debate aberto e enfrentaram este polêmico assunto.

Em ação conjunta com a Mesa Diretora da Câmara dos Deputados, a Comissão, em Sessão Solene de 5/11/2013, conferiu aos homenageados o Prêmio Transparência e Fiscalização Pública – edição 2013. Na categoria Sociedade Civil, o Prêmio Ricardo Izar foi conferido a Manoel Arlindo Zaroni Torres, Presidente da Tractebel Energia; na categoria Governamental, o Prêmio Dejandir Dalpasquale foi concedido a Aureo Marcus Makiyama Lopes, Procurador da República em Campinas – SP.

RELAÇÃO DESCRITIVA DAS REUNIÕES

Dia 06/03/2013, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Instalação dos trabalhos e eleição do presidente e dos vice-presidentes da Comissão.

Dia 13/03/2013, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 20/03/2013, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 27/03/2013, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 27/03/2013, às 11h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública – com a participação da Comissão de Viação e Transportes

- Audiência pública destinada a debater sobre os problemas que levaram à greve de funcionários que paralisou as obras da Ponte Anita Garibaldi, na BR-101, em Laguna, SC

Dia 03/04/2013, às 10h – Plenário 2 – Anexo II – Reunião Ordinária de Audiência Pública – conjunta com as Comissões de Seguridade Social e Família, e de Defesa do Consumidor.

- Audiência pública destinada a debater temas do Ministério da Saúde

Dia 09/04/2013, às 10h30 – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública – conjunta com a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia

- Audiência pública destinada a debater acerca da qualidade dos sistemas de telefonia fixa e móvel do país e o cumprimento das determinações da Anatel impostas às operadoras de telefonia.

Dia 10/04/2013, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 10/04/2013, às 11h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública

- Audiência pública destinada a debater a Portaria Interministerial nº 3252/2012, que trata da transferência dos policiais ferroviários para o Departamento de Polícia Federal.

Dia 17/04/2013, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 17/04/2013, às 15h – Plenário 7 – Ala Alexandre Costa – Senado Federal – Reunião Extraordinária de Audiência Pública - conjunta com a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

- Audiência pública destinada a debater a atuação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em relação ao movimento sindical dos portuários contrários à Medida Provisória nº 595/2012 (MP dos Portos).

Dia 24/04/2013, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 24/04/2013, às 11h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública

- Audiência pública destinada a debater os graves problemas que têm obstruído o regular fornecimento de energia elétrica no estado do Rio de Janeiro.

Dia 08/05/2013, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Audiência pública destinada a debater a certificação das entidades filantrópicas na área de assistência social.

Dia 21/05/2013, às 14h30 – Plenário 4 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública – conjunta com as Comissões de Finanças e Tributação; de Educação; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Seguridade Social e Família

- Audiência pública destinada a debater a certificação das entidades filantrópicas na área de assistência social.

Dia 21/05/2013, às 15h – Plenário 2 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública – conjunta com as Comissões: CMO, CAE-SF, CMA-SF, CDEIC, e CFT.

- Audiência pública destinada à avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referentes ao segundo semestre do exercício de 2011, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dia 29/05/2013, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 29/05/2013, às 11h – Plenário 4 – Anexo II – Reunião Ordinária de Audiência Pública – conjunta com a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia

- Audiência pública destinada a debater acerca da qualidade dos sistemas de telefonia fixa e móvel no país.

Dia 05/06/2013, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 06/06/2013, às 10h30 – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública

- Audiência pública destinada a debater a demora na análise das denúncias recebidas contra empresas de planos de saúde

Dia 12/06/2013, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 19/06/2013, às 10h30 – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública – conjunta com as Comissões de Desenvolvimento Urbano; e de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado

- Audiência pública destinada a prestar esclarecimentos sobre denúncias de irregularidades no Programa Minha Casa Minha Vida e expor metas do Ministério das Cidades para 2013.

Dia 26/06/2013, às 9h – Plenário 2 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública – conjunta com as Comissões de Finanças e Tributações e de Viação e Transportes

- Audiência pública destinada a debater as perspectivas da economia brasileira.

Dia 27/06/2013, às 9h30 – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública – conjunta com as Comissões de Finanças e Tributações e de Viação e Transportes

- Audiência pública destinada a prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados aos laboratórios do Lanagro do Ministério da Agricultura, na cidade do Rio de Janeiro/RJ

Dia 02/07/2013, às 14h30 – Plenário 13 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública – conjunta com as Comissões de Educação e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

- Audiência pública destinada a debater acerca da cartilha publicada pela CGU – Coletânea de Entendimentos – Gestão de recursos das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Institutos que compõem a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica.

Dia 03/07/2013, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 10/07/2013, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 07/08/2013, às 10h – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 14/08/2013, às 9h30 – Plenário 13 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública – conjunta com as Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Defesa do Consumidor; e de Legislação Participativa.

- Audiência pública destinada ao debate sobre eventuais fragilidades nos sistemas de guarda e fluxo de conteúdo de informações pessoais, oficiais ou economicamente estratégicas do cidadão brasileiro, do Estado e do setor privado (com a participação de representantes do Governo Federal).

Dia 14/08/2013, às 10h30– Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 20/08/2013, às 14h30 – Plenário 13 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública – conjunta com as Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de Relações Exteriores e Defesa Nacional; de Defesa do Consumidor; e de Legislação Participativa.

- Audiência pública destinada ao debate sobre eventuais fragilidades nos sistemas de guarda e fluxo de conteúdo de informações pessoais, oficiais ou economicamente estratégicas do cidadão brasileiro, do Estado e do setor privado (com a participação de representantes de empresas e entidades ligadas a telecomunicação e informática).

Dia 21/08/2013, às 9h30 – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública

- Audiência pública destinada a prestar esclarecimentos acerca das consequências da desintração dos agricultores da gleba Suiá Missú, bem como sobre a adoção das providências necessárias para reduzir o sofrimento das famílias de trabalhadores.

Dia 22/08/2013, às 9h– Plenário 3 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública – conjunta com as Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), e de Seguridade Social e Família (CSSF).

- Audiência pública destinada a explanar a respeito dos principais aspectos relacionados à elaboração e à execução da política externa brasileira; e a prestar esclarecimentos, no âmbito da esfera de atuação do Ministério das Relações Exteriores, a respeito das denúncias de atividades de espionagem que estariam sendo empreendidas por agências do governo dos Estados Unidos da América em território brasileiro.

Dia 28/08/2013, às 10h– Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições

Dia 04/09/2013, às 10h– Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições

Dia 11/09/2013, às 10h– Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições

Dia 17/09/2013, às 14h30 – Plenário 10 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública

- Audiência pública destinada a debater o Modelo de Maturidade em Transparência Organizacional e o Selo de Transparência – garantia da aplicação das políticas de transparência de órgãos públicos e empresas privadas, desenvolvidos pela PUC-RJ e UniRio..

Dia 18/09/2013, às 9h30 – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições

Dia 18/09/2013, às 14h30 – Plenário 02 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública – conjunta com as Comissões: CMO, CAE-SF, CMA-SF, CDEIC, CFFC e CFT.

- Audiência pública destinada à avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços - referente ao primeiro semestre do exercício de 2013, em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Dia 19/09/2013, às 09h30 – Plenário 10 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública

- Audiência pública destinada a debater o Sistema de Acompanhamento dos Contratos de Repasse do Ministério do Turismo, um novo modelo de gestão que também pode ser adotado pelos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal.

Dia 24/09/2013, às 14h30 – Plenário 16 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública

- Audiência pública destinada a debater a matriz energética brasileira e as constantes notícias publicadas na mídia nacional sobre a possibilidade do Brasil sofrer um apagão nas proximidades dos jogos da Copa do Mundo de 2014.

Dia 25/09/2013, às 9h30 – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 02/10/2013, às 10h00 – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições e eleição do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública

Dia 09/10/2013, às 10h00 – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 16/10/2013, às 10h00 – Plenário 15 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 22/10/2013, às 14h30 – Plenário 4 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública – conjunta com a Comissão de Finanças e Tributação

- Audiência pública destinada a prestar esclarecimentos sobre impactos ambientais, violação de direitos humanos e trabalhistas praticados pela Mineradora Vale.

Dia 22/10/2013, às 14h30 – Plenário 12 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública – conjunta com a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público

- Audiência pública destinada a debater a transparência nos convênios do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE.

Dia 23/10/2013, às 10h00 – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 29/10/2013, às 14h30 – Plenário 3 – Anexo II – Extraordinária de Audiência Pública

- Audiência pública destinada a identificar e caracterizar os problemas relatados pelo autor da PFC nº 109/2010, a respeito das obras nas BR 364 e 429, em Rondônia.

Dia 30/10/2013, às 10h00 – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 05/11/2013, às 14h30 – Plenário 3 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública

- Audiência pública destinada a debater a possibilidade de nomeação dos excedentes do último concurso de Analista Tributário da Receita Federal.
-

Dia 06/11/2013, às 10h00 – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 12/11/2013, às 14h30 – Plenário 11 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública

- Audiência pública destinada a debater a eficácia da Lei de Acesso à Informação Pública, Lei nº 12.527/2011

Dia 13/11/2013, às 10h00 – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 19/11/2013, às 14h30 – Plenário 4 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública

- Audiência pública destinada a debater a limitação de participação no processo de privatização dos aeroportos de Confins e Galeão.
-

Dia 20/11/2013, às 10h00 – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 20/11/2013, às 14h30 – Plenário 07 – Ala Senador Alexandre Costa – Senado Federal – Reunião Extraordinária de Audiência Pública – conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado e a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional

- Audiência pública destinada a prestarem esclarecimentos: a respeito da atuação do servidor da Abin nº 008997, em 2012, à época ocupante do cargo de subchefe da Agência em Foz do Iguaçu – PR; sobre a suposta "espionagem realizada pelo governo brasileiro a diplomatas estrangeiros"; e quanto à atuação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República relativamente às atividades de inteligência e de segurança da informação.

Dia 21/11/2013, às 09h30 – Plenário 11 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública

- Audiência pública destinada a debater os procedimentos adotados por várias Superintendências da Receita Federal entre os dias 15 de Julho e 1º de agosto deste ano, concedendo Licença de Exploração de Centros Logísticos e Industriais Aduaneiros – Clia.

Dia 26/11/2013, às 14h30 – Plenário 09 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública

- Audiência pública destinada a prestar esclarecimentos acerca da exploração e exportação de Nióbio no Brasil.

Dia 27/11/2013, às 10h00 – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições.

Dia 04/12/2013, às 10h00 – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições

Dia 04/12/2013, às 14h00 – Plenário 1 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública

- Audiência pública destinada a esclarecimento do ministro de Estado da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, acerca das denúncias encaminhadas por ele à Polícia Federal, bem como as circunstâncias da evasão de Henrique Pizzolato do território nacional.

Dia 11/12/2013, às 10h00 – Plenário 09 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições

Dia 17/12/2013, às 14h30 – Plenário 12 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública

- Audiência pública destinada a prestar esclarecimentos acerca dos licenciamentos para a construção da 4ª faixa na BR-101-SC, e Ferrovia Litorânea, conforme PL nº 5945/2005.

Dia 18/12/2013, às 09h30 – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Ordinária Deliberativa

- Deliberação de proposições

Dia 18/12/2013, às 11h00 – Plenário 9 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública

- Audiência pública destinada a debater sobre as providências adotadas pela Controladoria-Geral da União na apuração das demandas de supostas irregularidades praticadas pelo ex-Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e emprego, Paulo Roberto dos Santos Pinto, nas duas oportunidades em que ele ocupou o cargo, e debater sobre o desvio de recursos do Programa Fome Zero, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e as providências eventualmente tomadas pelo órgão que chefia.

-

Dia 18/12/2013, às 14h30 – Plenário 13 – Anexo II – Reunião Extraordinária de Audiência Pública

- Audiência pública destinada a discussão sobre os preços de passagens aéreas.

-

AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Audiência pública realizada em 27/3/2012 – com a participação da Comissão de Viação e Transportes

Destinada a debater sobre os problemas que levaram à greve de funcionários que paralisou as obras da Ponte Anita Garibaldi, na BR-101, em Laguna, SC

Requerimento 407/13, do deputado Edinho Bez, aprovado na Comissão em 13/3/2013.

Participantes:

Jorge Ernesto Pinto Fraxe, diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT; José Alencar Borowski, gerente administrativo do Consórcio Camargo Corrêa / Artepa / M.Martins / Construbase; Arnaldo Camargo de Freitas, presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada de Santa Catarina – SINTRAPAV-SC ; Adalberto Santos de Vasconcelos, coordenador-geral de Controle Externo da Área de Infraestrutura e da Região Sudeste do Tribunal de Contas da União – TCU; e Arsenio José da Costa Dantas, secretário de Fiscalização de Obras Rodoviárias do Tribunal de Contas da União - TCU.



Da esquerda para direita: Adalberto Santos de Vasconcelos – TCU, Dep. Edinho Bez – Pres. Da CFFC, Arnaldo Camargo de Freitas – SINTRAPAV-SC, Jorge Ernesto Pinto Praxe – DNIT, durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

O presidente do sindicato dos trabalhadores da construção pesada de Santa Catarina (SINTRAPAV-SC) informou que as principais reivindicações dos trabalhadores foram por melhores salários, além de horas extras equivalentes ao tempo de trabalho. Segundo o sindicalista, já houve acordo e as empresas também aceitaram o pedido de rescisão de contrato

sem justa causa de funcionários migrantes. Eles receberão todos os direitos trabalhistas e terão o transporte de volta às suas casas pago pelo consórcio.

O diretor-geral do DNIT considerou que a fiscalização do TCU e daquele órgão deve se empenhar para que se evitem novas greves, enfatizando que cabe ao gestor do empreendimento e do consórcio buscar o diálogo para que a obra não seja paralisada e que todos os requisitos da lei sejam atendidos.

Os representantes do TCU destacaram que a área de fiscalização do órgão vem passando por uma remodelação, com foco na ação preventiva, e que o tribunal detectou e está investigando indício de sobrepreço no custo de mão de obra no contrato de construção da Ponte Anita Garibaldi, mas não recomendou a paralisação das obras.

O deputado Edinho Bez agradeceu os esclarecimentos prestados pelos palestrantes e ressaltou o empenho do diretor-geral do DNIT, como representante do governo, para solucionar os entraves ao bom andamento da obra em debate.

Audiência pública realizada em 3/4/2013 – conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Controle, Seguridade Social e Família, e de Defesa do Consumidor.

Destinada a debater temas do Ministério da Saúde

Requerimento nº 401-CFFC, do deputado Vanderlei Macris, aprovado em 13/3/2013; Requerimento nº 291-CSSF dos deputados Jandira Feghali, João Ananias, Pastor Eurico, Dr. Ubiali e Dr. Paulo César; e Requerimento nº 155-CDC, do deputado Ivan Valente.

Participante: Alexandre Padilha, ministro de Estado da Saúde.



Da esquerda para direita: Dep. José Carlos Araújo – Pres. Da CDC, Ministro Alexandre Padilha – Min. Da Saúde, Dep. Dr. Rosinha – Pres. Da CSSF, Dep. Edinho Bez – Pres. Da CFFC, durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

O ministro fez uma prestação de contas das ações da sua pasta e ouviu dos parlamentares as preocupações com o financiamento da saúde, aumento de casos de dengue em 2013 e planos de saúde.

Padilha defendeu medidas anunciadas pela pasta, em parceria com o Ministério da Educação, que incluem o estímulo à entrada, no sistema de saúde brasileiro, de médicos com formação no exterior e a abertura de vagas de cursos de medicina em locais onde haja carência de profissionais.

O ministro admitiu que, em 2013, o número de casos de dengue deve alcançar o mesmo patamar de 2010, quando foram registrados 580 mil casos. A diferença, segundo o ministro, é que, há três anos, havia apenas dois tipos de vírus e agora são quatro. Padilha também afirmou que, em

muitos casos, a troca de comando nas prefeituras, em janeiro, foi responsável pela paralisação das ações de combate à dengue, o que teria contribuído para o aumento do número de doentes.

Padilha também salientou que o Ministério da Saúde anunciou uma série de medidas inéditas para tornar mais rígido o monitoramento das operadoras de planos de saúde com objetivo de melhorar o atendimento do cidadão aos serviços contratados, dentre elas, a suspensão temporária, em 2012, da venda de 396 planos de 56 operadoras que não atenderam os seus clientes dentro dos prazos máximos previstos para marcação de exames, consultas e cirurgias.

Audiência pública realizada em 9/4/2013 - conjunta com a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (Cindra)

Destinada a debater acerca da qualidade dos sistemas de telefonia fixa e móvel do país e o cumprimento das determinações da Anatel impostas às operadoras de telefonia Requerimento 405/2013-CFFC, do deputado Edinho Bez, aprovado em 13/3/2013; e Requerimento 245/2013-Cindra, do deputado Jerônimo Goergen.

Participantes: Rodrigo Zerbone, conselheiro da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel; Marcelo Barros da Cunha, secretário de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações – SefidEnergia/TCU; e Eduardo Levy Cardoso Moreira, diretor executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTeleBrasil), representando as empresas: Claro, Oi, Tim, Vivo, GVT, Telemar e Net.



Da esquerda para direita: Dep. Edinho Bez – Pres. Da CFFC, Dep. Jerônimo Goergen – Pres. Da Cindra, Rodrigo Zerbone – Anatel, durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

Os deputados Vanderlei Macris, Asdrubal Bentes, Carlos Magno, Plínio Valério e Jerônimo Goergen protestaram pela ausência dos dirigentes das empresas de telefonia, considerando que o representante do sindicato não atendia ao propósito da audiência. O deputado Jerônimo Goergen informou que existem dois pedidos de CPI na Câmara sobre o sistema de telefonia e que as duas Comissões deveriam se reunir com o presidente Henrique Alves para agilizar a abertura de uma CPI sobre o tema.

O presidente da CFFC, deputado Edinho Bez, que presidia a reunião, argumentou que poderia ser feita a audiência em respeito aos convidados presentes e, caso os resultados não fossem

satisfatórios, poderia ser marcada uma nova audiência com os presidentes das operadoras de telefonia. Essa opinião foi compartilhada pelo deputado Hugo Motta.

Com a palavra, o Sr. Rodrigo Zerbone fez sua explanação, apontando as medidas tomadas pela Anatel e os resultados conseguidos e, em seguida, o deputado Edinho Bez informou que encerraria a reunião, devido à maioria dos deputados terem se retirado do plenário em protesto contra a ausência dos dirigentes das empresas de telefonia, e que ele e o presidente da Cindra, deputado Jerônimo Goergen, fariam novos requerimentos de audiência pública conjunta, com a participação dos presidentes das empresas de telefonia e do ministro das Comunicações, Paulo Bernardo.

Audiência pública realizada em 10/4/2013

Destinada a debater a Portaria Interministerial nº 3252/2012, que trata da transferência dos policiais ferroviários para o Departamento de Polícia Federal.

Requerimento nº 413/2013, do deputado Ademir Camilo, aprovado na Comissão em 13/3/2013.

Participantes:

Antonio Francisco Leão de Decco, coordenador da Comissão Nacional dos Representantes da Polícia Rodoviária Federal; Marco Antônio da Silva Costa, procurador da República em Pernambuco; Francisco Colombo, presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU; e José Marques, superintendente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos de Pernambuco - CBTU/PE, representando também o Ministério da Justiça.



Da esquerda para direita: José Marques – CBTU/PE, Antônio Francisco Leão de Decco – PRF, Dep. Edinho Bez – Pres. Da CFFC, Marco Antônio da Silva Costa – Procurador da República, durante Audiência Pública.
Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

Os convidados Antonio Francisco Leão de Decco, Marco Antônio da Silva Costa e José defenderam a legalidade e a necessidade da transferência dos policiais ferroviários para o Departamento de Polícia Federal, no âmbito do Ministério da Justiça.

Os deputados Gonzaga Patriota, presidente da Frente Parlamentar da Polícia Ferroviária Federal, e Ademir Camilo, autor do requerimento da audiência pública, também se manifestaram favoravelmente à regularização da situação dos policiais ferroviários, prevista na Lei 12.462/2011, art. 48, § 8º, e na Portaria Interministerial 3252/2012.

Audiência pública realizada em 17/4/2013 – conjunta com a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência e a Comissão de Trabalho e Administração Pública.

Destinada a debater a atuação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em relação ao movimento sindical dos portuários contrários à Medida Provisória nº 595/2012 (MP dos Portos).

Requerimento nº 428/13-CFFC, do deputado Edinho Bez, aprovado em 17/4/2013; e outros das demais Comissões participantes.

Participantes: general José Elito, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e Wilson Roberto Trezza, diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin).



Da esquerda para direita: Dep. Edinho Bez – Pres. Da CFFC, General José Elito – GSI/PR, Dep. Nelson Pellegrino – Pres. Da CREDN, durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

Depois de fazer uma explanação sobre a estrutura e o funcionamento da Abin, o ministro José Elito afirmou serem falsas as informações em que se basearam as duas matérias publicadas no jornal *O Estado de S. Paulo*, segundo as quais a Abin, subordinada ao Gabinete de Segurança Institucional, teria montado uma estrutura para espionar os portuários ligados à Força Sindical, citando especificamente os do porto de Suape em Pernambuco, que seriam ligados ao governador Eduardo Campos.

José Elito esclareceu que houve um monitoramento normal da situação dos portos ante a possibilidade da greve, pois isso acarretaria consequências graves para o país, acrescentando que o informe produzido foi difundido a 15 regionais, num trabalho realizado no âmbito da legalidade e das atribuições da Abin. O ministro negou, porém, que tenham ocorrido infiltrações em movimentos sindicais, interceptação de telefones, espionagem no porto de Suape, instalação de estrutura para esse fim e qualquer relação com o governador Eduardo Campos.

Audiência pública realizada em 24/4/2013

Destinada a debater os graves problemas que têm obstruído o regular fornecimento de energia elétrica no estado do Rio de Janeiro

Requerimento nº 415/13, do deputado Edson Santos, aprovado na Comissão em 10/4/2013

Participantes:• José Moisés Machado da Silva, superintendente de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade da Aneel; Eduardo Camilo, superintendente de Relações Institucionais e Ouvidoria da Light S.A.; José Hilário Portes, superintendente de Operação e Manutenção de Rede da Light S.A.; Fábio Fonseca, responsável por Operações de Qualidade e Fornecimento da Ampla Energia e Serviços S.A.; Janaína Vilela, responsável pela Comunicação Externa da Ampla Energia e Serviços S.A.; Guilherme Brasil Freitas, responsável por Relações Institucionais da Ampla Energia e Serviços S.A.; e José Nunes de Almeida Neto, diretor Institucional e de Comunicação da Endesa Brasil.



Dep. Edinho Bez , Pres. da CFFC, e representantes da Light e Ampla durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo

Os representantes das empresas Light e Ampla expuseram a estrutura, a área de atuação, os planos de investimentos e as ações adotadas pelas respectivas empresas, ambos considerando que eventos climáticos foram os principais responsáveis pelas interrupções no fornecimento de energia à população carioca.

O representante da Aneel esclareceu que as falhas se deram, principalmente, nos sistemas de distribuição de energia e que, embora a frequência de interrupções tenha se mantido dentro da média dos últimos anos, houve aumento, em 2013, no tempo de espera para o restabelecimento do fornecimento de energia. Esclareceu também que a Aneel tem aplicado pesadas multas às empresas, mas que o foco tem sido a prevenção de incidentes, já que o objetivo maior não é punir as empresas, e sim garantir o fornecimento de energia à população.

Durante o debate, os deputados demonstraram insatisfação com os serviços e as explicações prestados pelas duas concessionárias de energia e pela Aneel. O deputado Edson Santos, autor do requerimento de audiência, cobrou das concessionárias os investimentos necessários para acompanhar o incremento na demanda de energia elétrica gerado pelo aumento do poder aquisitivo da população de baixa renda, bem como uma fiscalização mais eficiente por parte da Aneel.

Audiência pública realizada em 21/5/2013 – conjunta com a CFT, CE, CTASP e CSSF

Destinada a debater sobre a certificação das entidades filantrópicas na área de assistência social.

Requerimentos nº 411/13-CFFC, do deputado Carlos Magno, aprovado em 10/4/2013; nº 155/13-CFT, do deputado João Dado; nº 229/13-CE, da deputada Aline Corrêa; nº 218/13-CTASP, da deputada Flávia Moraes; e nº 307/13-CSSF, dos deputados Raimundo Gomes de Matos e Pastor Eurico.

Participantes: Denise Ratmann Arruda Colin, secretária nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Ana Lúcia de Alencastro Gonçalves, coordenadora geral de Preparação e Intermediação de Mão de Obra do Ministério do Trabalho e Emprego; Sívio José Marola, presidente da Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes (Febraeda); Rosangela Wolff de Quadros Moro, procuradora das APAEs do Estado do Paraná, representando o Dr. Flávio Arns – vice-governador do Estado do Paraná; Maria Cecília Ziliotto, assistente social, técnica na área de Planejamento e Política Social e membro por 2 vezes no Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS); Clodoaldo de Lima Leite, diretor-vice-presidente da Rede Brasileira do 3º Setor (Rebrates); Wagner Nogueira da Silva, advogado do Terceiro Setor, membro da Comissão de Direitos do Terceiro Setor da OAB/GO e do Movimento Nacional pela Socioaprendizagem no SUAS; José Eduardo Sabo Paes, procurador de justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Território (MPDFT); e Luiz Gonzaga Bertelli, presidente executivo do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE).



Dep. Roberto Santiago, Pres. da CTASP, e participantes durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

A coordenadora geral Ana Lúcia esclareceu que o MTE apenas fixa normas para a avaliação de competência das entidades sem fins lucrativos, organiza o Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional (CNAP), fiscaliza o desenvolvimento do programa e analisa a inscrição para a inserção das entidades no CNAP. Também defendeu o papel das entidades, que atendem e proporcionam trabalho para uma população vulnerável.

Os representantes das entidades de assistência social defenderam a importância do trabalho realizado por suas respectivas entidades e a sua imunidade tributária, criticando as dificuldades criadas pelo Governo para a certificação das entidades filantrópicas.

A secretária Denise Ratmann, do MDS, negou que as entidades não iriam mais compor os conselhos de assistência social, reforçando a importância das entidades sociais, mas lembrando que o Estado tem a primazia nessa área, por meio de políticas públicas. Reconheceu, porém, que a nova legislação criou um problema ao não trazer regras de transição para adequação às novas exigências legais, o que deve ser corrigido por meio de uma proposta de alteração legislativa já em discussão no Governo.

Audiência pública realizada em 21/5/2013 – conjunta com as Comissões: CMO, CAE-SF, CMA-SF, CDEIC e CFT .

Em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Destinada à avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços do Banco Central do Brasil, referentes ao segundo semestre do exercício de 2011.

Participante: Alexandre Antonio Tombini, presidente do Banco Central do Brasil (Bacen).



Da esquerda para direita: Dep. Ângelo Agnolin – Pres. Da CDEIC, Altamir Lopes – DIRAD/BACEN, Alexandre Antônio Tombini – Pres. Do BACEN, Dep. Lobão Filho – Pres. Da CMO, Dep. Edinho Bez – Pres da CFFC, durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo

Em sua exposição inicial, o presidente do Bacen destacou, entre outros pontos, que o resultado contábil do Banco Central em 2012 foi positivo em R\$24,6 bilhões; a perspectiva para a economia global continua sendo de baixo crescimento por período prolongado; a Economia brasileira apresenta recuperação gradual da atividade, com moderação do consumo e expansão do investimento; a inflação está e continuará sob controle e que o Banco Central tem agido para garantir a convergência da inflação em direção à meta a partir do segundo semestre de 2013.

No debate, questionado por parlamentares, Alexandre Tombini garantiu que as ações da política de combate à inflação do Banco Central, com controle do câmbio e a sinalização de alta das taxas

de juros, não vão prejudicar o crescimento do comércio e da indústria brasileira, pois outras políticas do governo devem ter impacto positivo no crescimento dessas áreas.

Segundo Tombini, o Executivo deve incentivar o movimento de atacadistas que querem vender diretamente ao consumidor, explicando que, no caso dos alimentos, por exemplo, há uma deflação do atacado de quase 6%, mas ainda há inflação no varejo, ou seja na venda ao consumidor.

Em relação à indústria, Tombini citou a redução do custo de energia e das obras para melhoria da infraestrutura, como políticas que devem ter impacto de médio e longo prazo no aumento da competitividade e no crescimento dessa área. O presidente do Bacen disse ainda que o país aposta no mercado interno para a recuperação de seu parque industrial e frisou que os investimentos voltaram a crescer no último trimestre de 2012 e continuaram crescendo no primeiro trimestre de 2013.

Audiência pública realizada em 29/05/2013 – conjunta com a Comissão de integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (Cindra)

Destinada a debater a qualidade dos sistemas de telefonia fixa e móvel do país.

Requerimentos nº 429/2013-CFFC, do deputado Edinho Bez, aprovado em 17/04/2012; e nº 286/2013-Cindra, do deputado Jerônimo Goergen.

Participantes: Maximiliano Martinhão, secretário de Telecomunicações do Ministério das Comunicações; Marcelo Barros da Cunha, secretário de Fiscalização de Desestatização e Regulação de Energia e Comunicações do TCU; João Batista de Rezende, presidente da Anatel; Marcos Augusto Mesquita Coelho, diretor de Relações Governamentais da Oi/Brasil Telecom; Rodrigo Abreu, presidente da Tim Celular S.A.; Antonio Carlos Valente, presidente da Vivo/Telefonica; Gustavo Gachineiro, vice-presidente executivo da GVT; e Carlos Hernan Zenteno, presidente da Claro S/A; Gilberto Mayor, diretor de Assuntos Regulatórios da Net Serviços e Comércio S.A.



Da esquerda para direita: Marcelo Barros da Cunha – TCU, Dep. Jerônimo Goergen – Pres. da CINDRA, Dep. Edinho Bez – Pres. da CFFC, João Batista de Rezende – Anatel, Maximiliano Martinhão – Min. Das Comunicações, Eduardo Levi C. Moreira – SindiTelebrasil, durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

O presidente do Sinditelebrasil enfatizou os investimentos que as empresas vêm fazendo no setor e argumentou que os problemas no setor advêm do aumento da demanda dos serviços, da altíssima carga tributária e das restrições impostas por uma grande quantidade de legislações

municipais para a instalação de mais antenas transmissoras, necessárias para garantir a boa qualidade dos sinais.

Os representantes do Ministério da Comunicação, da Anatel e do TCU ressaltaram as medidas tomadas por seus respectivos órgãos para aumentar a fiscalização das empresas e a qualidade dos serviços prestados ao consumidor.

Ao final, os presidentes da CFFC e da Cindra decidiram pela criação de um grupo de trabalho, com a participação de membros das duas Comissões e de representantes do Governo, da Anatel e das operadoras de telefonia. O grupo foi criado, então, com o objetivo de fazer uma revisão da legislação referente ao setor e apresentar sugestões para a criação de um marco regulatório dos serviços de telefonia, além de monitorar os avanços na qualidade dos serviços prestados e reivindicar junto ao governo a desoneração de impostos na área de telefonia.

Audiência pública realizada em 6/6/2013

Destinada a debater a demora na análise das denúncias recebidas contra as empresas de Planos de Saúde

Requerimento nº 424/2013, do deputado Vanderlei Macris, aprovado na Comissão em 10/4/2013.

Participantes: Messias Alves Trindade, diretor da SecexSaúde do TCU; e Francisco Teixeira da Silva Telles, gerente-geral de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).



Da esquerda para direita: Messias Alves Trindade – TCU, Francisco Teixeira da Silva Telles – ANS, Dep. Edinho Bez – Pres. da CFFC, Luiz Paulo Pieri – Secretário da CFFC, durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

O Sr. Francisco Teixeira Telles fez um histórico da criação e atuação da ANS e afirmou que, com a reestruturação da agência, a demora na apuração das denúncias tem diminuído nos últimos anos, apesar do aumento da demanda, do pequeno número de funcionários e dos recursos impetrados pelas empresas de planos de saúde, que retardam a conclusão do processo e o recolhimento dos valores das multas aplicadas. Ressaltou também que a ANS não regula os planos de saúde coletivos, que respondem por oitenta por cento do mercado.

Já o Sr. Messias Alves Trindade informou que só recentemente o TCU criou uma secretaria específica para a área de saúde, tornando mais ágil a fiscalização exercida por aquele órgão sobre esse setor, e considerou que a atuação da ANS, embora tenha apresentado avanços, ainda revela deficiências.

Audiência pública realizada em 19/6/2013 – conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Urbano e a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado.

Destinada a prestar esclarecimentos sobre denúncias de irregularidades no Programa Minha Casa Minha Vida e expor as metas do Ministério das Cidades para 2013.

Requerimentos nº 408/13-CFFC, do Deputado Edinho Bez, aprovado em 13/3/2013; nº 103/13-CDU, dos deputados Sérgio Moraes e Walney Rocha; nº 110/13-CDU, do deputado Flaviano Melo; e nº 221/13, do deputado Otávio Leite (CSPCCO).

Participante: Aguinaldo Ribeiro, ministro de Estado das Cidades .



Da esquerda para direita: Dep. Edinho Bez – Pres. Da CFFC, Ministro Aguinaldo Ribeiro – Min das Cidades, durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

O ministro Aguinaldo Ribeiro explicou que o Ministério tem ações em todas as cidades brasileiras, com investimentos no montante de R\$ 60 bilhões para obras contratadas ou que já foram selecionadas.

O ministro ressaltou que a preocupação do Ministério com a mobilidade urbana é grande e os investimentos nessa área já estão todos definidos. Lembrou, também, o legado que grandes eventos como a Copa do Mundo e as Olimpíadas trarão ao Brasil, afirmando que as obras não são feitas para os turistas e que, caso os prazos não sejam cumpridos, as obras continuarão, beneficiando em todo caso os cidadãos brasileiros. A respeito das manifestações sobre os preços

das passagens, o ministro esclareceu que a discussão para definir o melhor formato para tarifa do transporte público deve começar nos municípios, que os gestores da política pública de transporte.

Sobre o programa Minha Casa minha Vida, o ministro ressaltou que houve um aumento de 30% na contratação em 2013, em todas as faixas salariais, e que o Programa deve extrapolar a meta, que foi ampliada de 2.500.000 para 2.750.000 unidades habitacionais, até o fim de 2014. O ministro informou, também, que abriu sindicância e acionou a CGU e a Polícia Federal para apurar as denúncias de irregularidades no Programa, mas destacou que elas não envolvem o Ministério das Cidades, apenas as empresas construtoras e os bancos.

Audiência pública realizada em 26/6/2013 – conjunta com as Comissões de Viação e Transportes, de Finanças e Tributação, e de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio.

Destinada a debater sobre as perspectivas da economia brasileira

Requerimentos: nº 414/13-CFFC, dos deputados Mendonça Filho e Vanderlei Macris, aprovado em 13/3/2013; nº 461/13-CFFC, do deputado Mendonça Filho, aprovado em 12/6/2013; 154/13-CFT, dos deputados José Guimarães, Eduardo Cunha e Lúcio Vieira Lima; nº 92/13-CDEIC, do deputado Mandetta; e nº 162/13-CVT, do deputado Rodrigo Maia.

Participante: Guido Mantega, ministro da Fazenda



Da esquerda para direita: Dep. Ângelo Agnolin – Pres. da CDEIC, Ministro Guido Mantega – Min. Da Fazenda, Dep. João Magalhães – Pres. da CFT, Dep. Edinho Bez – Pres. da CFFC, durante Audiência Pública.

Foto: Zeca Ribeiro – Banco de Imagens da Câmara dos Deputados

Resumo:

O ministro Guido Mantega reconheceu o fraco desempenho da economia brasileira em 2012, quando o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) foi de apenas 0,9%, mas enfatizou que o quadro econômico dá sinais de incremento neste ano e afirmou que o Brasil está preparado para enfrentar a crise financeira internacional.

O ministro destacou que, no primeiro trimestre deste ano, o crescimento do PIB foi 0,6%, porém com o setor agropecuário crescendo a 9,7%. A indústria teve crescimento negativo, mas por causa da indústria extrativista, já que a indústria de transformação teve resultado positivo. Os serviços cresceram 0,5%, e os investimentos aumentaram 4,6%.

Comparando os resultados brasileiros com os de outros países, Mantega enfatizou que o crescimento do Brasil no primeiro trimestre foi igual ao dos Estados Unidos e superior ao do Chile, México, Reino Unido e Colômbia.

Mantega ressaltou ainda que, entre 2003 e 2012, as reservas internacionais brasileiras saíram de US\$ 37 bilhões para US\$ 370 bilhões; a relação dívida/PIB caiu de 60% para 35%; e quase 20 milhões de empregos foram criados no país.

No debate, o deputado Edinho Bez, presidente da CFFC, disse ao ministro que há certa insegurança por parte de quem quer investir no Brasil, devido às mudanças das regras econômicas em pleno curso dos contratos e também do excesso de burocracia e legislações sobre um mesmo tema, como no caso dos sistemas de telefonia. O deputado Vanderlei Macris considerou que a realidade descrita pelo ministro não corresponde à realidade demonstrada nas ruas e nas análises dos especialistas de mercado. O deputado Mendonça Filho disse que os números apresentados pelo ministro mascaram a crise na economia, com a piora nas contas públicas brasileiras e o aumento recente da inflação.

Audiência pública realizada em 27/6/2013

Destinada a esclarecer fatos relacionados aos laboratórios do Lanagro do Ministério da Agricultura, na cidade do Rio de Janeiro/RJ

Requerimento nº 422/2013, dos deputados Glauber Braga e Valtenir Pereira, aprovado na Comissão em 17/4/2013.

Participantes: Ernesto do Nascimento Viegas, coordenador geral de apoio laboratorial (CGAL/SDA/Mapa); Alfredo José Morandini Vila, chefe do Lanagro do Rio de Janeiro; Ricardo Aurélio Pinto do Nascimento - coordenador do Laboratório Nacional Agropecuário em Minas Gerais (Lanagro-MG) e do Serviço Laboratorial Avançado do Rio de Janeiro (SLAV-RJ); e Jesus de Maria Gomes, responsável pelo POV-SLAV-RJ



Da esquerda para direita: Ricardo Aurélio Pinto do Nascimento – LANAGRO/RH e SLAV/MG, Alfredo José Morandini Vila – LANAGRO/RJ, Dep. Edinho Bez – Pres. da CFFC, Jesus de Maria Gomes – POV-SLAV-RJ, durante Audiência Pública.

Foto Antonio Jacinto Índio

Resumo:

O Sr. Ernesto do Nascimento explicou que existem, na estrutura da Coordenação Geral de Apoio Laboratorial do Ministério da Agricultura, seis Laboratórios Nacionais Agropecuários (Lanagro), unidades gestoras às quais estão lincadas algumas unidades chamadas de Serviços Laboratoriais Avançados (Slav), como o do Rio de Janeiro, lincado ao Lanagro de Minas Gerais. Informou que o Slav do Rio de Janeiro funcionava num prédio pertencente à Conab, o qual foi vendido ao Governo do Rio de Janeiro e teve de ser desocupado devido às obras de adequação do entorno do Estádio Maracanã, onde o prédio se localizava. Reconheceu que houve uma demora no

processo de reinstalação do Slav-Rio, num prédio do próprio Ministério e que, por isso, foi necessário transferir as demandas de análises laboratoriais que eram realizadas por esse Slav para os demais Lanagro, que têm condição de receber amostras de qualquer região do País.

Por fim, informou que fora elaborada e seria enviada à Comissão uma nota técnica com o detalhamento de todos os procedimentos, todos os eventos que ocorreram a respeito desse processo de transferência do Slav no Rio.

O Sr. Ricardo Aurélio acrescentou que as decisões em torno da venda do terreno do antigo prédio para o Governo do Rio foram tomadas pelas altas autoridades do Ministério da Agricultura, o ministro e o secretário-executivo, cabendo aos dirigentes dos Lanagro apenas tornar viável a manutenção da atividade do Slav no Rio de Janeiro. Enfatizou também que, enquanto o novo prédio do Slav-Rio passava pelas adequações necessárias às suas atividades, as análises laboratoriais não deixaram de ser realizadas.

Audiência pública realizada em 2/7/2013 – conjunta com as Comissões de Educação e de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática.

Destinada a debater acerca da Cartilha publicada pela CGU – Coletânea de Entendimentos – Gestão de recursos das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Institutos que compõem a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica:

Requerimentos nº 410/2013-CFFC, do deputado Vanderlei Macris, aprovado pela CFFC em 20/3/2013; nº 228/2013-CE, do deputado Izalci; 172/2013-CCTCI, dos deputados Antonio Imbassahy e Otavio Leite, subscrito pelos deputados Bruno Araújo, Jorge Bittar, Miro Teixeira e Newton Lima; e 165/2013-CCTCI, dos deputados Sibá Machado, subscrito pelo deputado Jorge Bittar

Participantes: Francisco Eduardo de Holanda Bessa, Assessor Especial de Controle Interno, do MEC; Carlos Higino Ribeiro de Alencar, secretário-executivo da CGU; Marcelo Bemerguy, secretário da SecexEduc, do TCU; Maria Fernanda Bittencourt, coordenadora de planejamento e orçamento das IFES – SESU/MEC; Luiz Pinguelli Rosa, diretor da COPPE/UFRJ; Beatriz de Bulhões Mossri, assessora especial da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC); e Gustavo Henrique Sousa Balduino, secretário-executivo da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes.



Da esquerda para direita: Marcelo Bemerguy – TCU, Dep. Jorge Bittar, José Antônio Gomes – CFFC (em pé), Dep. Izalci, Dep. Edinho Bez – Pres. da CFFC, Carlos Higino Ribeiro de Alencar – CGU, Francisco Eduardo de Holanda Bessa, durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

Os representantes do MEC, da CGU e do TCU defenderam a utilidade da cartilha da CGU como instrumento de orientação aos gestores, aberto a críticas e eventuais alterações. Já os representantes das universidades, da SBPC e da Andifes fizeram críticas à cartilha da CGU, por omissão, desatualização ou interpretação restritiva das normas vigentes, além de criticarem também o excesso de burocratização para a gestão de recursos pelas fundações universitárias.

Por sua vez, os parlamentares que participaram do debate defenderam alterações na legislação, visando a desburocratizar a liberação e gestão dos recursos destinados ao desenvolvimento científico e tecnológico. Ressaltaram, porém, a importância dos órgãos de fiscalização e controle para que se evite eventual mau uso desses recursos.

Audiência pública realizada em 3/7/2013 – conjunta com a Comissão de Viação e Transportes

Destinada a prestar esclarecimentos sobre defeitos graves em obras recém-concluídas em onze rodovias federais, localizadas em nove Estados, constantes do PAC, conforme apontou recente Auditoria do Tribunal de Contas da União.

Requerimentos nº 402/2013-CFFC dos deputados Vanderlei Macris e Carlos Sampaio, aprovado na Comissão em 13/3/2013; e nº 177/2013-CVT, dos mesmos autores.

Participantes: Marcelo Bruto, diretor do Departamento de Infraestrutura de Logística do PAC; e Osmar Henrique Parra, assessor do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC



Da esquerda para direita: Osmar Henrique Parra – PAC, Marcelo Bruto – PAC, Dep Edinho Bez – Pres. da CFFC, Luiz Paulo Pieri, Secretário da CFFC, durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

O diretor de Infraestrutura de Logística do PAC, Marcelo Bruto, informou que, após a auditoria do TCU - que constatou falhas como trincas, buracos, afundamentos de asfalto e desníveis nas pistas, em nove trechos dos onze analisados - o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) realizou mudança de paradigma na supervisão, com mudanças nos contratos, que passam a definir mais claramente os produtos contratados e tipo de avaliação a ser realizada nas obras.

O diretor afirmou que, quando se constata o defeito, a empresa responsável é notificada a refazer o serviço ou a devolver os recursos eventualmente pagos que novos parâmetros mínimos de aceitabilidade têm sido adotados no recebimento das obras. Ainda segundo Marcelo Bruto, há 700

contratos de manutenção em curso, e os investimentos previstos até 2014 chegam a R\$ 23,6 bilhões.

O autor do requerimento, deputado Vanderlei Macris considerou-se surpreendido positivamente com o fato de ter mudado a forma de contratação e de supervisão, mas cobrou a responsabilização daqueles que atuaram nos contratos que geraram as irregularidades nas obras auditadas apontadas pelo TCU, e ressaltou que a fiscalização dos parlamentares também será intensificada.

Audiência pública realizada em 14/8/2013 – conjunta com as Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CTCI), de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), de Defesa do Consumidor (CDC), e de Legislativa Participativa (CLP)

Destinada a debater sobre eventuais fragilidades nos sistemas de guarda e fluxo de conteúdo de informações pessoais, oficiais ou economicamente estratégicas do cidadão brasileiro, do Estado e do setor privado"

Requerimentos nº 473/13-CFFC do deputado Edinho Bez, aprovado na Comissão em 10/7/2013; nº 214/13-CCTCI dos deputados Paulo Abi-Ackel e Antonio Imbassahy; nº 215/13-CCTCI, dos deputados Newton Lima e Sibá Machado; nº 216/13-CCTCI, dos deputados Luiza Erundina e Glauber Braga; nº 217/13-CCTCI, do deputado Nelson Marchezan Junior; nº 298/13-CREDN, do deputado Nelson Pellegrino; nº 192/13-CDC, do deputado Nelson Marchezan Junior; e nº 73/13-CLP, do deputado Glauber Braga.

Participantes: Paulo Bernardo Silva, ministro de Estado das Comunicações; James Sinclair Mayer, chefe do departamento de Ciência e Tecnologia do Exército; Raphael Mandarino, diretor do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República; e Otávio Costa Cunha da Silva, tecnologista da Agência Brasileira de Informação (Abin).



Da esquerda para direita: Raphael Mandarino – GSI/PR, Ministro Paulo Bernardo – Min. Das Comunicações, Dep. Paulo Abi-Ackel, Dep. Nelson Pellegrino – Pres. da CREDN, Dep. Edinho Bez – Pres. da CFFC, durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

O ministro Paulo Bernardo afirmou que, com o monitoramento de e-mails de indivíduos brasileiros pelo governo norte-americano, estão sendo violados direitos fundamentais relativos à inviolabilidade do sigilo das comunicações, da intimidade e da vida privada. Relatou que, entretanto, os técnicos brasileiros que foram aos Estados Unidos obter informações da NSA sobre a "bisbilhotice americana" conseguiram apenas informações públicas.

O ministro disse, ainda, que as principais empresas de internet são dos EUA e se submetem à legislação daquele país, mesmo quando estão atuando no Brasil. Segundo o ministro, o marco civil da internet vai assegurar maior transparência na política de privacidade das empresas, destacando que atualmente os "termos de uso" dos serviços de internet são extensos e de difícil compreensão.

O diretor de Segurança da Informação e Comunicações do SGI, Raphael Mandarino, defendeu o uso da criptografia como uma das principais ferramentas de defesa do governo. Já o diretor do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para Segurança das Comunicações da Abin, Otávio Cunha da Silva, explicou que a tendência é levar a todos os órgãos da administração pública a garantia da segurança da informação, por meio da criptografia, com tecnologia nacional, sem nenhum tipo de colaboração com órgãos internacionais.

Audiência pública realizada em 20/8/2013 – conjunta com as Comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), de Defesa do Consumidor (CDC) e de Legislação Participativa

Requerimentos nº 473/13-CFFC do deputado Edinho Bez, aprovado na Comissão em 10/7/2013; nº 214/13-CCTCI dos deputados Paulo Abi-Ackel e Antonio Imbassahy; nº 215/13-CCTCI, dos deputados Newton Lima e Sibá Machado; nº 216/13-CCTCI, dos deputados Luiza Erundina e Glauber Braga; nº 217/13-CCTCI, do deputado Nelson Marchezan Junior; nº 298/13-CREDN, do deputado Nelson Pellegrino; nº 192/13-CDC, do deputado Nelson Marchezan Junior; e nº 73/13-CLP, do deputado Glauber Braga.

Destinada a debater sobre eventuais fragilidades nos sistemas de guarda e fluxo de conteúdo de informações pessoais, oficiais ou economicamente estratégicas do cidadão brasileiro, do Estado e do setor privado"

Participantes: João Batista de Rezende, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel); Virgílio Augusto Fernandes Almeida, coordenador do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br); José Formoso, presidente do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal (SindiTelebrasil); Eduardo Neger, presidente da Associação Brasileira de Internet (Abranet); Gustavo Torres, professor do Departamento de Ciência da Computação da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas); Mariano de Beer, presidente da Microsoft Brasil; Fábio Coelho, presidente do Google no Brasil; Alexandre Hohagen, presidente do Facebook no Brasil; e Guilherme Ribemboim, diretor-geral do Twitter no Brasil.



Jarbas Valente – Anatel, Virgílio Almeida – CGI.br, Dep. Paulo Abi-Ackel, Dep. José Carlos Araújo – Pres. da CDC, Dep. Edinho Bez – Pres. da CFFC, Eduardo Levi - SindiTelebrasil, durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

Os representantes das empresas de internet negaram participação no programa de vigilância do governo americano ou de qualquer outro país. Afirmaram, ainda, que só cedem informações de seus clientes em respeito às leis locais e as entregam diretamente às autoridades, e negam o repasse de dados de usuários brasileiros a órgãos do governo norte-americano.

Os autores dos requerimentos para audiência, os deputados Edinho Bez. Antônio Imbassahy, Newton Lima e Nelson Marchezan Júnior avaliaram que as empresas prepararam um discurso único e falaram pouco para não se comprometerem.

O representante das operadoras de telecomunicações também negou a existência de brechas em suas redes que possam ter levado a quebra de sigilo nos dados. Já o vice-presidente da Anatel informou que desde as denúncias, a agência investiga se houve falhas na operação das empresas de telecomunicações ou violação nas comunicações de cidadãos brasileiros e que, embora as investigações ainda não tenham sido concluídas, até o momento não foram encontradas irregularidades.

Audiência pública realizada em 21/8/2013

Destinada a prestar esclarecimentos acerca das consequências da desintrusão dos agricultores da gleba Suiá Missú, bem como sobre a adoção das providências necessárias para reduzir o sofrimento das famílias de trabalhadores

Requerimento nº 462/2013, do deputado Valtenir Pereira, aprovado pela CFFC em 10/07/2013.

Participantes: Érika Galvani Borges, presidente substituta do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária Incra/MDA; Claudia Regina Baddini Currello; diretora do Cadastro Único da Secretaria de Nacional de Renda e Cidadania - Senarc/MDS; Bruno Renato Nascimento Teixeira, ouvidor Nacional dos Direitos Humanos - SDH; José Antonio de Almeida, prefeito de São Felix do Araguaia; Emival Gomes de Freitas, prefeito de Porto Alegre do Norte; Leuzipe Domingues Gonçalves, prefeito de Alto Boa Vista; Edson Yukio Ogatha, prefeito de Serra Nova Dourada; e Gaspar Domingos Lazari, prefeito de Confresa.



Deputado Edinho Bez – Pres. da CFFC (4º da direita para esquerda em pé) e participantes da Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

O deputado Valtenir Pereira, autor do requerimento de audiência, lamentou a ausência dos ministros convidados, que enviaram representantes, e exibiu vídeo sobre a situação trágica dos moradores desalojados da gleba Suiá Missú. Informou também que fará uma representação criminal junto ao Ministério Público e apresentará requerimento de convocação da ministra do Planejamento para prestar explicação sobre o caso em audiência pública na CFFC.

Os representantes do governo argumentaram que não poderiam fazer mais do que a lei os permite e relataram as providências tomadas, no âmbito de sua competência, em relação aos desalojados da gleba Suiá Missú, como distribuição de filtros e cestas básicas (SDH), inclusão em projetos de assentamentos (Incra/MDA) e cadastramento no Bolsa Família (MDS). Já os prefeitos José Antonio de Almeida, Emival Gomes de Freitas e Leuzipe Domingues Gonçalves enfatizaram as dificuldades dos municípios para atender dignamente os desalojados, bem como o impacto financeiro negativo causado à região pela desintrusão dos agricultores da gleba Suiá Missú, ação que consideraram truculenta e precipitada, já que a decisão judicial favorável à demarcação da gleba como reserva indígena dos Xavantes tem caráter apenas liminar.

Durante os debates, o deputado Nilson Leitão, integrante da comissão externa da Câmara que visitou a reserva Suiá Missú, argumentou que os desalojados da gleba não devem ser atendidos apenas pelos programas assistenciais do governo de praxe, merecem tratamento específico, pois foram retirados não apenas de sua casa, mas do seu meio de subsistência, de uma área em que anteriormente foram assentados pelo próprio governo. Essa mesma posição, no sentido de se encontrar uma solução específica para o caso, foi defendida pelos deputados Julio Campos, Edinho Bez e Valternir Pereira, bem como dois representantes dos agricultores desalojados da gleba que estavam na plateia, que também puderam dar seu testemunho ao final da audiência.

Audiência pública realizada em 22/8/2013 – conjunta com as Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (CCTCI), e de Seguridade Social e Família (CSSF).

Destinada a explicar a respeito dos principais aspectos relacionados à elaboração e à execução da política externa brasileira; e a prestar esclarecimentos, no âmbito da esfera de atuação do Ministério das Relações Exteriores, a respeito das denúncias de atividades de espionagem que estariam sendo empreendidas por agências do governo dos Estados Unidos da América em território brasileiro.

Requerimentos nº473/13-CFFC, do deputado Edinho Bez, aprovado em 10/07/2013; nº 313/13-CREDN, do deputado Nelson Pellegrino; nº 297/13-CREDN, do deputado João Ananias; nº 298/13-CREDN, do deputado Nelson Pellegrino; nº 300/13-CREDN, do deputado Vitor Paulo; nº 302/13-CREDN, do deputado Urzeni Rocha; nº 303/13-CREDN, dos deputados Antonio Carlos Mendes Thame e Nelson Marchezan; 73/13-CLP, do deputado Glauber Braga; nº 214/13-CCTCI, dos deputados Paulo Abi-Ackel e Antonio Imbassahy; nº 215/13-CCTCI, dos deputados Newton Lima e Sibá Machado; nº 219/13-CCTCI, da deputada Luciana Santos; e nº 399/13-CSSF, dos deputados Mandetta e Eleuses Paiva.

Participante: Antônio de Aguiar Patriota, ministro de Estado das Relações Exteriores



Da esquerda para direita: Ministro Antônio Patriota – Min. Das Relações Exteriores, Dep. Nelson Pellegrino – Pres. da CREDN, Dep. Edinho Bez – Pres. da CFFC, durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

O ministro Patriota disse que o combate ao terrorismo no mundo é compreensível, mas não se pode recorrer a práticas que atentem contra a privacidade dos cidadãos, sob pena de o esforço se tornar contraproducente. O ministro assinalou que o combate ao terrorismo deve respeitar as leis e disse esperar um avanço no debate com o governo norte-americano sobre esse assunto.

Quanto ao acordo para que médicos cubanos trabalhem em áreas carentes do Brasil, o ministro argumentou que decisão foi tomada levando-se em consideração os melhores serviços possíveis e a disposição dos médicos cubanos de exercerem o tipo de trabalho demandado, não havendo, portanto, motivação ideológica.

Sobre o caso do brasileiro David Miranda (companheiro do jornalista Glenn Greenwald, que divulgou no jornal *The Guardian* informações sobre o esquema de espionagem do governo americano), que foi detido em Londres, com base na lei antiterrorismo, o ministro voltou a dizer que ainda aguarda explicações satisfatórias do governo britânico em relação ao episódio.

Audiência pública realizada em 17/9/2013

Destinada a debater o Modelo de Maturidade em Transparência Organizacional e o Selo de Transparência – garantia da aplicação das políticas de transparência de órgãos públicos e empresas privadas.

Requerimento nº 447/2013, dos deputados Vanderlei Macris e Otávio Leite, aprovado na Comissão em 12/6/2013.

Participantes: Prof.^a Claudia Cappelli, representante da UniRio; e Prof. Julio do Prado Leite, representante da PUC-RJ



Da esquerda para direita: Prof^a Cláudia Cappelli – UniRio, Dep Edinho Bez – Pres. da CFFC, Luiz Paulo Pieri, Secretário da CFFC, Prof. Júlio do Prado Leite – PUC-RJ, durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

Os professores explicitaram aos presentes o modelo que vem sendo desenvolvido em conjunto pela PUC-Rio e pela UniRio baseado num conceito amplo de transparência, com cinco níveis a ser atingidos pelas organizações. A professora Claudia Cappelli também informou que está sendo desenvolvido um sistema de verificação desses níveis de transparência, que resultará num "selo de transparência" a ser concedido às organizações que adotarem o modelo.

Passando ao debate, os parlamentares enaltecem a importância da transparência na esfera pública e o trabalho desenvolvido pelas duas universidades.

Audiência pública realizada em 18/9/2013 – conjunta com as Comissões: CMO, CAE-SF, CMA-SF, CDEIC e CFT.

Em atendimento ao disposto no art. 9º, § 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Destinada à avaliação do cumprimento dos objetivos e metas das políticas monetária, creditícia e cambial, evidenciando o impacto e o custo fiscal de suas operações e os resultados demonstrados nos balanços - referente ao primeiro semestre do exercício de 2013.

Participante: Alexandre Antônio Tombini, presidente do Banco Central do Brasil



Da esquerda para direita: Altamir Lopes – DIRAD/BACEN, Alexandre Antônio Tombini – Pres. BACEN, Dep. Lobão Filho – Pres. da CMO, Dep. Ângelo Agnolin – Pres. da CDEIC, Dep. Edinho Bez – Pres. da CFFC, durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

O presidente do Bacen, Alexandre Tombini, ressaltou que a estratégia da autoridade monetária brasileira para conter a alta dos preços e segurar a disparada do dólar mostrou resultado e afirmou que o impacto do câmbio na inflação será limitado. Ele lembrou que a taxa básica de juros (Selic), hoje em 9% ao ano, já foi bem mais alta em momentos de crise, chegando a 45% ao ano. Destacou que nos últimos anos o Brasil mudou, e foram criadas condições para que a taxa fosse menor, exemplificando com a responsabilidade fiscal, a redução da vulnerabilidade do país e o crescimento da bancarização.

O presidente do Bacen reconheceu que a inflação ainda opera num patamar desconfortável, mas afirmou que a autoridade monetária está comprometida com o combate à alta dos preços para que o crescimento da economia ocorra de maneira sustentada. Ele destacou que os índices estão

operando acima do teto da meta fixada pelo governo, de 4,5%, porque foram impactados por um choque nos preços de commodities e também pelo câmbio.

Respondendo a questionamentos dos parlamentares, Tombini admitiu que a elevação ou redução da taxa Selic é um dos instrumentos à disposição da instituição para controlar os índices inflacionários e argumentou que a política econômica brasileira está pautada na sustentabilidade e na prudência, pois de nada adiantaria política com efeito fugaz que criasse a semente de problemas no futuro.

Audiência pública realizada em 19/09/2013

Destinada a debater o Sistema de Acompanhamento dos Contratos de Repasse do Ministério do Turismo, um novo modelo de gestão que também pode ser adotado pelos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal

Requerimento nº 406/2013, do deputado Edinho Bez, aprovado na Comissão em 13/3/2013.

Participantes: Italo Oliveira Mendes, diretor de Gestão Estratégica do Ministério do Turismo; e Pablo Wanzeller Pinheiro, Coordenador-Geral do Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome.



Da esquerda para direita: Pablo Wanzeller Pinheiro - MDS, Dep Edinho Bez – Pres. da CFFC, Luiz Paulo Pieri, Secretário da CFFC, Italo Oliveira Mendes – Min. Do Turismo, durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

O Sr. Ítalo Oliveira Mendes fez uma exposição detalhada sobre o funcionamento do Sistema de Acompanhamento dos Contratos de Repasse do Ministério do Turismo (Siscor), desenvolvido pelos próprios técnicos do Ministério do Turismo (MTur). O palestrante informou que o modelo já é compartilhado com a Casa Civil e outros ministérios e possui uma versão simplificada disponível no site do MTur para consulta da população em geral. Em seguida, o Sr. Pablo Wanzeller Pinheiro expôs sobre as formas e instrumentos de controle de gestão adotados pelo MDS e informou o interesse em conhecer o modelo desenvolvido pelo MTur.

Durante os debates, os parlamentares elogiaram os avanços tecnológicos e na transparência dos sistemas de controle apresentados, mas fizeram críticas e questionamentos relativos ao excesso de burocracia governamental na gestão e liberação de recursos para obras públicas, especialmente quanto à atuação da Caixa Econômica Federal.

Audiência pública realizada em 24/9/2013

Destinada a debater a matriz energética brasileira e as constantes notícias publicadas na mídia nacional sobre a possibilidade do Brasil sofrer um apagão nas proximidades dos jogos da Copa do Mundo de 2014.

Requerimento nº 426/13, do deputado Edinho Bez, aprovado pela Comissão em 05/06/2013.

Participantes: José Moisés Machado da Silva, superintendente de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade da Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel; Robésio Maciel de Sena, secretário adjunto de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia; Paulo Gomes, assessor da Diretoria de Planejamento e Programação do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.



Da esquerda para direita: Paulo Gomes - ONS, Dep Edinho Bez – Pres. da CFFC, Robésio Maciel de Sena – MME, José Moisés Machado da Silva - ANEEL, durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

O Sr. José Moisés Machado da Silva (Aneel) enfatizou que não há risco de falta ou racionamento de energia atualmente nem durante a Copa de 2014, esclarecendo que eventuais apagões ocorridos se deram por problemas operacionais nos sistemas de distribuição de energia e que a Aneel já solicitou ao ONS as providências no sentido de evitar novas ocorrências.

O Sr. Paulo Gomes explicou como o ONS vem se preparando para os grandes eventos, como a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016, por meio de ações preventivas e preparatórias, inclusive simulados, no sentido de evitar problemas ou, caso ainda aconteçam, agir prontamente para minimizar seus efeitos.

Por fim, o Sr. Robésio Maciel de Sena informou que foram criados no MME Grupos de Trabalho para a elaboração, implementação e acompanhamento dos Planos de Ação da Copa 2014 e das Olimpíadas 2016, e reiterou que as obras que estão sendo feitas para a expansão do sistema são

suficientes para garantir o suprimento de energia adequado à realização dos eventos, enfatizando que todas as exigências da Fifa e do Comitê Olímpico serão atendidas, inclusive a dupla alimentação energética nos estádios e demais locais onde se realizarão as competições dos dois eventos.

Audiência pública realizada em 22/10/2013 – conjunta com a Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP).

Destinada a debater a transparência nos convênios do Ministério do Trabalho e emprego (MTE)

Requerimento nº 512/13-CFFC, do deputado Fernando Francischini, aprovado na CFFC em 18/9/2013; e nº 286/13-CTASP, do deputado André Figueiredo.

Participante: Manoel Dias, ministro de Estado do Trabalho e Emprego (MTE).



Da esquerda para direita: Ministro Manoel Dias – Min. do Trabalho e Emprego, Dep. Roberto Santiago – Pres. da CTASP, Dep Edinho Bez – Pres. da CFFC, durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

O ministro Manoel Dias disse que ficou “arrasado” e “transtornado” com a repercussão da Operação Esopo, deflagrada meses depois de sua posse no ministério. Ministrou frisou, entretanto, que as irregularidades descobertas não ocorreram durante a sua gestão; as pessoas envolvidas já são alvo de processo administrativo-disciplinar; e os que ocupavam cargos de confiança foram exonerados – como o secretário-executivo da pasta, Paulo Roberto Pinto, e o secretário de Políticas Públicas de Emprego, Sérgio Vidigal.

Manoel Dias ressaltou ainda que o ministério não tem servidores suficientes para fazer a fiscalização, pois seria necessário o dobro de auditores fiscais do quadro atual, e informou que está contando com a ajuda do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU).

O presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, deputado Edinho Bez, considerou que o ministro do Trabalho esclareceu tudo sobre as denúncias de desvios na pasta.

Audiência pública realizada em 22/10/2013 – conjunta com a Comissão de Finanças e Tributação

Destinada a esclarecimentos sobre impactos ambientais, violação de direitos humanos e trabalhistas praticados pela Mineradora Vale.

Requerimentos nº 463/2013-CFFC, do deputado Wellington Roberto, aprovado em 12/6/2013; e nº 188/2013-CFT, do deputado Manoel Junior.

Participantes: Waldir Pires, sócio da W.O. Engenharia Ltda.; Rogério José Belfort Freire, engenheiro representante da W.O. Engenharia Ltda.; Marco Antonio Miranda, sócio da Construtora Amarq Ltda.; Cesar Augusto Castro de Almeida, sócio da Construtora Lucaia Ltda.; Fernando Visco Didier Filho, sócio da Construtora Lucaia Ltda.; Olímpio Biondo, representante da Engecaf Serviços Ltda.; José Eduardo Guimarães Barros, procurador-chefe da Procuradoria Federal Especializada da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).



Dep. João Magalhães, Pres. da CFT, e Edinho Bez, Pres. da CFFC, e participantes durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

Os representantes das empresas denunciaram irregularidades praticadas pela Mineradora Vale, envolvendo quebras de contratos, atrasos nos pagamentos e fraudes nas medições das obras contratadas. Segundo eles, tais irregularidades levaram várias empresas à falência, geraram passivos trabalhistas e causaram danos sociais e ambientais.

O procurador José Eduardo Guimarães informou que as empresas de sociedade anônima, cuja fiscalização cabe à CVM, são obrigadas a divulgar um formulário de referências com informações atualizadas sobre fatores de riscos e ações judiciais relevantes, para que a CVM as disponibilize aos investidores. Esclareceu que a Vale não prestou informações sobre ações judiciais movidas

pelas empresas denunciadoras, tendo informado apenas genericamente sobre riscos de ações trabalhistas.

No debate, os deputados lamentaram a ausência do representante da Mineradora e concordaram que as Comissões devem documentar os fatos, buscando informações junto às empresas, ao Judiciário e ao Ministério Público, e cobrar providências ao Ministério da Fazenda. Também cogitaram a possibilidade de requerem uma CPI para apurar as denúncias.

Audiência Pública realizada em 29/10/2013

Destinada a identificar e caracterizar os problemas relatados pelo Autor da PFC de n. 109/2010 a respeito das rodovias BR 364 e 429, em Rondônia.

Conforme plano de execução constante do relatório prévio do deputado Wellington Roberto, aprovado em 5/6/2013, sobre a PFC 109/2010, de autoria do deputado Moreira Mendes.

Participantes: Jorge Ernesto Pinto Fraxe, diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT); Arsenio José da Costa Dantas, secretário da SecobRodovias do Tribunal de Contas da União (TCU); Roger da Silva Pêgas, diretor de Infraestrutura Rodoviária (DNIT); e André Reitz do Valle, superintendente regional do DNIT nos Estados do Acre e de Rondônia.



Da esquerda para direita: Arsenio José da Costa Dantas – TCU, Jorge Ernesto Pinto Fraxe - DNIT, Dep Edinho Bez – Pres. da CFFC, Roger da Silva Pêgas – DNIT, André Reitz do Valle - DNIT, durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

O deputado Moreira Mendes, autor da PFC 109/2010, criticou o planejamento e o andamento das obras nas BR 364 e 429, destacando a demora em iniciar dois trechos da duplicação da BR 364 – incluindo a ponte que atravessa o Rio Madeira - bem como a deterioração precoce de alguns trechos de asfalto recém- concluídos.

O Sr. Arsênio José da Costa Dantas informou que os processos abertos em relação às obras dos viadutos na BR 364 e do entroncamento da BR-364/429 foram encerrados após o cumprimento das providências exigidas pelo TCU, restando pendente apenas o processo relativo à duplicação da BR 364, no trecho Candeias do Jamary-Porto Velho, em que foi constatado sobrepreço de 10,8% no edital.

Os representantes do DNIT enfatizaram que as situações relatadas na PFC 109/2010 já foram resolvidas e a maior parte das obras está em pleno funcionamento, atendendo às necessidades da população. O Sr. Jorge Ernesto Pinto Fraxe reconheceu, entretanto, que os projetos não têm passado pela maturação necessária antes de iniciar-se a execução, devido à necessidade urgente das obras de infraestrutura e transporte no Brasil. Ressaltou, entretanto, que o DNIT vem se adequando a essa situação, com o auxílio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e do Regime Diferenciado de Contratação (RDC).

Audiência pública realizada em 5/11/2013 – conjunta com Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP)

Destinada a debater a possibilidade de nomeação dos excedentes do último concurso de analista tributário da Receita Federal.

Requerimentos nº 539/13-CFFC, do deputado Ademir Camilo, aprovado na Comissão em 16/10/2013; e nº 291/13-CTASP, do deputado Ronaldo Nogueira.

Participantes: Francisco Lessa Ribeiro Junior, coordenador-geral de Gestão de pessoas da Secretaria da Receita Federal, representando o Ministério da Fazenda; Mauro Henrique Macedo Pessoa, secretário adjunto de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Silvia Helena de Alencar Felismino, presidente do Sindicato Nacional dos Analistas Tributários da Receita Federal do Brasil – SindiReceita; e Paulo Tarso de Lara Oliveira, representante da Comissão dos excedentes do último concurso de Analista Tributário da Receita Federal.



Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

A presidente do Sindireceita, Silvia Felismino, informou que, além de o edital do concurso prever a possibilidade de preenchimento de 50% a mais do número de vagas oferecidas, 45 aprovados não tomaram posse e existem mais de 250 vagas relativas a servidores que passaram em concurso para outro cargo dentro da Receita e há previsão de outras vacâncias em função de aprovação em outras seleções, argumentando que o preenchimento dessas quase 300 vagas que não demandariam aumento de gastos não depende de previsão orçamentária, mas apenas de decisão política.

O representante da Receita Federal, Francisco Lessa Ribeiro Junior, enfatizou que o órgão cumpriu as normas do edital e contratou todos os concursados que se classificaram dentro do limite das vagas oferecidas. Admitiu, porém, que o órgão necessita de mais servidores e poderia aproveitar os excedentes, mas para isso depende de previsão orçamentária e liberação de recursos por parte do Ministério do Planejamento. De sua parte, o representante do Ministério do Planejamento, Mauro Henrique, comprometeu-se a analisar a possibilidade de convocação de aprovados para o preenchimento das vagas que correspondam às vacâncias não onerosas.

Nos debates, o presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, deputado Roberto Santiago, destacou a importância da convocação de mais aprovados no concurso de analista para o programa do governo federal que determina o funcionamento ininterrupto de portos e aeroportos brasileiros. Já o deputado Ronaldo Nogueira, um dos autores do requerimento de audiência, considerou que a admissão de todos os excedentes, plenamente habilitados para ocuparem o cargo não se traduz em um encargo financeiro, mas em um grande avanço na área de controle fiscal e aduaneiro de fronteiras e aeroportos, na área econômica e na segurança nacional.

Audiência pública realizada em 12/11/2013

Destinada a debater a eficácia da Lei de Acesso à Informação Pública, Lei nº 12.527/2011, tendo como convidados representantes da CGU, do TCU e da ONG Transparência Brasil.

Requerimento nº 469/13, do deputado Edinho Bez, aprovado na Comissão em 3/7/2013.

Participantes: Sérgio Nogueira Seabra, secretário de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas do CGU; Eduardo Duailibi Murici - ouvidor do TCU; e Claudio Weber Abramo, diretor executivo da ONG Transparência Brasil.



Da esquerda para direita: Eduardo Duailibi Murici – TCU, Cláudio Weber Abramo – ONG Transparência Brasil, Dep Edinho Bez – Pres. da CFFC, Luiz Paulo Pieri, Secretário da CFFC, Sérgio Nogueira Seabra, durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo

O Sr. Claudio Weber Abramo considerou que a LAI restringe o direito constitucional de acesso à informação pública ao criar a possibilidade de sigilo também no âmbito estadual e municipal. Criticou também a opacidade e relutância na prestação de informações por parte dos entes estaduais e municipais, bem como do Ministério Público Federal, dos Tribunais Superiores e do Legislativo Federal, inclusive o Tribunal de Contas da União. Argumentou que é tarefa da imprensa, do Ministério Público e da sociedade civil organizada exigir a transparência do Poder Público, já que o cidadão comum não demonstra interesse em demandar o acesso a essas informações.

O Sr. Sérgio Nogueira Seabra considerou que a LAI trouxe muitos avanços na transparência da gestão pública ao regulamentar o acesso à informação. Esclareceu, entre outros pontos, que a lei prevê a publicidade máxima - sendo o sigilo exceção - e a proatividade dos entes federais, os quais, independentemente de solicitação prévia, disponibilizam uma vasta e detalhada quantidade

de informações em seus sítios na internet, dentre os quais destacou o Portal da Transparência do Governo Federal, gerido pela CGU. Citou, ainda, avaliações de entidades internacionais independentes que inserem o Brasil entre os países mais avançados do mundo quanto ao acesso à informação.

O Sr. Eduardo Duailibi destacou a mudança de cultura ocorrida a partir da LAI, com a conscientização de que o Estado não é o proprietário das informações públicas, mas apenas o seu guardião. Informou também que o TCU tem sido bastante demandado a respeito do acesso a informações e tem contribuído para que a lei seja cumprida.

O deputado Edinho Bez, autor do requerimento da audiência, também considerou que a transparência na gestão pública avançou bastante com a Lei de Acesso à Informação.

Audiência pública realizada em 19/11/2013 – conjunta com a Comissão de Finanças e Tributação

Destinada a debater a limitação de participação no processo de privatização dos aeroportos de Confins e Galeão.

Requerimentos nº 538/13-CFFC do deputado Akira Otsubo e outros, aprovado na Comissão em 16/10/2013; e nº 238/13-CFT, do deputado Manoel Junior e outros.

Participantes: Moreira Franco, ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República; e Marcelo Pacheco dos Guarany, presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).



Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

O ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil, Moreira Franco, defendeu a regra do edital que determina que grupos detentores da concessão de outros aeroportos brasileiros participem com, no máximo, 15% do controle dos consórcios neste novo leilão, garantindo que essa regra tem o respaldo da Advocacia Geral da União (AGU) e do Tribunal de Contas da União (TCU).

Questionado pelo deputado Manoel Junior (PMDB-PB), um dos autores do pedido da audiência, para quem essa limitação em 15% geraria um fator limitador à livre concorrência, Moreira Franco garantiu que os leilões serão extremamente competitivos e lembrou ainda que, desde os primeiros leilões, a preocupação do governo é garantir a presença de grupos privados diferentes no controle dos aeroportos brasileiros. O ministro argumentou que essa diversificação no controle dos

consórcios abre a possibilidade de se trabalhar com experiências, posições de capital e capacidades de gestão e operação diferentes, e afirmou que o objetivo das regras questionadas na audiência foi permitir que o sistema de administração aeroportuária se oxigenasse e incorporasse todas as mudanças ocorridas no mundo todo.

O presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), Marcelo Guaranys, ressaltou que, além de preservar a concorrência nos leilões de privatização, o governo também está atento à concorrência na execução dos contratos, a fim de que a concessão represente, na prática, melhores serviços e tarifas mais baratas para o passageiro.

Quanto às obras nos aeroportos, o ministro da Secretaria da Aviação Civil garantiu que todas estarão prontas até a Copa de 2014, pelos menos nas cidades-sede da competição.

Audiência pública realizada em 20/11/2013 – conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), a Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado (CSPCCO) e a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (CCAI):

Destinada a prestar esclarecimentos a respeito da atuação do servidor da Abin nº 008997, em 2012, à época ocupante do cargo de subchefe da Agência em Foz do Iguaçu-PR; sobre a suposta "espionagem realizada pelo governo brasileiro a diplomatas estrangeiros"; e quanto à atuação do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República relativamente às atividades de inteligência e de segurança da informação.

Requerimentos: nº 546/13-CFFC, do deputado Mendonça Filho, aprovado na Comissão em 6/11/2013; nº 366/13-CREDN, do deputado Nelson Pellegrino; nº 367/13-CREDN, da deputada Perpétua Almeida; nº 368/13-CREDN, dos deputados Mendonça Filho e Claudio Cajado; nºs 369 e 370/13-CREDN, do deputado Rubens Bueno; nº 282/13-CSPCCO dos deputados Alexandre Leite e Delegado Protógenes; e nº 08/13-CCAI, do deputado Nelson Pellegrino e do senador Ricardo Ferraço.

Participantes: José Elito Carvalho Siqueira, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Wilson Roberto Trezza, diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin); e Raphael Mandarino Junior, chefe do Departamento de Segurança da Informação e Comunicações do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.



Da esquerda para direita: Wilson Roberto Trezza – ABIN, General José Elito Carvalho Siqueira – GSI/PR, Dep. Nelson Pellegrino – CREDN, Raphael Mandarino Junior – GSI/PR, durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

O ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI), general José Elito Siqueira, e o diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), Wilson Roberto Trezza, negaram a existência de um agente duplo a serviço dos Estados Unidos dentro da Abin e de irregularidades em operações de contrainteligência por parte daquele órgão.

Sobre as denúncias de que um agente da Abin teria sido premiado com a aposentadoria após reunir-se com um agente de inteligência norte-americano, o diretor-geral da Abin esclareceu que foi apenas um encontro, o agente da Abin não entregou nem recebeu nada e foi exonerado do cargo de superintendente em Manaus por uma questão administrativa. Trezza explicou ainda que o agente já não servia em Foz do Iguaçu e que, estando em Manaus, não tinha como acessar dados e informações de outra superintendência da Agência.

O presidente da CCAI, Nelson Pellegrino, lamentou o vazamento das informações, algumas com fatos ocorridos há dez anos, e as tentativas de vincular as denúncias, publicadas pelos jornais Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo, com as operações de espionagem realizadas pela NSA dos Estados Unidos contra o Brasil. Pellegrino salientou que, conforme esclareceram os convidados, o Brasil não montou nem realizou operações de espionagem no exterior e que as operações de contrainteligência no Brasil foram realizadas de acordo com a legislação e contra alvos que poderiam colocar a segurança nacional em risco.

Audiência pública realizada em 21/11/2013

Destinada a debater os procedimentos adotados por várias Superintendências da Receita Federal entre os dias 15 de Julho e 1º de agosto deste ano, concedendo Licença de Exploração de Centros Logísticos e Industriais Aduaneiros – Clia.

Requerimento nº 508/2013, do deputado Carlos Magno, aprovado na Comissão em 16/10/2013.

Participante: Ernani Checcucci, subsecretário de Aduana e Relações Internacionais da Receita Federal.



Da esquerda para direita: Ernani Checcucci - RFB, Dep Edinho Bez – Pres. da CFFC, Luiz Paulo Pieri, Secretário da CFFC, durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

O Sr. Ernani Checcucci informou que as licenças de exploração dos Clia foram concedidas na vigência da Medida Provisória 612/13, que alterou e modernizou o modelo de concessão de exploração dos serviços aduaneiros, transformando os antigos Portos Secos em Clia, e esclareceu que essas licenças se referiam a estabelecimentos que já estavam em funcionamento sob o antigo regime e se adequaram em tempo hábil às novas regras.

O representante da Receita Federal informou também que, além das concedidas, foram solicitadas outras licenças para novos Clia, cujos processos de concessão não foram concluídos devido à perda de validade da MP 612/13, que não foi apreciada pelo Congresso no prazo constitucional. Checcucci defendeu que essas licenças ainda sejam concedidas haja vista que foram solicitadas durante a vigência da MP 612/13, mas esclareceu que isso só será definido com a regulamentação das relações jurídicas advindas da revogação dessa medida provisória.

O autor do requerimento de audiência, deputado Carlos Magno, questionou os critérios para a concessão dessas licenças de Clia, postulando que não deveriam ter sido concedidas, uma vez que a Medida Provisória 612/13, que autorizava esse licenciamento, estava para perder a validade.

Audiência Pública realizada em 26/11/2013

Destinada a prestar esclarecimentos acerca da exploração e exportação de Nióbio no Brasil.

Requerimento nº 522/2013, do deputado Edio Lopes, aprovado na Comissão em 16/10/2013.

Participantes: Mauro Meinberg, diretor financeiro da AngloAmerican; e Paulo Misk, diretor de operações da AngloAmerican.



Da esquerda para direita: Mauro Meinberg – e Paulo Misk da AngloAmerican, Dep. Alexandre Santos – 1º Vice-Pres. da CFFC, Luiz Paulo Pieri, Secretário da CFFC, durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

Os diretores da AngloAmerican prestaram informações sobre a estrutura da AngloAmerican no Brasil e sua participação na exploração e exportação do Nióbio, enfatizando a preocupação da empresa com a questão socioambiental e o desenvolvimento sustentável. Esclareceram que, embora o Brasil detenha 98% das jazidas conhecidas, outros países também possuem jazidas do minério e projetos em andamento para sua exploração. Destacaram que os preços praticados pela empresa garantem uma boa margem de lucro e, caso aumentassem em demasia, poderiam viabilizar a concorrência de outros países tanto na exploração do Nióbio, quanto de outros minérios que podem substituí-lo na função de dar maior resistência à liga de aço.

Durante o debate, o deputado Edio Lopes, autor do requerimento de audiência, teceu críticas à política governamental de exploração do Nióbio no Brasil, entregue apenas a duas grandes empresas, a Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM) e a Angloamerican. Também questionou os convidados, entre outros pontos, sobre as propriedades desse minério e sobre a política de preços e de comercialização do nióbio praticada pela AngloAmerican e considerada prejudicial aos interesses do Brasil.

Por solicitação do deputado Fernando Francischini, o Sr. Paulo Misk comprometeu-se em verificar a possibilidade de dispor à Comissão lista dos compradores e cópia dos documentos de exportação de Nióbio, com os valores cobrados. A pedido do deputado Carlos Brandão, prometeu enviar também um resumo das ações e gastos da empresa em projetos de compensação ambiental.

Audiência pública realizada em 4/12/2013

Destinada a esclarecimento do ministro de Estado da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, acerca das denúncias encaminhadas por ele à Polícia Federal, bem como as circunstâncias da evasão de Henrique Pizzolato do território nacional.

Requerimentos: nº 554/2013-CFFC, dos deputados Carlos Sampaio, Duarte Nogueira, Nilson Leitão, Carlos Brandão e Vanderlei Macris, aprovado na Comissão em 27/11/2013; nº 182/2013-CCJC, dos deputados Ricardo Berzoini e Luiz Couto; nº 288/2013-CSPCCO, dos deputados Carlos Sampaio, Duarte Nogueira, Nilson Leitão e Otávio Leite; e nº 289/2013-CSPCCO, de autoria dos deputados Carlos Sampaio e Otávio Leite.

Participante: José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça.



Da esquerda para direita: Dep Edinho Bez – Pres. da CFFC, Dep Décio Lima – Pres. da CCJC, Dep. Otávio Leite – Pres. da CSPCCO, Ministro José Eduardo Cardozo – Min. da Justiça, Leandro Daiello - DPF, durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

O ministro José Eduardo Cardoso afirmou que encaminhou os documentos com denúncias de cartel e corrupção no Metrô de São Paulo e Distrito Federal à Polícia Federal porque esse é o procedimento de praxe que deve ser tomado por alguém no seu posto. Ele afirmou que um documento com farta documentação e narrativa de fatos, verdadeiros ou não, devem ser encaminhados para investigação, não cabendo a ele fazer juízo de valor sobre se as acusações são ou não verdadeiras.

O ministro informou, também, que o documento – que teve parte do seu conteúdo vazado na imprensa – continua sob sigilo de Justiça, assim como o inquérito ao qual foi juntado, mas garantiu que nenhum parlamentar está sendo investigado nesse inquérito.

O secretário de Energia de São Paulo José Aníbal – que foi citado nos documentos enviados por Cardoso, se licenciou do cargo por dois dias e reassumiu o mandato de deputado Federal apenas para participar da audiência – e o deputado Carlos Sampaio acusaram o ministro de extrapolar sua competência e agir de forma não democrática, leviana e partidária, ao enviar à Polícia Federal documentos que visam a comprometer os integrantes do PSDB e cuja veracidade não fora checada. O ministro defendeu-se, alegando ter agido estritamente como manda a lei, e lembrou que Sampaio acusou o ex-ministro da Justiça Tarso Genro de prevaricação quando ele demorou a encaminhar à Polícia Federal documentos contra integrantes do Governo.

O deputado Edinho Bez, presidente da CFFC, elogiou a postura do ministro em fazer cumprir a lei, e a sua coragem para enfrentar problemas, independentemente da situação em que se coloquem os seus pares. Os deputados Ivan Valente (PSOL-SP) e Paulo Teixeira (PT-SP) defenderam a criação de uma CPI para investigar as denúncias, que também envolvem o governo do Distrito Federal.

Devido à extensão do debate sobre esse primeiro tema, a evasão de Henrique Pizzolato do território nacional não foi debatida na audiência.

Audiência Pública realizada em 17/12/2013

Destinada a prestar esclarecimentos acerca dos licenciamentos para a construção da 4ª faixa na BR-101-SC, e Ferrovia Litorânea, conforme PL n. 5945/2005.

Requerimento nº 558/2013, do deputado Edinho Bez, aprovado na Comissão em 4/12/2013.

Participantes: Mário Dirani, diretor de Infraestrutura do Departamento Nacional de Infraestrutura e Transportes – DNIT; Maria Janete Albuquerque de Carvalho, coordenadora geral de Licenciamento Ambiental, da Funai; e Eugenio Pio Costa, coordenador geral de Transporte, Mineração e Obras Cíveis, do Ibama.



Da esquerda para direita: Maria Janete Albuquerque de Carvalho – FUNAI, Mário Dirani - DNIT, Dep Edinho Bez – Pres. da CFFC, Eugênio Pio Costa - IBAMA, durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

O representante do DNIT, Sr. Mário Dirani fez um relato sobre os trajetos e objetivo das obras e informou que as restrições ambientais vêm dificultando sua conclusão. Disse, porém, que estão sendo feitos estudos para atender às restrições e viabilizar o licenciamento junto à Funai e o Ibama.

O Sr. Eugenio Pio Costa, fez um histórico dos processos no Ibama, destacando que, em relação à 4ª faixa da BR 101, o entendimento é que a obra está atrelada ao licenciamento da travessia do

Morro dos Cavalos, que ainda está pendente de anuência da Funai, por envolver terras indígenas. Em relação à Ferrovia Litorânea, esclareceu que o estudo de impacto ambiental e o relatório de impacto ambiental foram entregues incompletos pelo empreendedor, razão por que o licenciamento ainda não foi concedido.

A Representante da Funai, Sra. Maria Janete Albuquerque de Carvalho, discorreu sobre as restrições às obras do Morro do Cavalo e da Ferrovia Litorânea, que envolvem terras indígenas.



Audiência pública realizada em 18/12/2013

Destinada a debater sobre as providências adotadas pela Controladoria-Geral da União na apuração das demandas de supostas irregularidades praticadas pelo ex-Secretário-Executivo do Ministério do Trabalho e emprego, Paulo Roberto dos Santos Pinto, nas duas oportunidades em que ele ocupou o cargo, e debater sobre o desvio de recursos do Programa Fome Zero, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), e as providências eventualmente tomadas pelo órgão que chefia.

Requerimento nº 513/2013, do deputado Vanderlei Macris, e nº 551/2013, dos deputados Vanderlei Macris e Nilson Leitão, aprovados respectivamente em 30/10/2013 e 4/12/2013.

Participantes: Jorge Hage Sobrinho, ministro Chefe da Controladoria-Geral da União - CGU; Valdir Agapito Teixeira, Secretário Federal de Controle Interno (CGU); Cláudio A. de Almeida Py - diretor de Auditoria em Previdência, Trabalho, Pessoal, Serviços Sociais e Tomada de Contas Especial (CGU); e Lucimar Cevallos Mijan, diretora de Auditoria em Produção e Comunicações (CGU)



Da esquerda para direita: Valdir Agapito Teixeira - CGU, Ministro-Chefe Jorge Hage Sobrinho – CGU, Dep Edinho Bez – Pres. da CFFC, Cláudio A. de Almeida Py – CGU, Lucimar Cevallos Mijan - CGU, durante Audiência Pública.

Foto: Antonio Jacinto Índio

Resumo:

O ministro abordou primeiramente a questão envolvendo o Ministério do Trabalho e Emprego, apontando as irregularidades detectadas na gestão do secretário executivo, envolvendo convênios com o Instituto Mundial de Desenvolvimento e Cidadania (IMDC), para serviços de qualificação profissional, e quais as providências tomadas pelo CGU, pela Polícia Federal e pelo próprio MTE para apurar as responsabilidades nessas irregularidades específicas. Enfatizou que são corriqueiros os problemas com convênios entre o Governo e as ONG na área de qualificação

profissional e que o governo vem agindo para coibir essas irregularidades com o aumento de rigor para a celebração dos convênios na áreas de qualificação, substituindo-os por cursos do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

Passando ao debate desse primeiro tema, o deputado Vanderlei Macris, autor do requerimento 513/2013 criticou a morosidade do governo na apuração dessas irregularidades.

Iniciando a abordagem do segundo tema, o presidente passou a palavra ao deputado Vanderlei Macris, que fez questionamentos ao ministro sobre as irregularidades apontadas no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Com a palavra, o ministro informou que o PAA abrange a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Ministério da Agricultura, Abastecimento e Pecuária e o Ministério do Desenvolvimento Agrário, apontando as irregularidades detectadas e as providências tomadas pela CGU e os órgãos responsáveis para apurar as responsabilidades e coibir futuras irregularidades.

Audiência pública realizada em 18/12/2013

Destinada a discussão sobre os preços de passagens aéreas.

Requerimento nº 545/2013, do deputado Hugo Motta, aprovado na Comissão em 13/11/2013.

Participantes: Marcelo Pacheco dos Guaranys, diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil - Anac; e Eduardo Sanovicz, presidente da Associação Brasileira de Empresas Aéreas - Abear, representando as empresas Tam Linhas Aéreas, Avianca Brasil, Gol e Azul Linhas Aéreas.



Da esquerda para direita: Marcelo Pacheco dos Guaranys - ANAC, Dep Edinho Bez – Pres. da CFFC, Eduardo Sanovicz - ABEAR, durante Audiência Pública.

Foto: Lucio Bernardo Jr – Banco de Imagens da Câmara dos Deputados

Resumo:

O Sr. Marcelo Guaranys fez um levantamento da evolução das tarifas aéreas no Brasil, com redução dos preços no período 2002-2012, o que elevou o número de passageiros no transporte aéreo. Também destacou outros aspectos do setor, com a livre concorrência, a liberdade de oferta e de tarifas e a redução dos atrasos, o que fez expandir a. Reconheceu que houve um ligeiro aumento no preço das passagens aéreas em 2013 e informou que a Anac já está acompanhando as passagens comercializadas para o período da Copa a fim de evitar problemas nos voos e abusos nas tarifas. Como medidas para a redução do preço, sugeriu, entre outras, a redução do ICMS e o aumento da concorrência, com possível alteração na lei para maior abertura ao capital estrangeiro.

O Sr. Eduardo Sanovicz destacou que, no período 2002-2012, houve uma grande melhora no cenário da aviação comercial brasileira, que passou a apresentar, entre outras características benéficas, liberdade tarifária, tarifas em queda, competição real e massificação do transporte aéreo. Argumentou que, a partir de 2013, devido ao aumento dos custos e a falta de respostas do governo às demandas do setor, as empresas aéreas tiveram que tomar medidas como a redução de oferta, melhorias internas e ajuste de preço. Acrescentou, entretanto, que voar é cada vez mais

vantajoso no Brasil e que, até 2020, o comprometimento e os investimentos para a solução de problemas do setor deverão levar o transporte aéreo brasileiro a um novo patamar.

Já os parlamentares criticaram a falta de transparência na política de preços das empresas, defenderam o aumento da concorrência e cobraram uma maior atenção para a aviação regional.

SEMINÁRIO "OS DESAFIOS DA AVIAÇÃO CIVIL NO BRASIL"

Data: 22/05/2013

Requerimentos:

CTD nº 169/2012 - Deps. Vicente Cândido, Jô Moraes, Arthur Oliveira Maia, Otavio Leite, Washington Reis, Paulão, Valadares Filho

CTD nº 231/2013 - Dep. Valadares Filho

CTD nº 247/2013 - Dep. Benjamin Maranhão

CTD nº 248/2013 - Dep. Paulão

CVT nº 40/2011 - Dep. Jânio Natal

CVT nº 73/2011 - Dep. Lourival Mendes

CVT nº 91/2011 - Deps. Alberto Mourão e William Dib

CVT nº134/2012 - Dep. Washington Reis

CFFC nº 380/2012 - Dep. Carlos Brandão

CFFC nº 418/2013 - Dep. João Pizzolatti

CFFC nº 420/2013 - Dep. Édio Lopes

CFFC nº 432/2013 - Dep. Vanderlei Macris

CFFC nº 433/2013 - Dep. Edinho Bez

CFFC nº 437/2013 - Dep. Sibá Machado

CINDRA nº 297/2013 - Dep. Jerônimo Goergen

Abertura:

- Sr. Moreira Franco, Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
- Deputado Romário, Presidente da Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados
- Deputado Edinho Bez, Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
- Deputado Jerônimo Goergen, Presidente da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia



Da esquerda para direita: Ministro-Chefe Moreira Franco – SAC/PR, Dep. Romário, Dep Edinho Bez – Pres. da CFFC, Dep. Jerônimo Goergen – Pres. da CINDRA.

PAINEL 1 - POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AVIAÇÃO CIVIL BRASILEIRA E REGIONAL

10h40 - Tema 1 - A Aviação Civil e a Expansão do Turismo Nacional

Presidente da Mesa: Deputado Romário

Moderador: Deputado Valadares Filho

Expositores:

- Sr. Gastão Vieira, Ministro de Estado do Turismo
- Sr. Moreira Franco, Ministro-Chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
- Sr. Eduardo Sanovicz - Presidente da ABEAR - Associação Brasileira das Empresas Aéreas, representando as empresas aéreas



Da esquerda para direita: Ministro-Chefe Moreira Franco – SAC/PR, Dep. Afonso Hamm, Dep Edinho Bez – Pres. da CFFC, Dep. Jerônimo Goergen – Pres. da CINDRA.

14h10 - Tema 2 - Política Tarifária e Carga Tributária

Presidente da Mesa: Deputado Edinho Bez

Moderador: Deputado Édio Lopes

Expositores:

- Sr. Guilherme Ramalho, Secretário Executivo da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
- Sr. Geraldo Alckmin, Governador do Estado de São Paulo - a confirmar
- Sr. Eduardo Sanovicz, Presidente da ABEAR (Associação Brasileira das Empresas Aéreas)
- Sr. Fernando Mombelli, Coordenador Geral de Tributação da Receita Federal

PAINEL 2 - INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA: SITUAÇÃO ATUAL, GARGALOS E PERSPECTIVAS

15h30 - Tema 1 - Obras e Investimentos

Presidente da Mesa: Deputado Diego Andrade

Moderador: Deputado José Stédile

Expositores:

- Sr. Antonio Gustavo Matos do Vale, Presidente da INFRAERO
- Sr. Marcelo Guarany, Diretor-Presidente da ANAC (Agência Nacional da Aviação Civil)

- Sr. Leonardo de Almeida Alonso - Gerente do Departamento de Transportes e Logística do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento)
- Sr. José Antunes Sobrinho, Presidente do Consórcio Inframerica Aeroportos, composto pelas empresas Infravix Participações SA e Corporación América SA
- Sr. Pedro Azambuja, Presidente do SINEAA (Sindicato Nacional das Empresas de Administração Aeroportuária)



PAINEL 3 - A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO E O CONSUMIDOR

17h - Tema 1 - Segurança, qualidade dos serviços e direitos do consumidor

Presidente da Mesa: Deputado Jerônimo Goergen

Moderador: Deputado Plínio Valério

Expositores:

- Sra. Danielle Crema, Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado da ANAC
- Sr. Amaury Martins de Oliva, Diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor e Secretário Substituto da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça
- Sr. Ronaldo Jenkins - Diretor de Segurança e Operações de Voo da ABEAR (Associação Brasileira das Empresas Aéreas)
- Cmte. Amauri Montandon Capuzzo, associado da ABRAPAC (Associação Brasileira dos Pilotos da Aviação Civil)
- Sra. Sandra Assali, Presidente da ABRAPAVAA (Associação Brasileira de Parentes e Amigos de Vítimas de Acidentes) Aéreos.



Resumo:

O ministro-chefe da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Moreira Franco, comentou que a baixa qualidade dos projetos é fruto dos baixos preços praticados pela Infraero. “Com os preços baixos, não estamos conseguindo trazer as melhores empresas”, salientou. “Precisamos praticar, no setor público, preços de mercado para ter as melhores empresas de engenharia brasileiras, os melhores arquitetos e projetistas, as melhores tecnologias, mas gastar é suspeito no Brasil”.

Porém, conforme disse o ministro, o maior desafio do setor aéreo não é o fluxo de passageiros que virão participar dos grandes eventos esportivos, mas o dia-a-dia.

“Não devemos perder esta enorme oportunidade de 'vender' nosso país, de aproveitar seu potencial turístico”, ressaltou o presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, deputado Edinho Bez (PMDB-SC). “A Copa passa, mas os investimentos em infraestrutura ficam”, complementou.

Moreira Franco pediu ajuda dos deputados para discutir a questão da natureza dos gastos públicos. “No passado, era pecado gastar, a ideologia era sempre evitar os gastos, porque não havia recursos; hoje temos recursos, temos planejamento, mas a capacidade do governo de gastar esses recursos é muito baixa”, disse. “Há uma série de dificuldades administrativas para evitar o gasto, além de fiscalização sobre fiscalização”, acrescentou.

Em 2002, o preço médio de uma passagem aérea era de R\$ 505. Dez anos depois, em 2012, esse valor caiu para R\$ 273. Nesse mesmo ano, 67 % das tarifas ficaram abaixo de R\$ 300. A queda dos preços e o crescimento da renda da população fizeram com que aumentasse o número de pessoas que viajam de avião, que deixou de ser um transporte de elite para se tornar um transporte de massa.

O presidente da ABEAR, Eduardo Sanovicz, também comentou sobre o preço das passagens, relatando que em 2012, 67% dos passageiros pagaram menos de R\$ 300 e 15% pagaram menos de R\$ 100. Ele observou que o setor ainda enfrenta desafios com altos custos, tecnologia e infraestrutura, o que encarece as viagens aéreas.

O representante da Associação Brasileira dos Pilotos da Aviação Civil, Amauri Capuzzo, disse que, para melhorar a segurança de voo no país, além da construção de mais aeroportos, é necessária a melhoria do controle de tráfego aéreo. Para ele, o controle do espaço

aéreo é deficiente por causa de equipamentos obsoletos e da legislação, que não acompanhou a evolução do número de voos.

Capuzzo destacou que, no aeroporto de Guarulhos, em São Paulo, por exemplo, existem duas pistas que não podem ser usadas ao mesmo tempo porque, mesmo estando distantes 800 metros uma da outra, a legislação não permite o pouso e decolagem de duas aeronaves no mesmo momento. Segundo ele, isso gera aumento dos gastos de combustível e da emissão de gases poluentes, porque os aviões ficam sobrevoando o aeroporto esperando pela permissão para pousar.

O número de passageiros e de aeronaves vem aumentando a cada ano, mas não a capacidade dos aeroportos, o que provoca riscos, inclusive relacionados à segurança dos voos.

Para resolver este gargalo, o presidente da Infraero Aeroportos, Antonio Gustavo Matos, anunciou que no plano nacional de investimentos em aeroportos de pequeno e médio porte serão contemplados 270 municípios que irão receber voo regular e os investimentos são de aproximadamente R\$ 7 bilhões.

IV SEMINÁRIO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS RECURSOS PÚBLICOS – O PAPEL DAS AGÊNCIAS REGULADORAS E A QUALIDADE DOS SERVIÇOS REGULADOS

Destinado à discussão de formas mais ágeis e eficazes de cumprir a função fiscalizadora do Estado.

Requerimento nº 466/2013, do deputado Edinho Bez

Data: 27/08/2013

Participantes:

DEPUTADO ANDRE VARGAS - Primeiro Vice-Presidente da Câmara dos Deputados
MINISTRO AUGUSTO NARDES - Presidente do Tribunal de Contas da União
DEPUTADO EDINHO BEZ - Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle
DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional
LUIZ ALBERTO DOS SANTOS - Coordenador do Comitê Gestor do PRO-REG (Programa de Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação) - Casa Civil da Presidência da República
LUIZ INACIO LUCENA ADAMS - Advogado Geral da União
WAGNER ALESSANDER FERREIRA - Coordenador-Geral de Auditoria da Área de Transportes da Controladoria-Geral da União
JOSÉ LUIZ LINS DOS SANTOS - Presidente da Associação Brasileira de Agências de Regulação - ABAR



Da esquerda para direita: José Luiz Lins Dos Santos – ABAR, Luiz Alberto dos Santos – CC/PR, Dep. Edinho Bez – Pres. da CFFC, Ministro Augusto Nardes – TCU, Dep. André Vargas, Luiz Inácio Lucena Adams – AGU, Dep. Arnaldo Jardim -, Wagner Alessandro Ferreira – CGU.

Com o objetivo de discutir formas mais ágeis e eficazes de cumprir a função fiscalizadora do Estado, a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realizou o IV Seminário Nacional de Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos, com o tema "O Papel das Agências Reguladoras e a Qualidade dos Serviços Regulados".

O Seminário ocorreu na terça-feira, 27 de agosto de 2013 e constou de um painel múltiplo, dividido em 3 mesas, em que representantes do Executivo, do Judiciário, do Legislativo e das agências reguladoras debateram:

- Os poderes e limitações das agências na mediação entre concessionários/permissionários e usuários dos serviços públicos - O equilíbrio entre a qualidade dos serviços prestados e os valores das taxas;
- A autonomia da Agência em relação ao governo: aspectos positivos e negativos;
- Experiências exitosas nacionais e internacionais em regulação; e
- Avaliação da Governança Regulatória.



Dep. Edinho Bez, Pres. da CFFC, e participantes durante a realização do Simpósio.

Programação do evento:

Painel Múltiplo:

Os poderes e limitações das agências na mediação entre concessionário-permissionários e usuários dos serviços públicos - O equilíbrio entre a qualidade dos serviços prestados e os valores das taxas;

A autonomia da Agência em relação ao governo: aspectos positivos e negativos, e Experiências exitosas nacionais e internacionais em regulação.

Avaliação da Governança Regulatória

10h30 - Painel Múltiplo - Mesa 1

Presidente da Mesa: DEPUTADO EDINHO BEZ

Expositores convidados:

HÉRCIO JOSÉ RAMOS BRANDÃO - Superintendente de Comunicação e Relações Institucionais da ANEEL

LUIZ ALBERTO DOS SANTOS - Coordenador do Comitê Gestor do PRO-REG (Programa de

Fortalecimento da Capacidade Institucional para Gestão em Regulação) - Casa Civil da Presidência da República

DANIEL MAIA VIEIRA - Diretor da Sefid Energia - TCU

CARLOS MANUEL BAIGORRI - Superintendente de Competição da ANATEL

LUCIANA GONÇALVES DE MATTOS VIEIRA - Secretária-Executiva da ANP

Debatedores:

DEPUTADO ARNALDO JARDIM - Frente Parlamentar Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional

ÁLVARO CIARLINI - Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Fazenda Pública - TJDF

MARIA INÊS DOLCI - Coordenadora Institucional da PROTESTE

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS - Procurador-Geral Federal da PGF/AGU



Dep. Edinho Bez, Pres. da CFFC, e participantes durante a realização do Simpósio

14 horas - Painel Múltiplo - Mesa 2

Presidente da Mesa: DEPUTADO LUIZ SÉRGIO

Expositores convidados:

FÁBIO ROGÉRIO TEIXEIRA DIAS DE ALMEIDA CARVALHO - Superintendente da SUEP - ANTT

DANIELLE PINHO SOARES ALCÂNTARA CREMA - Superintendente de Regulação Econômica e Acompanhamento de Mercado da ANAC

FERNANDO ANTÔNIO CORREIA SERRA - Gerente de Estudos e Desempenho Portuário da ANTAQ

WAGNER ALESSANDER FERREIRA - Coordenador-Geral de Auditoria da Área de Transportes da Controladoria-Geral da União

JOSÉ LUIZ LINS DOS SANTOS - Presidente da Associação Brasileira de Agências de Regulação - ABAR

Debatedores:

ÁLVARO CIARLINI - Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Fazenda Pública - TJDF

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS - Procurador-Geral Federal da PGF/AGU

MARIA INÊS DOLCI - Coordenadora Institucional da PROTESTE - Associação Brasileira de Defesa do Consumidor



Dep. Edinho Bez, Pres. da CFFC, e participantes durante a realização do Simpósio

16 horas - Painel Múltiplo - Mesa 3

Presidente da Mesa: DEPUTADO EDINHO BEZ

Expositores convidados:

CARLA DE FIGUEIREDO SOARES - Diretora-Adjunta da Diretoria de Normas e Habilitação dos Produtos da ANS

MARCO JOSÉ DE MELO NEVES - Assessor Especial do Diretor Presidente da ANA

ALEX BRAGA MUNIZ- Procurador-Geral da ANCINE

MARCOS FEY PROBST - Ex-diretor da Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento de Santa Catarina

GUSTAVO HENRIQUE TRINDADE DA SILVA – Chefe do Núcleo de Regulação e Boas Práticas Regulatórias da ANVISA

Debatedores:

MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS - Procurador-Geral Federal da PGF/AGU

ÁLVARO CIARLINI - Juiz de Direito Titular da 2ª Vara da Fazenda Pública - TJDFT

I SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE MAIORIDADE PENAL – IMPACTOS SOCIAIS E FINANCEIROS DA REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL

Requerimento nº 514/2013, do deputado Edinho Bez

Data: 12/12/2013

Participantes:

Proposta de plebiscito sobre a redução da Maioridade Penal

Dep. André Moura - Deputado Federal

Maioridade Penal: Cláusula Pétreua?

Dep. Vanderlei Siraque - Deputado Federal, Mestre e Doutor em Direito

Dep. Fernando Francischini - Deputado Federal e Delegado da Polícia Federal

Impactos Sociais e Financeiros da Redução da Maioridade Penal

Dr. Jorge Xavier, Diretor Geral da Polícia Civil do Distrito Federal;

Dra. Léa Martins Sales Ciarlini, Juíza da 2ª Vara de Entorpecentes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios;

Professora Dra. Beatriz Vargas Ramos, Conselheira do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça

Professor Dr. Antônio Flávio Testa, Doutor em Sociologia, Cientista Político, Professor e Pesquisador da Universidade de Brasília



Os deputados Vanderlei Siraque, Marcos Rogério, Edinho Bez e André Moura debatem a legislação sobre a maioridade penal

Resumo:

O **deputado André Moura**, líder do PSC na Câmara e que também é autor da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 57, que propõe a redução da maioridade de 18 para 16

anos e do PDC 494/13 que sugere a realização de plebiscito sobre o tema, disse que não se pode admitir que o discurso da década de 70 fosse o mesmo da atualidade, com todo o avanço tecnológico, crianças e adolescentes têm todas as informações, até de como fabricar bombas caseiras, produzir armas e outros artefatos. No Congresso Nacional, o tema é abordado em 53 propostas de emenda à Constituição. Uma delas está em análise na Câmara há 20 anos (PEC 171/93) e reduz a responsabilidade penal de 18 para 16 anos.

O presidente da Frente Parlamentar pela Redução da Maioridade Penal, deputado **Fernando Francischini (SDD-PR)**, propõe alterações no tempo de internamento dos menores infratores para cumprimento de medidas socioeducativas previstas no ECA. Para ele, que é delegado da Polícia Federal, é preciso agir com inteligência, punindo com rigor os crimes mais graves – aqueles ditos hediondos – e ao mesmo tempo oferecendo oportunidades de reabilitação.

O **deputado Vanderlei Siraque (PT-SP)**, afirmou que a maioria penal aos 18 anos é uma cláusula pétrea da Constituição brasileira. Acha necessário encontrar uma solução para o enfrentamento da criminalidade, e que o tema da redução da maioria penal tem que ser muito bem discutido.



Especialistas: Dr Jorge Xavier, Dra. Beatriz Vargas Ramos, Dra. Léa Martins Sales Ciarlini e Dr. Antonio Flávio Testa discutiram a fundo o tema sob a perspectiva dos diversos setores envolvidos.

A juíza da 2ª Vara de Entorpecentes do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, Léa Ciarline, manifestou-se contra a redução da maioria penal. Ela refutou o argumento de que a redução é necessária porque os jovens, aos 16 anos, já teriam capacidade de entender o que é certo e o que é errado. Segundo ela, aos 7 anos, a maior parte das crianças também já tem esse discernimento.

Durante o simpósio, o diretor-geral da Polícia Civil do Distrito Federal, Jorge Xavier, disse não apoiar a redução da maioria penal, mas defendeu o aumento do tempo de internação para menores que cometem infrações graves.



O doutor em Sociologia Antônio Flávio Testa disse concordar com um maior tempo de internação para jovens violentos e reincidentes, com o objetivo de diminuir a violência no curto prazo. Entretanto, no médio e longo prazos, ele defendeu medidas que tenham como foco o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes, para evitar que cheguem ao ponto de cometer crimes.

A conselheira Beatriz Rezende, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, também manifestou-se contra a redução da maioridade penal. Segundo ela, o adolescente infrator tem que ser responsabilizado pelo ato que cometeu, sem que o Estado abra mão de protegê-lo.



O presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, deputado Edinho Bez, sugeriu a criação de uma comissão especial para analisar as diversas propostas que tramitam na Câmara dos deputados sobre a redução da maioria penal. O deputado ressaltou que o tema é polêmico, porém, é necessário respeitar todas as opiniões e debatê-las.

PRÊMIO TRANSPARÊNCIA E FISCALIZAÇÃO PÚBLICA

O Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, instituído pela Resolução nº 13/2003 da Câmara dos Deputados, na sua edição de 2013, foi outorgado pela Mesa da Câmara dos Deputados e pela Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) aos homenageados durante a Sessão Solene da Câmara dos Deputados realizada dia 5/11/2013, às 11 horas, no Plenário Ulysses Guimarães. Os homenageados foram escolhidos pelo Colegiado da CFFC em reunião realizada dia 2/10/2013.



Da esquerda para direita: Aureo Marcus Makyama Lopes – Procurador da República, Dep. Edinho Bez – Pres. da CFFC, Luiz Octávio Dalpasquale, José Moacir Schmidt – Tractebel Energia.

Durante a solenidade foram entregues as seguintes premiações:

NA CATEGORIA GOVERNAMENTAL:

- **Título de Patrono do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, categoria Governamental, foi conferido a DEJANDIR DALPASQUALE, in Memoriam, ex-Deputado Federal, pela sua atuação, como homem público de grande valor, em importantes posições, principalmente, na área de agricultura e do cooperativismo, com objetivos sempre ligados ao bem-estar coletivo. Autor da indicação: Deputado Edinho Bez (PMDB/SC), Presidente da CFFC.**



Presidente da CFFC entrega diploma de menção honrosa ao Luiz Octávio Dalpasquale, filho do homenageado Dejandir Dalpasquale.

- **Prêmio Dejandir Dalpasquale, categoria Governamental, foi outorgado a AUREO MARCUS MAKIYAMA LOPES**, Procurador da República em Campinas/SP, pela prática de trabalho colaborativo e transparente relacionado ao projeto Teia Social. Autor da indicação: Deputado Carlos Sampaio, Líder do PSDB.



O Procurador Aureo Marcus Makiyama Lopes recebe o troféu do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública 2013 – Categoria Governamental.

NA CATEGORIA SOCIEDADE CIVIL:

- **Título de Patrono do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública, categoria Sociedade Civil conferido a RICARDO IZAR**, *in Memoriam*, ex-deputado Federal, pela sua atuação, como homem público de grande valor, em importantes posições, especialmente na defesa da ética e da transparência na atuação pública. Deputado Edinho Bez (PMDB/SC), Presidente da CFFC



Presidente da CFFC entrega diploma de menção honrosa à senhora Mariza Izar, viúva do homenageado Ricardo Izar.

- **Prêmio Jonathas Hugo Parra Mota, categoria Sociedade Civil, outorgado a MANOEL ARLINDO ZARONI TORRES**, Presidente da TRACTEBEL ENERGIA pela prática de aprimoramento da qualidade dos Relatórios de Sustentabilidade e das Demonstrações Contábeis da Tractebel Energia, especialmente na ampliação da transparência da gestão. Autor da indicação: Deputado Edinho Bez (PMDB/SC), Presidente da CFFC.



O Sr. José Moacir Schmidt, representando o presidente da Tractebel Energia, Manoel Arlindo Zaroni Torres, recebe o troféu do Prêmio Transparência e Fiscalização Pública 2013 – Categoria Sociedade Civil.

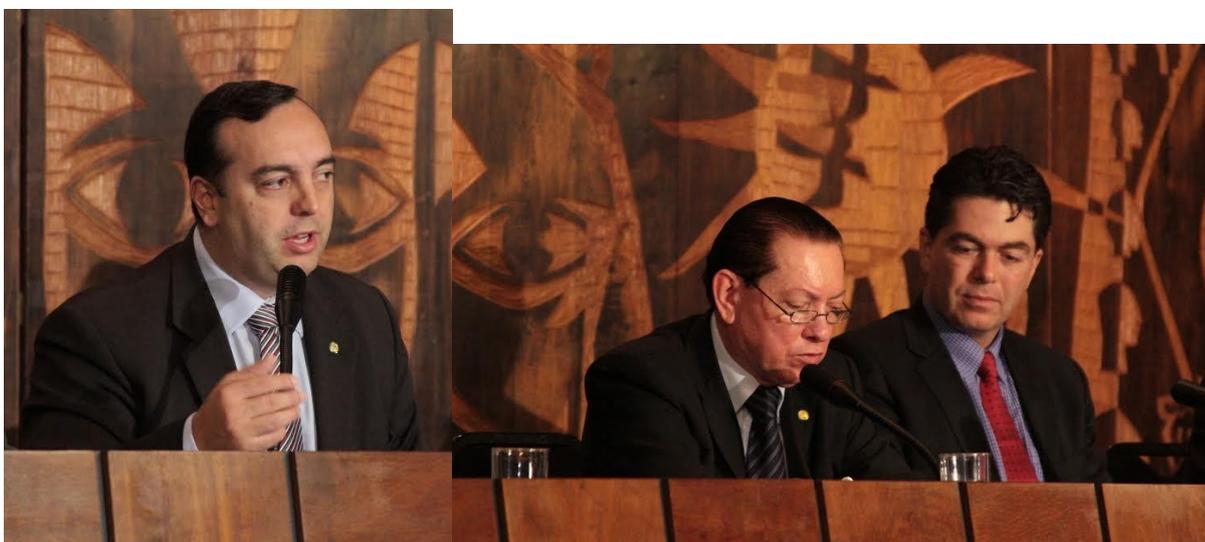
OUTROS EVENTOS

Mesa Redonda para ouvir empresas concessionárias da rodovia BR376/BR101, no trecho Curitiba/Florianópolis, em 9/8/2013

Local: Plenarinho da Assembleia Legislativa do PR

Destinada a dar embasamento na confecção do Relatório Final da PFC 35 de 2011, que trata da fiscalização da gestão dos contratos de concessão de rodovias federais no trecho Curitiba – Florianópolis pelas BR 376 e 101 no tocante ao cumprimento dos contratos e dos cronogramas de desembolso de investimentos e reajustes tarifários com indícios de não cumprimento do cronograma de desembolso e de execução

Req. 470/2013, de autoria do Dep. Fernando Francischini, aprovado na reunião de 3/7/2013.



Dep. Fernando Francischini e Edinho Bez , Pres. da CFFC, durante Mesa Redonda realizada na Assembleia Legislativa do PR.

Resumo:

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná sediou debate da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara Federal, na manhã desta sexta-feira (9), sobre possível descumprimento de contrato pelas empresas concessionárias das rodovias BR 101 e 376, no trecho entre Florianópolis (SC) e Curitiba (PR). Os trabalhos foram conduzidos pelo presidente da comissão, deputado federal Edinho Bez (PMDB-SC). Representantes de entidades paranaenses e catarinenses ligadas ao setor produtivo, comercial e industrial, além de fóruns contra o pedágio, também participaram da audiência pública, que aconteceu no Plenarinho da Assembleia, com a presença ainda de representantes da concessionária Autopista Litoral Sul, empresa do grupo Arteris.

Para o deputado Edinho Bez, a reunião foi bem representada e com participação ativa da sociedade civil. “Além de fiscalizar essa concessão, a Câmara deve continuar com outras diligências, pois os problemas gritantes são os valores do pedágio. O assunto deve voltar a ser discutido na Comissão de Fiscalização, até por que devemos apresentar uma análise dos contratos das concessionárias que operam nas rodovias federais que são de responsabilidade do governo federal”, garantiu Edinho.

Segundo o relator do Pedido de Fiscalização e Controle (PFC), deputado federal Fernando Francischini (PEN-PR), o trabalho será pautado pelo levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU), que apontou a existência de falta de obras nas estradas e reajustes nas tarifas em desacordo com o cronograma de investimentos. “Depois de muitas denúncias e dos indicativos por parte do TCU sobre nove itens irregulares neste trecho, como obras não realizadas, por exemplo, estamos ouvindo as pessoas, as concessionárias, para que elas expliquem estes apontamentos”, disse Francischini.

Na avaliação do deputado estadual Cleiton Kielse (PMDB), que integra a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Pedágios na Assembleia Legislativa, e participou da discussão, é fundamental o envolvimento das diferentes esferas na discussão sobre as concessões de rodovias. “O Paraná tem hoje o maior desequilíbrio entre arrecadação e projeção de obras nas rodovias. A partir desta reunião, o custo Brasil poderá ser reduzido. É preciso que se tenha o controle de arrecadação, o controle social e o controle de obras dos pedágios”, afirmou o parlamentar.

Obras atrasadas

O deputado Edinho alertou que os atrasos em obras de infraestrutura, como rodovias, devem-se a demora dos licenciamentos ambientais. “Em algumas localidades até as Câmaras Municipais quer legislar em equipamentos de responsabilidade federal”. Outro problema esclarecido pelos participantes é descontinuidade de projetos pelas administrações locais: prefeitos que não dão continuidade as obras em andamentos de gestão anterior.

De acordo com dirigentes da concessionária, existem alguns pontos que já estão sendo tratados pelo corpo jurídico em relação aos questionamentos do TCU, e que muitas indagações dos deputados não poderiam ser respondidas em razão destas demandas. Mas que as empresas são submetidas permanentemente às análises criteriosas dos órgãos de fiscalização, como a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e a Companhia de Valores Mobiliários (CVM).

Lançamento da 4ª edição da Cartilha de Fiscalização Financeira e Controle.

Em 4/12/2013, durante a reunião da Comissão, foi lançada a 4ª edição da Cartilha de Fiscalização Financeira e Controle.



O Sr. Fernando Genovez recebe do Dep. Edinho Bez, Pres. da CFFC, o primeiro exemplar da Cartilha de Fiscalização Financeira e Controle, representando o cidadão brasileiro.

A Cartilha de Fiscalização Financeira e Controle se destina a esclarecer, de forma sucinta, os componentes do processo, os órgãos responsáveis pela fiscalização e as formas de participação da sociedade, tanto por meio dos Conselhos de Políticas Públicas, quanto diretamente.

III – TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES NA COMISSÃO

A Comissão de Fiscalização Financeira e Controle tem competência para apreciar Propostas de Fiscalização e Controle (PFC), Representações (REP), Requerimentos (REQ) e Sugestões de Emendas às Leis Orçamentárias.

Nesta 3ª Sessão Legislativa, a Comissão deliberou sobre 28 Relatórios de Propostas de Fiscalização e Controle, 5 Relatórios Finais de Representações, 135 Requerimentos, 10 Sugestões de Emendas ao Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2012 e 6 Sugestões de Emendas ao Orçamento da União de 2012.

PROPOSIÇÕES APRECIADAS

Período	Proposta de Fiscalização e Controle				Representação			Requerimento		
	Relatório Prévio		Relatório Final pelo encerramento e arquivamento	Total Relatórios apreciados	Parecer	Relatório Final pelo encerramento e arquivamento	Total Relatórios Apreciadas	Aprovados	Rejeitados	Total requerimentos apreciados
	Implementação	Não Implementação								
MARÇO	1	2	2	5	-	1	1	17	-	17
ABRIL	-	-	-	-	-	1	1	12	-	12
MAIO	-	-	-	-	-	-	-	4	-	4
JUNHO	1	5	1	6	1	-	1	21	2	23
JULHO	2	-	-	2	-	-	-	9	-	9
AGOSTO	-	3	1	4	-	-	-	11	-	11
SETEMBRO	-	-	2	2	-	-	-	12	2	14
OUTUBRO	-	1	1	2	-	1	1	22	-	22
NOVEMBRO	1	1	2	4	-	-	-	8	-	8
DEZEMBRO (até dia 4)	2	1	-	3	1	-	1	14	1	15
TOTAL	6	13	9	28	2	3	5	130	5	135

Tipo	Aprovadas	Rejeitadas	Prejudicadas	Total
Texto	10	-	-	10
Sugestão de Emenda ao PLOA 2014 (PL 9/2013-CN)				
Tipo	Aprovadas	Rejeitadas	Prejudicadas	Total
Apropriação – Inclusão/Acréscimo	4	-	1	5
Remanejamento	1	-	-	1
Texto	-	-	-	-
TOTAL	5	-	1	6

Tipos de Requerimento Aprovados	Total
Requerimentos de Audiência Pública / Convocação de Ministro de Estado	67
Requerimento de Informação	46
Requerimento de Visita Técnica, Mesa Redonda e Seminário	11
Requerimento de Extinção/Instalação/Reinstalação de Subcomissões	4
Requerimento de auditoria pelo TCU	2

É importante ressaltar que grande parte das matérias apreciadas pelo colegiado da Comissão reside na apreciação de requerimentos. Observa-se que esse tipo proposição é bastante utilizado devido à sua eficácia na agilidade de pautar na Comissão discussões de temas relevantes e atuais para o país. Tais proposições viabilizam o trabalho de fiscalização exercido por essa Comissão.

Também são apreciados relatórios prévios e finais de Proposta de Fiscalização e Controle, instrumentos utilizados para implementações e conclusões de fiscalização. Na implementação de fiscalização por PFC é necessário aprovação de relatório prévio com a definição de plano de execução e a metodologia de avaliação. Os resultados da fiscalização são consubstanciados em relatório final da PFC a ser submetido à apreciação da Comissão, do qual poderá constar encaminhamento ao Ministério Público e a outros órgãos para providências.

PROPOSTAS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

A Proposta de Fiscalização e Controle é o instrumento pelo qual as Comissões realizam a fiscalização e o controle. Estão sujeitos à fiscalização e controle do Congresso

Nacional, de suas Casas e Comissões, conforme dispõe o art. 60 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD), os seguintes atos ou fatos, *in verbis*:

- I – passíveis de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, referida no art. 70 da CF;
- II – os atos de gestão administrativa do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta, seja qual for a autoridade que os tenha praticado;
- III – os atos do Presidente e Vice-Presidente da República, dos Ministros de Estado, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, do Procurador Geral da República e do Advogado Geral da União que importarem, tipicamente, crime de responsabilidade; [...]

No tocante ao campo temático e áreas de atividade da Comissão, o Regimento Interno, no art. 32, inciso XI, tipifica a competência da Comissão. A PFC poderá ser apresentada à Comissão por qualquer deputado, contendo a indicação do ato a ser fiscalizado e a fundamentação da providência objetivada, conforme dispõe o art. 61 do RICD.

Posteriormente, a Secretaria da Comissão encaminha à Secretaria Geral da Mesa a proposição para numeração. A Proposta de Fiscalização e Controle é distribuída às Comissões nos termos do despacho do Presidente da Câmara dos Deputados.

Quando a proposta retorna à Comissão, seu Presidente designa um membro para relatá-la. À luz das normas regimentais, a proposta deverá ser relatada previamente quanto à oportunidade e conveniência da medida e ao alcance jurídico, administrativo, político, econômico, social ou orçamentário do ato impugnado, com a definição do plano de execução da fiscalização e a metodologia de avaliação.

Aprovado o relatório prévio pela implementação da fiscalização, o mesmo relator ficará encarregado de sua execução e da apresentação do relatório final. Após aprovação do relatório final, o encaminhamento das medidas constantes do relatório será realizado observando-se, no que couber, o que dispõe o art. 37 do RICD.

REPRESENTAÇÕES

Conforme prevê o art. 253 do RICD, qualquer pessoa física ou jurídica pode apresentar petições, representações ou reclamações contra ato ou omissão das autoridades públicas, ou imputados a membros da Casa, que serão recebidas pela Ouvidoria Parlamentar, pelas Comissões ou pela Mesa.

As denúncias devem tratar de assuntos que envolvam matéria de competência da Câmara dos Deputados e ser encaminhadas por escrito ou por meio eletrônico, devidamente identificadas, ou por telefone, com identificação do autor.

Ao ser recebida denúncia na Comissão, inicialmente são verificados se os requisitos foram preenchidos. Vencida essa etapa, o Presidente da Comissão encaminha a denúncia ao Presidente da Câmara dos Deputados para ser numerada como Representação e distribuída à Comissão, nos termos de despacho exarado pelo presidente da Câmara dos Deputados.

Retornando a Representação à Comissão, seu Presidente designa um membro para relatar a matéria. O Relator deverá apresentar parecer, o qual será apreciado pelo Colegiado da Comissão.

REQUERIMENTOS

Os requerimentos apresentados pelos Deputados dispõem sobre realização de audiências públicas, convocação para comparecimento de Ministros de Estado, solicitação de informações a Ministro de Estado, visitas técnicas e diligências, bem como sobre solicitação de informações a outros órgãos, e pedido ao Tribunal de Contas da União de informações e realização de inspeções e auditoria de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

▪ Requerimentos de Audiência Pública

Os requerimentos de audiência são convites a autoridades da Administração Pública Direta, Indireta ou Fundacional e da Sociedade Civil, ou a qualquer pessoa física ou jurídica que possa colaborar com a elucidação de fatos previamente determinados relacionados com o controle externo exercido pela Comissão. Nesses casos não há obrigatoriedade de comparecimento do convidado.

▪ Requerimentos de Convocação de Ministro de Estado

Os requerimentos de convocação de Ministro de Estado propõem o seu comparecimento para prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado. Nesse caso, o Ministro é obrigado a comparecer à Comissão em data e hora definidas pelo Presidente da Comissão, incorrendo em crime de responsabilidade sua ausência sem justificativa adequada, aceita pelo Colegiado da Comissão.

▪ Requerimentos de Informação

Os requerimentos de informação, conforme dispõe o art. 116 do Regimento Interno, combinado com § 2º do art. 50 da Constituição Federal, somente poderão tratar de ato ou fato na área de competência do Ministério, incluídos os órgãos ou entidades da Administração Pública Indireta sob sua supervisão.

A norma Constitucional dispõe, ainda, que, com relação a Requerimento de Informações a Ministro de Estado, importa em crime de responsabilidade a recusa ou o não-atendimento das informações no prazo de trintas dias, bem como a prestação de informações falsas.

▪ **Requerimentos de Auditoria ao Tribunal de Contas da União**

Requerimentos que solicitam ao Tribunal de Contas da União a realização de diligências, perícias, inspeções e auditorias, após serem aprovados pelo Colegiado da Comissão, são encaminhados àquela Corte de Contas para atendimento da solicitação.

Concluídos os trabalhos, o Tribunal de Contas envia os resultados à Comissão, que dá ciência aos seus membros e encaminha cópia ao autor da proposição para conhecimento.

SUGESTÕES DE EMENDA AOS PROJETOS DE LEIS ORÇAMENTÁRIAS

Na esfera federal¹, o Governo ordena suas ações com a finalidade de atingir objetivos e metas por meio do Plano Plurianual (PPA), um plano de médio prazo elaborado no primeiro ano de mandato do Presidente eleito, para execução nos quatro anos seguintes. O PPA é instituído por lei, estabelecendo, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da Administração Pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para aquelas referentes programas de duração continuada. Os investimentos cuja execução seja levada a efeito por períodos superiores a um exercício financeiro, só poderão ser iniciados se previamente incluídos no PPA ou se nele incluídos por autorização legal. A inobservância deste preceito caracteriza crime de responsabilidade.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias tem a finalidade precípua de orientar a elaboração dos orçamentos fiscal e da seguridade social e de investimento das empresas estatais. Busca sintonizar a Lei Orçamentária Anual (LOA) com as diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidas no PPA.

A LDO, conforme parágrafo 2º do art. 165 da Constituição Federal, compreenderá as metas e prioridades da Administração Pública, incluindo as despesas

¹ Fonte: <http://www.stn.fazenda.gov.br/>

de capital para o exercício financeiro subsequente; orientará a elaboração da LOA; disporá sobre as alterações na legislação tributária; e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

A LOA visa concretizar os objetivos e metas propostas no PPA, segundo as diretrizes estabelecidas pela LDO.

A proposta da LOA compreende os três tipos distintos de orçamentos da União: a) Orçamento Fiscal; b) Orçamento de Seguridade Social; e c) Orçamento de Investimento das Empresas Estatais.

Os projetos de lei relativos ao PPA, LDO E LOA são elaborados pelo Poder Executivo e submetidos à apreciação do Congresso Nacional. É lícito à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle a apresentação de emendas a esses projetos de lei. Os parlamentares apresentam suas sugestões de emendas ao colegiado da Comissão. Aquelas aprovadas passam a tramitar como emendas da Comissão junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

PROPOSIÇÕES APRECIADAS

PROPOSTAS DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

PFC 112/05, do deputado Luiz Carlos Hauly, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle solicite auditoria especial à Controladoria-Geral da União (CGU) e ao Tribunal de Contas da União (TCU) para a apuração de denúncias de prejuízos, gestão temerária dos recursos alocados ao Banco Popular do Brasil e os critérios de fiscalização adotados pelo Banco Central do Brasil com referência a créditos considerados irrecuperáveis".

Aprovado, em 13/3/2013, relatório final do deputado Carlos Magno, pelo encerramento e arquivamento por ter alcançado seus objetivos.

PFC 6/07, do deputado Duarte Nogueira, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle na Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero), no que concerne às obras realizadas no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo – SP, no período de 2000 até a presente data".

Aprovado, em 16/10/2013, relatório final do deputado Luiz Sérgio, pelo encerramento e arquivamento, tendo em vista que o Tribunal de Contas da União respondeu as questões formuladas no Plano de Execução e Metodologia de Avaliação constante do relatório prévio desta PFC.

PFC 43/08, do deputado Dr. Pinotti, que "propõe que a Comissão de Fiscalização e Controle realize ato de fiscalização sobre as medidas adotadas pela Agência Nacional de Saúde para assegurar o ressarcimento dos Planos de Saúde às operadoras do Sistema Único de Saúde (SUS)".

Aprovado, em 13/11/2013, relatório final do deputado Hugo Motta, pelo encerramento e arquivamento.

PFC 60/08, do deputado Dr. Pinotti, que "propõe que a Comissão de Fiscalização e Controle realize ato de fiscalização sobre os recursos federais destinados à aquisição, controle e manutenção dos mamógrafos na rede pública de saúde e na rede conveniada".

Aprovado, em 5/6/2013, relatório final do deputado Ademir Camilo, pelo encerramento e arquivamento.

PFC 77/09, da deputada Sueli Vidigal, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), fiscalize todos os repasses de recursos, contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres realizados entre o Governo Federal e o Aeroporto de Vitória, no Estado do Espírito Santo".

Aprovado, em 27/3/2013, relatório final do deputado Anthony Garotinho, pelo encerramento e arquivamento, por ter alcançado os objetivos.

PFC 101/09, do deputado João Magalhães, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, realize Proposta de Fiscalização e Controle (PFC) para fiscalizar os atos supostamente danosos ao fisco brasileiro, evasão de divisas, bem como suspeita de fraudes em licitações praticadas pelas empresas: Airosaru Drilling LLC, Soratu Drilling LLC, e Bearfield Drilling LLC, todas sediadas no paraíso fiscal de Delaware, USA, em contratos realizados com a

Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A., conforme contrato anexo e sempre na modalidade carta-convite, conforme justificado abaixo".

Aprovado, em 25/9/2013, relatório final do deputado Manuel Rosa Neca, pelo encerramento e arquivamento.

PFC 109/10 do deputado Moreira Mendes, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização nas obras, bem como nos respectivos contratos, projetos de engenharia, repasses de recursos e quaisquer outros instrumentos legais, contratuais ou contábeis, referentes às rodovias BR 364 e BR 429, no Estado de Rondônia".

Aprovado, em 5/6/2013, relatório prévio do deputado Wellington Roberto, pela implementação.

Audiência pública realizada em 29/10/2013, conforme plano de execução constante do relatório prévio.

PFC 115/10, do deputado Cleber Verde, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, promova fiscalização e auditoria com a finalidade de apurar a retificação publicada no *Diário Oficial* de 16/6/1978, que alterou o Decreto nº 81.240/78. Referido Decreto regulamenta as disposições da Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977".

Aprovado, em 7/8/2013, relatório prévio do deputado Edinho Bez, pela não-implementação.

PFC 129/10, do deputado Vanderlei Macris, que "propõe que a Comissão de Fiscalização e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União, realize ato de fiscalização e sobre as causas e consequências do erro da impressão dos cartão-resposta da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) do segundo semestre de 2010".

Aprovado, em 6/11/2013, relatório final do deputado Fernando Francischini, pelo encerramento e arquivamento.

PFC 14/11, do deputado Carlos Magno, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle com vistas a apurar as razões e consequências da paralisação das obras de esgotamento sanitário em Porto Velho, constantes do Programa de Aceleração do Crescimento PAC".

Aprovado, em 13/3/2013, relatório prévio do deputado Nilton Capixaba, pela implementação, contra o voto do deputado Edson Santos.

Enviado Requerimento de Informação ao Ministro das Cidades, solicitando as informações contidas no Plano de Execução e Metodologia de Avaliação do Relatório Prévio.

Recebida resposta do RIC em 08/05/2013.

PFC 15/11, do deputado Nelson Padovani, que "propõe que a Comissão de Fiscalização e Controle realize ato de fiscalização e controle com vistas a apurar os contratos que estabelecem os serviços terceirizados nos aeroportos brasileiros, onde praticam preços bem acima do mercado".

Aprovado, em 7/8/2013, relatório final do deputado Vanderlei Macris, pelo encerramento.

PFC 26/11, do deputado Rubens Bueno, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) realize ato de fiscalização sobre a gestão de contratos do Programa Cultura Viva, no qual estão inseridos os Pontos de Cultura, com o objetivo de verificar o cumprimento dos contratos e o cronograma dos pagamentos dos Pontos de Cultura já realizados e a se realizar".

Aprovado, em 5/6/2013, relatório prévio do deputado Edson Santos, pela não-implementação.

PFC 28/11, do deputado Aureo, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União e o Ministério Público Federal, realize ato de fiscalização e controle sobre a aplicação de todos os recursos repassados pelo Governo Federal, para o Município de Duque de Caxias, no Estado do Rio de Janeiro, no âmbito de todos os ministérios, no período compreendido entre 01 de janeiro de 2009 até a presente data".

Aprovado, em 10/7/2013, relatório prévio do deputado Fernando Francischini, pela implementação.

Enviada cópia do Relatório Prévio ao Tribunal de Contas da União em 22/07/2013.

Recebida resposta do TCU em 20/08/2013.

PFC 32/11, do deputado Rubens Bueno, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) realize atos de fiscalização das atividades administrativas desenvolvidas pela Ordem dos Músicos do Brasil, Autarquia Federal criada pela Lei nº 3.857, de 22 de dezembro de 1960, e, em sendo constatadas irregularidades ou ilicitudes, realize auditoria em conjunto com o Tribunal de Contas da União (TCU) e demais órgãos responsáveis, para que se possam aplicar todas as medidas punitivas cabíveis".

Aprovado, em 10/7/2013, relatório prévio do deputado Valtenir Pereira, pela implementação.

Enviada cópia do Relatório Prévio ao Tribunal de Contas da União em 22/07/2013.

Recebida resposta do TCU em 07/10/2013.

PFC Nº 34/11, do deputado Jorge Boeira, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União e a Controladoria Geral da União, realize ato de fiscalização e controle sobre a aplicação dos recursos do Fundeb repassados pelo Governo Federal ao Estado de Santa Catarina".

Aprovado, em 7/8/2013, relatório prévio do deputado Ademir Camilo, pela não-implementação.

PFC 36/11, do deputado Rubens Bueno, que "propõe ato de fiscalização sobre a gestão dos contratos de obras realizadas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte e a

VALEC Engenharia, Construção e Ferrovias". (Apensados: PFC 42/2011, PFC 38/2011 e PFC 92/2012)

Aprovado, em 4/12/2013, relatório prévio do deputado Akira Otsubo, pela implementação desta.

PFC 43/11, do deputado Rubens Bueno, que "propõe que o Tribunal de Contas da União (TCU) realize atos de fiscalização e controle em todos os contratos firmados entre o Banco do Brasil e as empresas Rede Brasil Gestão de Ativos, Cercred e BNS Bureaux, bem como sobre os serviços deles decorrentes".

Aprovado, em 5/6/2013, relatório prévio do deputado Nilton Capixaba, pelo arquivamento desta PFC.

PFC 46/11, do deputado Vanderlei Macris, "com base no art.100, § 1º, combinado com os arts. 60, inciso II, e 61 do Regimento Interno, proponho a Vossa Excelência que, ouvido o Plenário desta Comissão, se digne adotar as medidas necessárias para que, com auxílio do Tribunal de Contas da União e da Controladoria Geral da União, realize ato de fiscalização sobre a legalidade do repasse feito pelo Governo Federal, de R\$ 6,2 milhões, ao Sindicato Nacional das Associações de Futebol Profissional e suas Entidades Estaduais de Administração e Ligas (Sindafebol), para o projeto Torcida Legal, a ser implantado como parte dos preparativos da Copa do Mundo de 2014, e os motivos do porque que nunca saiu do papel". RELATOR: Deputado EDINHO BEZ.

Aprovado, em 12/6/2013, relatório prévio do deputado Edinho Bez, pela não-implementação.

PFC 51/11, do deputado. Arnaldo Jordy, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) realize atos de fiscalização junto ao Ministério do Trabalho e Emprego, bem como junto ao Ministério da Aquicultura e Pesca, para investigar a ocorrência de fraude no pagamento do seguro-defeso, ou no cadastramento dos beneficiários da chamada "bolsa-pescador", e em sendo constatadas irregularidades ou ilicitudes, que proceda auditoria em conjunto com o Tribunal de Contas da União (TCU) e demais órgãos competentes, para que se possam aplicar as medidas punitivas e reparadoras cabíveis".

Aprovado, em 20/11/2013, relatório prévio do deputado Carlos Magno, pela não-implementação.

PFC 52/11, do deputado Vanderlei Macris, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize ato de fiscalização e controle no Instituto Nacional de Reforma Agrária (Incra), integrante da estrutura administrativa do Ministério do Desenvolvimento Agrário, com vistas a verificar irregularidades em assentamentos de reforma agrária criados pelo órgão no Estado do Pará, no período de 2005 a 2011".

Aprovado, em 13/3/2013, relatório prévio do deputado Edson Santos, pela não-implementação da PFC, contra o voto em separado do deputado Vaz de Lima, apresentado em 9/8/2012.

PFC 56/11, do deputado Rubens Bueno, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) realize atos de fiscalização e controle, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), para apurar eventuais de irregularidades na gestão da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (APPA)".

Aprovado, em 25/9/2013, relatório final do deputado Vanderlei Macris, pelo encerramento e arquivamento.

PFC 57/11, do deputado Rubens Bueno, que "propõe ato de fiscalização, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, sobre contratação por parte do Inep de empresas da área de informática".

Aprovado, em 28/8/2013, relatório prévio do deputado Pedro Eugênio, pela não-implantação.

PFC 63/12, do deputado Nilson Leitão, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – com o auxílio do Tribunal de Contas da União – fiscalize e controle os atos do processo de compra do Banco Panamericano pela Caixa Econômica Federal".

Aprovado, em 13/3/2013, relatório prévio do deputado Edson Santos, pela não-implantação da PFC.

PFC 86/12, do deputado Fernando Francischini, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União e do Ministério Público Federal, realize ato de fiscalização e controle sobre a aplicação dos recursos repassados pelo Governo Federal para o Município de Adrianópolis (PR), no âmbito dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Integração Nacional e Ministério do Turismo, especificamente nos convênios respectivos MDA 752629/2010, MI 752932/2010 e MT 754963/2010 realizados no ano de 2010".

Aprovado, em 12/6/2013, relatório prévio do deputado Vanderlei Siraque, pela não-implantação.

PFC 89/12, do deputado Edmar Arruda, que "propõe auditoria especial do TCU – Tribunal de Contas da União, no sistema de tecnologia da informação empregado pela Caixa Econômica Federal nas loterias geridas e disponibilizadas pela instituição financeira pública".

Aprovado, em 5/6/2013, relatório prévio do deputado Edinho Bez, pela não-implantação.

PFC 108/13, do deputado Mendonça Filho, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle – com o auxílio do Tribunal de Contas da União – adote as medidas necessárias para realização de fiscalização e controle de despesas associadas à ampliação e modernização da fábrica de lubrificantes da Petrobras Distribuidora localizada em Duque de Caxias – RJ".

Aprovado, em 30/10/2013, relatório prévio do deputado Alexandre Santos, pela não-implantação.

PFC 139/13, do deputado Décio Lima, que "propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle realize, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), fiscalização do uso de recursos públicos federais repassados com a finalidade de pavimentar vias no município de Blumenau – SC, no período 2005/2012, para verificar a regularidade de sua aplicação".

Aprovado, em 13/11/2013, relatório prévio do deputado Hugo Motta pela implementação.

Enviada solicitação de Auditoria ao Tribunal de Contas da União em 19/11/2013 nos termos do relatório prévio.

PFC 112/13, do deputado Glauber Braga, que "propõe que Comissão de Fiscalização e Controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União, Controladoria Geral da União e do Ministério Público Federal, realize ato de fiscalização e controle nos Laboratórios do Lanagro do Ministério da Agricultura, existentes desde 1938, na cidade do Rio de Janeiro/RJ e que começaram a ser desmontados a partir do dia 14 de janeiro de 2013, em função das obras do entorno do Maracanã".

Aprovado, em 4/12/2013, relatório prévio do deputado Luiz Sérgio pela não-implementação e arquivamento.

PFC 126/13, do deputado Izalci, que "propõe à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle que fiscalize irregularidades no Programa Minha Casa Minha Vida em áreas federais do Distrito Federal prejudicando a população necessitada".

Aprovado, em 18/12/2013, relatório prévio do deputado Manoel Salviano pela implementação desta PFC

Enviada solicitação de Ato de Fiscalização ao Tribunal de Contas da União em 23/12/2013 nos termos do relatório prévio.

REPRESENTAÇÕES

REP 59/05, da Câmara Municipal da Estância de Bragança Paulista, que "apresenta denúncia de irregularidades existentes no empreendimento imobiliário denominado Residencial Berbari II, localizado no bairro de Uberaba, cidade de São Paulo".

Aprovado, em 10/4/2013, parecer do deputado Vanderlei Macris, pelo encerramento, arquivamento e encaminhamento de cópia do relatório final ao autor da proposição.

REP 9/07, do Dumar Park Estacionamentos S/C Ltda., que "solicita averiguação de prestação de serviços realizados pela empresa Pronto Wash nas dependências do Aeroporto Internacional de Recife – Guararapes / Gilberto Freire, autorizados pela Infraero".

Aprovado, em 13/3/2013, parecer do deputado Mendonça Filho, pelo encerramento, arquivamento e envio do relatório final ao autor da proposição.

REP 20/07, da Universidade Guarulhos, que "apresenta denúncia contra o Ministério da Educação acerca da pretensão da Universidade Guarulhos para o funcionamento do *campus* fora da sede, no município de São Paulo".

Aprovado, em 9/10/2013, parecer do deputado Vanderlei Macris, pelo encerramento e arquivamento.

REP 15/12, do vereador Professor Pierre, que "apresenta relatório final, voto do relator e anexos da comissão parlamentar de inquérito que apurou questões referentes à tragédia climática no município de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, as contratações dela decorrentes, bem como a utilização de recursos públicos".

Aprovado, em 18/12/2013, parecer do deputado Paulo Feijó, pelo encaminhamento da matéria ao Tribunal de Contas da União para as providências que se fizerem necessárias, e pelo arquivamento nessa Comissão.

Enviada cópia do Relatório Final ao Tribunal de Contas da União em 19/12/2013 nos termos do parecer.

REP 16/12, da Câmara Municipal de Iracemápolis, do Estado de São Paulo, que "encaminha cópia dos Autos da Comissão Parlamentar de Inquérito, acompanhado do Relatório Final aprovado pelo Plenário da Câmara Municipal de Iracemápolis, sobre possíveis irregularidades na execução do convênio realizado com a ONG Bola Pra Frente, para execução do Programa Segundo Tempo".

Aprovado, em 5/6/2013, parecer do deputado Vanderlei Siraque, pelo arquivamento.

REQUERIMENTOS

REQ 401/13, do deputado Vanderlei Macris, que "solicita seja convocado o Sr. ministro da Saúde, Alexandre Padilha, para prestar esclarecimentos a esta Comissão sobre o aumento no número de casos de dengue registrados nas sete primeiras semanas de 2013 em comparação com o mesmo período do ano passado".

Aprovado com alteração: transformado em convite ao ministro da saúde para participar de audiência pública conjuntamente com a CSSF.

Audiência pública realizada em 3/4/2013.

REQ 402/13, dos deputados Vanderlei Macris e Carlos Sampaio, que "requerem seja convocada a Sra. ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, responsável pela Coordenação do PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, para prestar esclarecimentos sobre defeitos graves em obras recém-concluídas em onze rodovias federais, localizadas em nove Estados, constantes do PAC, conforme apontou recente auditoria do Tribunal de Contas da União".

Aprovado em 13/3/2013, com alteração: transformado em convite apenas ao Sr. Mauricio Muniz, secretário do PAC, para a audiência pública.

Audiência pública realizada em 3/7/2013.

REQ 403/13, do deputado Hugo Motta, que "requer a criação de Subcomissão, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, para acompanhamento e fiscalização dos recursos federais aplicados no combate à seca no Nordeste".

Aprovado em 13/3/2013.

Subcomissão instalada em 3/4/2013.

REQ 405/13, do deputado Edinho Bez, que "requer a realização de audiência pública com a Anatel e as empresas de telefonia: Claro, Oi, Tim, Vivo, GVT, Telemar e Net e o Tribunal de Contas da União para debater a qualidade dos sistemas de telefonia fixa e móvel do país".

Aprovado em 13/3/2013.

Audiência pública realizada em 9/4/2013.

REQ 406/13, do deputado Edinho Bez, que "convida o Ministério do Turismo para, em Audiência Pública, demonstrar ao colegiado da CFFC o funcionamento do Sistema de Acompanhamento dos Contratos de Repasse do Ministério do Turismo, um novo modelo de gestão que também pode ser adotado pelos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal".

Aprovado com alteração: foi acrescido convite ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome para falar sobre o mesmo tema em relação à sua Pasta.

Audiência pública realizada em 19/9/2013.

REQ 407/13, do deputado Edinho Bez, que "requer a realização de audiência pública com o Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), com representantes do Consórcio Camargo Corrêa-Artepa/M.Martins/Construbase, responsável por obras na BR 101-Trecho Sul Catarinense, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Pesada de Santa Catarina (Sintrapav) e também o Tribunal de Contas da União (TCU) para debater os

problemas que levaram a greve de funcionários que paralisou as obras da Ponte Anita Garibaldi, na BR-101, em Laguna – SC".

Aprovado em 13/3/2013, com alteração: a audiência pública será conjunta com a Comissão de Viação e Transportes.

Audiência pública realizada em 27/3/2013.

REQ 408/13, do deputado Edinho Bez, que "requer seja convidado o ministro das Cidades, Aguinaldo Ribeiro, para, em audiência pública, expor as metas da sua Pasta para 2013".

Aprovado em 13/3/2013, com alteração: convite ao Ministério das Cidades para audiência pública em conjunto com a Comissão de Desenvolvimento Urbano.

Audiência pública realizada em 19/6/2013.

REQ 409/13, do deputado Vanderlei Macris, que "requer sejam convidados os Srs. Aloizio Mercadante, ministro da Educação, e José Carlos Dias de Freitas, presidente do FNDE e responsável pelo Relatório Nº 16 de Avaliação da Execução de Programa de Governo da Controladoria-Geral da União (CGU), para prestar esclarecimentos acerca da execução do Programa Nacional de Tecnologia Educacional (ProInfo)".

Aprovado em 10/4/2013, com alteração: a audiência pública será conjunta com a Comissão de Educação, e foi incluído no rol de convidados o Sr. José Guilherme Moreira Ribeiro, diretor de Tecnologia do FNDE.

REQ 410, do deputado Vanderlei Macris, que "requer seja convocado o Sr. Jorge Hage Sobrinho, ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU) para prestar esclarecimentos acerca da Coletânea de Entendimentos - gestão de recursos das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Institutos que compõem a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica

Aprovado em 20/3/2013, com alteração: transformado em convite ao ministro Jorge Hage Sobrinho, para participar de audiência em conjunto com a Comissão de Educação.

Audiência pública realizada em 2/7/2013.

REQ 411/13, do deputado Carlos Magno, que "requer a realização de audiência pública conjunta da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), da Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF), da Comissão de Educação e Cultura (CEC), da Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM) e da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP), destinada a debater sobre a Certificação das Entidades Filantrópicas na área de Assistência Social".

Aprovado em 10/4/2013.

Audiência pública realizada em 21/5/2013.

REQ 412/13, do deputado Ademir Camilo, que "requer audiência pública para que seja tratado sobre a BR 381".

Aprovado em 13/3/2013, com alteração: incluído no debate as condições da BR 101 no Rio de Janeiro.

REQ 413/13, do deputado Ademir Camilo, que "requer audiência pública para que seja tratado sobre a Portaria Interministerial nº 3252/2012".

Aprovado em 13/3/2013, com alteração: retirado da lista de convidados o ministro da Justiça e incluído o senador Paulo Paim.

Audiência pública realizada em 10/4/2013.

REQ 414/13, do deputado Mendonça Filho, que "solicita a convocação do presidente do Banco Central do Brasil e dos ministros de Estado da Fazenda; do Planejamento, Orçamento e Gestão; e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, a fim de prestarem esclarecimentos sobre o fraco desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) no ano de 2012".

Aprovado em 13/3/2013, com alteração: transformado em convite apenas ao ministro da Fazenda para debater sobre o resultado econômico em 2012 e a os planos para 2013 em audiência pública conjunta com a CFT.

Audiência pública realizada em 26/6/2013.

REQ 415/13, do deputado Edson Santos, que "requer a realização de audiência pública para discutir os graves problemas que tem obstruído o regular fornecimento de energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro".

Aprovado em 20/3/2013, com alteração: inclusão no rol de convidados da Ampla Energia e Serviços S.A., concessionária de distribuição de energia elétrica no Rio de Janeiro.

Audiência pública realizada em 24/4/2013.

REQ 416/13, do deputado Edinho Bez, que "requer a criação de Subcomissão Especial para acompanhamento e fiscalização operacional dos serviços de telefonia fixa e móvel no Brasil".

Aprovado em 20/3/2013.

REQ 417/13, do deputado Carlos Brandão, que "requer a designação de um técnico do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), para a realização de uma visita, *in loco*, à BR 226, no trecho de 100 km que liga os municípios de Timon e Presidente Dutra, no Estado do Maranhão".

Aprovado em 20/3/2013.

Visita Técnica realizada em 9/5/2013.

REQ 418/13, do deputado João Pizzolatti, que "requer o convite ao diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e aos presidentes das empresas Avianca no Brasil, Azul Linhas Aéreas Brasileiras, Gol Linhas Aéreas Inteligentes, Passaredo Linhas Aéreas, Tam Linhas Aéreas S/A e Trip Linhas Aéreas, para prestarem esclarecimentos sobre o aumento dos preços e cobrança de multas abusivas pela remarcação ou reembolso das passagens aéreas".

Aprovado em 27/3/2013, com alterações: mesma audiência pública será realizada para atender ao REQ 418/13 e ao REQ 420/13; a Trip Linhas aéreas foi excluída do rol de convidados, uma vez que pode ser representada pela Azul Linhas Aéreas.

REQ 419/13, do deputado Mendonça Filho, que "solicita informações ao Sr. ministro de Estado da Educação acerca dos critérios utilizados na correção da redação do Enem"

Aprovado em 27/3/2013.

Recebida a resposta ao RIC em 10/6/2013.

REQ 420/13, do deputado Edio Lopes, que "solicita que sejam convidados o Sr. Marcelo Pacheco dos Guarany's, diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação Civil, o Sr. Marco Antônio Bologna, presidente da Tam Linhas Aéreas, e o Sr. Paulo Sérgio Kakinoff, presidente da Gol Linhas Aéreas, para prestar esclarecimentos sobre o preço de passagens aéreas e os serviços relacionados ao embarque de bagagens".

Aprovado em 27/3/2013, com alteração: mesma audiência pública será realizada para atender ao REQ 418/13 e ao REQ 420/13.

REQ 421/13, do deputado Mendonça Filho (MPV 579/2012), que "solicita a convocação do ministro de Minas e Energia, Sr. Edison Lobão, a fim de prestar esclarecimentos sobre o apoio financeiro pelo Tesouro Nacional às distribuidoras de energia elétrica".

Aprovado em 10/4/2013, com alteração: transformado em requerimento de informação aos ministros de Minas e Energia e da Fazenda.

Recebida resposta do RIC em 07/02/2013.

REQ 422/13, dos deputados Valtenir Pereira e Glauber Braga, que "solicita que seja convidado o Sr. Bernardo Ramos Ariston, superintendente do Mapa no Rio de Janeiro; o Sr. Alfredo José Morandini Vila, chefe do Lanagro do Rio de Janeiro (Slav); o Sr. Ricardo Aurélio Pinto do Nascimento, Coordenador do Laboratório Nacional Agropecuário em Minas Gerais (Lanagro-MG) e do Serviço Laboratorial Avançado do Rio de Janeiro (Slav-RJ); o Sr. Ernesto do Nascimento Viegas, Coordenador Geral de Apoio Laboratorial (CGAL/SDA/Mapa); o Sr. Jesus de Maria Gomes, responsável do POV-Slav-RJ; o Sr. Sergio Nicolau Bruno Freire, responsável pela seção de analítico-instrumental e cromatografia líquida e gasosa e a Sra. Rita de Cassia, responsável pelo laboratório de Microbiologia de alimentos, para comparecer a audiência pública nesta Comissão, a fim de prestar esclarecimentos sobre os fatos relacionados ao desmonte dos Laboratórios do Lanagro do Ministério da Agricultura, na cidade do Rio de Janeiro/RJ".

Aprovado em 17/4/2013.

Audiência pública realizada em 27/6/2013.

REQ 423/13, do deputado Vanderlei Macris, que "requer reunião de audiência pública, com a presença dos Srs. Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro, ministro das Cidades, Jorge Fontes Hereda, presidente da Caixa Econômica Federal, e Aduino Lucio Cardoso, pesquisador do Observatório das Metrópoles do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (Ippur/UFRJ), sobre a operacionalização e execução do Programa Minha Casa, Minha Vida".

Aprovado em 10/4/2013, com alteração: convite ao ministro das cidades e ao superintendente nacional de Habitação Social da Caixa para audiência pública conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Urbano.

REQ 424/13, do deputado Vanderlei Macris, que "requer sejam convidados o ministro de Estado da Saúde, Alexandre Padilha, o diretor-presidente da ANS – Agência Nacional de Saúde Suplementar, Sr. André Longo Araújo de Melo, e Representante do TCU – Tribunal de Contas da

União, para debaterem, em audiência pública, sobre a demora na análise das denúncias recebidas contra as empresas de planos de saúde".

Aprovado em 10/4/2013, com alteração: foi retirado o ministro da Saúde do rol de convidados.

Audiência pública realizada em 6/6/2013.

REQ 426/13, do deputado Edinho Bez, que "convida o Ministério das Minas e Energia e a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para, em audiência pública, debater a matriz energética brasileira e as constantes notícias publicadas na mídia nacional sobre a possibilidade do Brasil sofrer um apagão nas proximidades dos jogos da Copa do Mundo de 2014".

Aprovado em 5/6/2013.

Audiência pública realizada em 24/9/2013.

REQ 428/13, do deputado Edinho Bez, que "requer a realização de audiência pública conjunta com a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, para debater a atuação da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) em relação ao movimento sindical dos portuários contrários à Medida Provisória nº 595/2012 (MP dos Portos)".

Aprovado em 17/4/2013.

Audiência pública realizada em 17/4/2013.

REQ 429/13, do deputado Edinho Bez, que "requer a realização de audiência pública, conjunta com a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia, para ouvir e debater com o Ministro das Comunicações, a Anatel, as empresas de telefonia: Claro, Oi, Tim, Vivo, GVT, Telemar e Net e o Tribunal de Contas da União, a qualidade dos sistemas de telefonia fixa e móvel do país".

Aprovado em 17/4/2013.

Audiência pública realizada em 29/5/2013.

REQ 430/13, do deputado Hugo Motta, que "requer a visita técnica conjunta da Subcomissão de Combate à Seca, da CFFC, com a Comissão externa para acompanhar os Programas de Transposição e Revitalização do Rio São Francisco, do Senado Federal, destinada a acompanhar e fiscalizar as obras do Eixo Leste da Transposição".

Aprovado em 17/4/2013.

REQ 431/13, do deputado Carlos Brandão, que "em aditamento ao Requerimento nº 417/13, requer a presença de Consultor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira, para acompanhar a visita técnica à BR 226, no trecho de 100 km que liga os municípios de Timon e Presidente Dutra, no Estado do Maranhão".

Aprovado em 17/4/2013.

Visita Técnica realizada em 9/5/2013.

REQ 432/13, do deputado Vanderlei Macris, que "requer que sejam convidados os Srs. Marcelo Guarany, diretor-presidente da Agência Nacional de Aviação (Anac), Paulo Sérgio Kakinoff, presidente da Gol, e Marco Antonio Bologna, presidente da Tam, para comparecerem nesta

Comissão com vista a debater a matéria com o título "Gol pagará bônus a piloto que economizar combustível" do jornal *O Globo*, datada de 16/04/2013".

Aprovado em 17/4/2013.

REQ 433/13, do deputado Edinho Bez, que "solicita realização de seminário, em conjunto com as Comissões de Turismo e Desporto, de Viação e Transportes, e de Defesa do Consumidor, para tratar dos desafios que enfrenta a aviação no nosso país".

Aprovado em 24/4/2013

Seminário realizado em 22/05/2013

REQ 434/13, do deputado Mendonça Filho, que "solicita informações à Excelentíssima Ministra-chefe da Casa Civil, Senhora Gleisi Helena Hoffmann, sobre as atividades da Sra. Rosemary Noronha".

Aprovado em 8/5/2013, contra o voto do deputado Luiz Sérgio.

Recebida resposta do RIC em 17/07/2013.

REQ 435/13, do deputado Hugo Motta, que "requer informações ao ministro da Saúde sobre o Termo de Compromisso para Construção do Centro de Oncologia em Patos – PB, no valor de R\$ 7 milhões de reais, assinado em 2011".

Aprovado em 8/5/2013

Recebida resposta do RIC em 16/12/2013.

REQ 436/13, do deputado Hugo Motta, que "requer informações a Ministra do Desenvolvimento Social, sobre o andamento e execução dos programas para construção de cisternas nos estados do Nordeste desde 2011".

Aprovado em 8/5/2013, com alteração: incluído também pedido de informações sobre os programas no Semiárido mineiro.

Recebida resposta do RIC em 08/10/2013.

REQ 437/13, do deputado Sibá Machado, que "requer a realização de audiência pública para debater sobre os critérios para a composição de preços das passagens aéreas no país".

Aprovado em 8/5/2013, com alteração: primeiramente será encaminhado pedido de informações à Anac e às companhias aéreas e posteriormente feita audiência pública conjunta com as Comissões de Viação e Transportes (CVT), de Turismo e Deporto (CTD) e de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia (Cindra).

Recebida resposta da Gol-Linhas Aéreas em 27/05/2013.

REQ 438/13, do deputado Vanderlei Macris, que "solicita seja convocado o ministro do Turismo, Gastão Vieira, para prestar esclarecimentos sobre sua participação na 33ª Feira Internacional de Turismo de Cuba".

Aprovado, em 5/6/2013, com alteração: transformado em requerimento de informação.

Recebida resposta do RIC em 07/08/2013.

REQ 439/13, do deputado Vanderlei Macris, que "requer seja realizada reunião de audiência pública com os convidados que indica, para prestarem esclarecimentos a esta Comissão sobre fraudes na captação de recursos para escolas de samba de Londrina".

Aprovado, em 5/6/2013, com alteração: transformado em pedido de informação.

Recebida resposta da Caixa Econômica Federal em 26/07/2013.

Recebida resposta da Petrobrás em 11/11/2013.

REQ 440/13, do deputado Alexandre Santos, que "solicita realização de audiência pública para debate sobre suposto acordo proposto em desfavor do Fundo de Pensão Petros".

Aprovado em 5/6/2013.

REQ 441/13, dos deputados Vanderlei Macris e Carlos Sampaio, que "solicita a convocação do ministro-chefe da Secretaria Geral da Presidência da República, Sr. Gilberto Carvalho, para prestar esclarecimentos sobre a sindicância da Casa Civil que investigou a ex-secretária Rosemary Nóvoa de Noronha".

Rejeitado em 5/6/2013.

REQ 442/13, do deputado Vanderlei Macris, que "solicita a convocação do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Sr. Fernando Pimentel, para prestar esclarecimentos sobre memorando de entendimento entre Brasil e Cuba, para apoio financeiro e operacional para a modernização de 5 (cinco) aeroportos cubanos".

Rejeitado em 5/6/2013.

REQ 443/13, do deputado Edinho Bez, que "requer a extinção da Subcomissão Permanente de Acompanhamento, Fiscalização e Controle da Execução Orçamentária e Financeira do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC e do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV".

Aprovado em 5/6/2013.

REQ 444/13, do deputado Edinho Bez, que "requer a criação de Subcomissão Permanente, no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, para acompanhamento e fiscalização dos recursos públicos federais aplicados em obras inacabadas e também daquelas em execução no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC".

Aprovado em 5/6/2013.

Subcomissão instalada em 13/11/2013.

REQ 445/13, dos deputados Hugo Motta e Carlos Brandão, que "requer informações ao ministro da Integração Nacional, sobre o andamento e execução dos programas para o Combate a Seca nos estados do Nordeste desde 2011".

Aprovado em 5/6/2013.

Recebida resposta do RIC em 17/09/2013.

REQ 446/13, do Sr. Vanderlei Macris, que "solicita seja convocado o ministro da Pesca e Aquicultura, Sr. Marcelo Crivella, para prestar esclarecimentos sobre a denúncia de utilização de estrutura do Ministério que comanda para desenvolver projeto de criação de peixes na Organização Não Governamental Fazenda Nova Canaã, ligada a ele".

Aprovado em 5/6/2013, com alteração: transformado em requerimento de informação.

Recebida resposta do RIC em 13/08/2013.

REQ 447/13, dos deputados Vanderlei Macris e Otavio Leite, que "requer a realização de audiência pública nesta Comissão para debater o Modelo de Maturidade em Transparência Organizacional e o Selo de Transparência – garantia da aplicação das políticas de transparência de órgãos públicos e empresas privadas".

Aprovado em 12/6/2013 com alteração: o convite será feito apenas aos representantes da UniRio e da PUC-RJ.

Audiência pública realizada em 17/9/2013.

REQ 448/13, do deputado Ademir Camilo, que "requer audiência pública para que seja tratado sobre os requisitos de comprovação da condição de estudante para a aquisição dos ingressos para os jogos da Copa das Confederações Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014".

Aprovado em 12/6/2013, com alteração: transformado em convite ao ministro do Esporte e aos demais expositores.

REQ 453/13, dos deputados Vanderlei Macris e Izalci, que "requer audiência pública com os Srs. Aguinaldo Velloso Borges Ribeiro – ministro das Cidades, Jorge Fontes Hereda – presidente da Caixa Econômica Federal, e Cassandra Maroni Nunes, secretária de Patrimônio da União (SPU), para discussão acerca das irregularidades no Programa Minha Casa Minha Vida em áreas federais do Distrito Federal prejudicando a população interessada".

Aprovado em 5/6/2013 com alteração: será ouvido apenas o presidente da Caixa, na mesma audiência aprovada pelo Req 460/13, e foi excluído o termo "irregularidades" da ementa deste requerimento.

REQ 454/13, do deputado Fernando Francischini, que "requer que sejam convidados a Sra. Miriam Belchior, ministra de Estado do Planejamento, o Sr. Guido Mantega, ministro de Estado da Fazenda, o Sr. Arno Hugo Augustin Filho, secretário do Tesouro Nacional e o Sr. José Jorge, Ministro do Tribunal de Contas da União e relator do processo, para expor acerca da reportagem publicada em 29/05/2013 no sítio do jornal *Gazeta do Povo*".

Aprovado em 3/7/2013.

REQ 455/13, dos deputados Sibá Machado e Edson Santos, que "requer a realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União nos gastos com passagens aéreas e diárias dos ministros do Supremo Tribunal Federal".

Aprovado em 5/6/2013.

REQ 456/13, dos deputados Sibá Machado e Edson Santos, que "requer informações ao Supremo Tribunal Federal, sobre gastos com passagens aéreas e diárias dos ministros do STF entre os anos de 2009 e 2013"

Aprovado em 5/6/2013, com alteração: incluir pedido de informações ao MPU.

Recebida resposta do STF em 17/07/2013.

REQ 457/13, do deputado Edinho Bez, que "solicita ao Sr. ministro da Saúde informações sobre estudos realizados no âmbito desse Ministério, ou de seu conhecimento, sobre os malefícios do uso de telefones celulares para a saúde dos usuários e os riscos e os transtornos para as populações que residem nas proximidades de antenas de telefonia móvel".

Aprovado em 5/6/2013.

REQ 459/13, dos deputados Vanderlei Macris e Carlos Sampaio, que "solicitam seja convocado o ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, Wellington Moreira Franco, para prestar esclarecimentos sobre possíveis irregularidades nas obras dos aeroportos do Brasil".

Aprovado em 5/6/2013, com alteração: transformado em convite.

REQ 460/13, do deputado Sr. Akira Otsubo, que "requer a realização de audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle em conjunto com a Comissão de Seguridade Social e Família" (para tratar do *Programa Bolsa Família*).

Aprovado, em 5/6/2013, com a inclusão dos deputados Ronaldo Caiado, Vaz de Lima e Carlos Sampaio como coautores. A audiência tratará, além do Programa Bolsa Família, do Programa Minha Casa Minha Vida, tema incluído pelo Req. 453/13.

REQ 461/13, do deputado Mendonça Filho, que "solicita a convocação do ministro de Estado da Fazenda, Sr. Guido Mantega, a fim de prestar esclarecimentos sobre o fraco desempenho do Produto Interno Bruto (PIB), em 2012 e início de 2013".

Aprovado em 12/6/2013, com alteração: transformado em convite para audiência pública em conjunto com a CFT.

Audiência pública realizada em 26/6/2013.

REQ 462/13, do deputado Valtenir Pereira, que "solicita sejam convocados os ministros do Desenvolvimento Agrário, da Secretaria de Direitos Humanos, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome a fim de prestarem esclarecimentos acerca das consequências da desinstituição dos agricultores da gleba Suiá Missú, bem como sobre a adoção das providências necessárias para reduzir o sofrimento das famílias de trabalhadores".

Aprovado em 10/7/2013, com alteração: transformado em convite com a inclusão dos prefeitos de Alto da Boa Vista (MT) Bom Jesus do Araguaia (MT) São Félix do Araguaia (MT), Serra Nova Dourada (MT), Porto Alegre do Norte (MT) e Confresa (MT).

Audiência pública realizada em 21/8/2013.

REQ 463/13, do deputado Wellington Roberto, que "requer que sejam convidados o presidente da Mineradora Vale (antiga Companhia Vale do Rio Doce), Sr. Murilo Ferreira, e o presidente do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), Sr. Luciano Coutinho, bem como os sócios das empresas: Construtora Lacaia Ltda., Sr. Cezar Augusto Castro de Almeida; da Construtora Amarq

Ltda., Sr. Marcos Antonio Miranda, e o Sr. Waldir Pires, da empresa W.O. Engenharia Ltda., para prestarem esclarecimentos referentes às diversas denúncias sobre calotes e atrasos provocados pela Mineradora Vale (em desfavor das citadas prestadoras de serviços), bem como as denúncias de impactos socioambientais, violações de direitos humanos e trabalhistas cometidas pela citada Mineradora"

Aprovado em 12/6/2013.

Audiência pública realizada em 22/10/2013.

REQ 464/13, do deputado Wellington Roberto, que "requer a realização de audiência pública, com as presenças de representante da Superintendência de Seguros Privados (Susep), o Sr. superintendente Luciano Portal Santanna, de representantes do Ministério da Fazenda, de representantes do Banco Central do Brasil, de membro do Ministério Público Federal, de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo, do ex-liquidante da Companhia Internacional de Seguros (CIS), o Sr. Tupy Caldas de Moura, e do presidente do Sindicato de Corretores de Seguros do Rio de Janeiro, o Sr. Henrique Brandão"

Aprovado em 12/6/2013.

REQ 465/13, do deputado Nilton Capixaba, que "requer que sejam convidados a diretora-geral da Agencia Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP), a Sra. Magda Maria de Regina Chambriard e o servidor da mesma Agencia, o Sr. Pietro Adamo Mendes, para esclarecimentos sobre uma possível retaliação sofrida pelo servidor, após aplicar uma multa em desfavor da Empresa OGX"

Aprovado em 12/6/2013, com alteração: transformado em pedido de informação.

Recebida resposta da ANP em 23/07/2013.

REQ 466/13, do deputado Edinho Bez, que "requer a realização do IV Seminário Nacional de Fiscalização e Controle dos Recursos Públicos com o tema: O Papel das Agências Reguladoras e a Qualidade dos Serviços por elas regulados".

Aprovado em 12/6/2013.

Seminário realizado em 27/08/2013.

REQ 467/13, do Sr. Mendonça Filho, que "solicita a convocação da Exma. ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Sra. Ideli Salvatti Garcia, e do Exmo. ministro de Estado da Justiça, Sr. José Eduardo Martins Cardozo, para prestarem informações a respeito de supostas "chantagens" que o Governo Federal esteja sofrendo, em face de votações pendentes de apreciação por parte do Congresso Nacional".

Aprovado em 3/7/2013, com alteração: transformado em convite à ministra Ideli Salvatti, retirando-se a convocação do ministro da Justiça.

REQ 468/13, do Sr. Paulo Feijó, que "requer a realização de audiência pública para ouvir o Diretor-Geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres ANTT, Sr. Jorge Luiz Macedo Bastos, e representantes classistas dos segmentos ferroviários, para prestarem esclarecimentos sobre a fiscalização dos contratos de concessão e de arrendamento dos bens cedidos às concessionárias do serviço do transporte ferroviário de cargas".

Aprovado em 3/7/2013.

REQ 469/13, do Sr. Edinho Bez, que "requer sejam convidados a Controladoria Geral da União (CGU), o Tribunal de Contas da União (TCU) e as ONGs "Contas Abertas" e "Transparência Brasil" para debater a eficácia da Lei de Acesso à Informação Pública, Lei nº 12.527/2011".

Aprovado em 3/7/2013.

Audiência pública realizada em 12/11/2013.

REQ 470/13, do Sr. Fernando Francischini (PFC 35/2011), que "requer seja realizada reunião de Mesa Redonda já prevista no relatório prévio da PFC 35/2011, no sentido de debater e ouvir as empresas concessionárias da rodovia BR 376-BR101 no trecho Curitiba-Florianópolis, e os demais órgãos públicos participantes direta e indiretamente destas concessões e demais setores organizados da sociedade na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, com a finalidade de concluir o relatório final da aludida PFC de autoria do deputado Jorge Boeira".

Aprovado em 3/7/2013, com alteração: incluídas as Federações de Agricultura de Santa Catarina e do Paraná, a empresa Arteris S.A. e as prefeituras municipais de Florianópolis (SC), Biguaçu (SC), Palhoça (SC) e São José (SC).

Mesa Redonda realizada em 9/8/2013, no Plenarinho da Assembleia Legislativa do Paraná.

REQ 471/13, do Sr. Edinho Bez, que "requer visita técnica dos membros do Grupo de Trabalho Visando Nova Regulamentação do Setor de Telecomunicações aos Centros Gerenciais e *Call Centers* das operadoras de telefonia instalados em vários estados da Federação".

Aprovado em 10/7/2013.

Visitas Técnicas realizadas pelos membros do GT no mês de agosto.

REQ 472/13, dos deputados Glauber Braga e Valtenir Pereira, que "requer a realização de audiência pública com o objetivo discutir o aumento da tarifa de energia elétrica no Estado do Rio de Janeiro".

Aprovado em 10/7/2013.

REQ 473/13, do deputado Edinho Bez, que "requer sejam convidados os ministros das Relações Exteriores, Antonio Patriota; da Defesa, Celso Amorim; das Comunicações, Paulo Bernardo; e do Gabinete de Segurança Institucional (GSI), José Elito Carvalho Siqueira; além do embaixador americano, Thomas Shannon, e o Sindtelebrasil, Sindicatos das Operadoras de Telefonia, para falarem sobre a possibilidade de cidadãos brasileiros serem monitorados pela NSA (National Security Agency), Agência Nacional de Segurança dos Estados Unidos da América".

Aprovado em 10/7/2013, com alteração: a reunião será conjunta com a Comissão de Ciência e Tecnologia e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Audiência pública realizada em 14/8/2013.

REQ 474/13, do deputado Vaz de Lima, que "solicita a realização de audiência pública para discutir os empréstimos do BNDES e da Caixa Econômica Federal às empresas do grupo EBX".

Aprovado em 7/8/2013, com alteração: transformado em pedido de informações.

Recebida resposta do RIC em 19/11/2013.

REQ 475/13, do deputado Vanderlei Macris, que "requer sejam prestadas informações pela Anatel e pela Vivo acerca da matéria publicada no jornal *Estado de São Paulo* datada de 10/07/13".

Aprovado em 7/8/2013

Recebida resposta da Anatel em 03/10/2013.

REQ 476/13, do deputado Rubens Bueno, que "requer que se determine a realização de auditoria pelo Tribunal de Contas da União, com vistas a apurar irregularidades no uso de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) constantes do Relatório de Fiscalização da Controladoria-Geral da União (CGU)"

Aprovado em 7/8/2013.

Recebida resposta da Anatel em 13/08/2013.

REQ 477/13, do deputado. Fernando Francischini, que "requer informações à Exma. Sra. ministra de Estado chefe da Casa Civil, sobre a suposta utilização de avião particular em missão oficial".

Aprovado em 28/8/2013.

Recebida resposta do RIC em 22/11/2013.

REQ 479/13, do deputado Eduardo Cunha, que "solicita realização de audiência pública para esclarecimentos sobre denúncia veiculada pela revista *Época*, na data de 10 de agosto de 2013".

Aprovado em 28/8/2013.

REQ 480/13, do deputado Edio Lopes, que "solicita realização de audiência pública para esclarecimentos sobre denúncia veiculada pela revista *Época*, na data de 10 de agosto de 2013".

Aprovado em 28/8/2013.

REQ 481/13, do deputado Akira Otsubo, que "solicita realização de audiência pública para esclarecimentos sobre denúncia veiculada pela revista *Época*, na data de 10 de agosto de 2013".

Aprovado em 28/8/2013.

REQ 482/13, dos deputados Vanderlei Macris e Carlos Sampaio, que "requer que sejam convidados para reunião de audiência pública sobre denúncias de desvio de recursos da Petrobras para a campanha da então candidata petista, Dilma Rousseff, em 2010, o Sr. José Sergio Gabrielli de Azevedo, ex-presidente da Petrobras, e o Sr. João Augusto Rezende Henriques".

Rejeitado em 18/9/2013.

REQ 483/13, do deputado Mendonça Filho, que "solicita a convocação da Exma. ministra da Secretaria de Relações Institucionais, Sra. Ideli Salvatti Garcia, para prestar informações a respeito de supostas "chantagens" que o Governo federal esteja sofrendo, em face de votações pendentes de apreciação por parte do Congresso Nacional".

Aprovado em 18/9/2013, com alteração: transformado em requerimento de informação.

REQ 485/13, do deputado Wellington Roberto, que "solicita informações ao Sr. ministro de Estado da Previdência Social, no que tange às recentes notícias veiculadas pela mídia, mormente, as respectivas à liquidação do Banco BVA, bem como dos prejuízos causados a diversas instituições financeiras, em virtude da aludida transação".

Aprovado em 28/8/2013.

Recebida resposta do RIC em 30/10/2013.

REQ 486/13, do deputado Vanderlei Macris, que "requer a realização de audiência pública, no âmbito desta Comissão, para debater a utilização dos cartões de crédito corporativos pelos órgãos do Governo Federal".

Rejeitado em 18/9/2013.

REQ 489/13, dos deputados Vanderlei Macris e Nilson Leitão, que "requer a convocação da Ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, para tratar, no âmbito desta Comissão, a utilização dos cartões de crédito corporativos pelos órgãos do Governo Federal".

Aprovado em 18/9/2013, com alteração: transformado em requerimento de informação.

Recebida resposta do RIC em 19/11/2013.

REQ 490/13, do deputado Edinho Bez, que "requer a realização de reunião de audiência pública com os prefeitos de municípios sedes de usinas hidroelétricas e alagados, na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, para debater projetos de seus interesses".

Aprovado em 28/8/2013.

REQ 491/13, do deputado Mendonça Filho, que "solicita a convocação do Sr. ministro de Estado da Saúde, a fim de prestar esclarecimentos acerca da contratação de médicos oriundos de Cuba, para atuarem no Programa "Mais Médicos", do Governo Federal".

Aprovado em 28/8/2013, com alteração: transformado em convite ao ministro da Saúde.

REQ 492/13, do deputado Fernando Francischini, que "requer sejam convocados a Exma. Sra. ministra de Estado chefe da Casa Civil Gleisi Hoffmann e o ministro chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, general-de-Exército José Elito Carvalho Siqueira, a fim de prestar os esclarecimentos necessários sobre a nomeação do Sr. Eduardo Gaievski, bem como a condução do próprio Sr. Eduardo Gaievski caso esteja encarcerado".

Aprovado em 28/8/2013, com alteração: transformado em requerimento de informação.

Recebidas respostas dos RIC em 19 e 20/11/2013.

REQ 493/13, do deputado Vanderlei Macris, que "requer que seja convidado o Sr. João Batista de Rezende, presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), para comparecer nesta Comissão com vista a debater a matéria com o título 'Brechas em sites do Bradesco e do Banco do Brasil expõem milhões de clientes' do jornal *Folha de São Paulo*, publicada no dia 26/08/2013".

Aprovado em 9/10/2013, com alteração: transformado em pedido de informações.

Recebida resposta da Anatel em 01/11/2013.

REQ 494/13, do deputado Vanderlei Macris, que "requer que seja convidado o Sr. Luiz Carlos Trabuço Cappi, presidente do Bradesco, para comparecer nesta Comissão com vista a debater a matéria com o título "Brechas em sites do Bradesco e do Banco do Brasil expõem milhões de clientes" do jornal *Folha de São Paulo*, publicada no dia 26/08/2013".

Aprovado em 9/10/2013, com alteração: transformado em pedido de informações.

Recebida resposta do Bradesco em 07/11/2013.

REQ 495/13, do deputado Vanderlei Macris, que "requer que seja convidado um representante da empresa Moip, para comparecer nesta Comissão com vista a debater a matéria com o título "Brechas em sites do Bradesco e do Banco do Brasil expõem milhões de clientes" do jornal *Folha de São Paulo*, publicada no dia 26/08/2013".

Aprovado em 9/10/2013, com alteração: transformado em pedido de informações.

Recebida resposta da Moip em 18/12/2013.

REQ 496/13, do deputado Vanderlei Macris, que "requer que seja convidado o Sr. Alexandre Antonio Tombini, presidente do Banco Central, para comparecer nesta Comissão com vista a debater a matéria com o título "Brechas em sites do Bradesco e do Banco do Brasil expõem milhões de clientes", publicada no jornal *Folha de São Paulo*, do dia 26/08/2013".

Aprovado em 9/10/2013, com alteração: transformado em requerimento de informações.

Recebida resposta do Banco Central em 29/11/2013.

REQ 497/13, do deputado Vanderlei Macris, que "requer que seja convidado um representante da empresa Boa Vista Serviços – Consultas SCPC, para comparecer nesta Comissão com vista a debater a matéria com o título "Brechas em sites do Bradesco e do Banco do Brasil expõem milhões de clientes" do jornal *Folha de São Paulo*, publicada no dia 26/08/2013".

Aprovado em 9/10/2013, com alteração: transformado em pedido de informações.

Recebida resposta da empresa Boa Vista Serviços em 05/11/2013.

REQ 498/13, do deputado Vanderlei Macris, que "requer que seja convidado o Sr. Aldemir Bendine, Presidente do Banco do Brasil, para comparecer nesta Comissão com vista a debater a matéria com o título "Brechas em sites do Bradesco e do Banco do Brasil expõem milhões de clientes" do jornal *Folha de São Paulo*, publicada no dia 26/08/2013".

Aprovado em 9/10/2013, com alteração: transformado em pedido de informações.

Recebida resposta do Banco do Brasil em 25/11/2013.

REQ 500/13, do deputado Ademir Camilo, que "requer audiência pública para que seja tratado sobre a portaria interministerial nº 3252/2012".

Aprovado em 4/9/2013.

REQ 502/13, do deputado Carlos Brandão, que "requer Informações ao Exmo. Sr. ministro de Estado da Integração Nacional, sobre as ações de combate à seca no Nordeste e sobre o andamento das obras do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional"

Aprovado em 18/9/2013.

Recebida resposta do RIC em 16/12/2013.

REQ 503/13, do deputado Carlos Brandão, que "requer a visita técnica da Subcomissão de Combate à Seca - CFFC para acompanhar as Obras de Transposição do Rio São Francisco".

Aprovado em 18/9/2013.

REQ 507/13, do deputado Carlos Magno, que " requer informações ao Sr. Edison Lobão – ministro de Minas e Energia, acerca da produção no Campo de Tubarão Azul, sem aprovação do Plano de Desenvolvimento, pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e da responsabilidade da ANP na aprovação da Declaração de Comercialidade.""

Aprovado em 18/9/2013.

Recebida resposta do RIC em 25/11/2013.

REQ 508/13, do deputado Carlos Magno, que "o Deputado Federal Carlos Magno apresenta requerimento à Comissão de Fiscalização e Controle para convidar o Sr. Sr. Carlos Alberto Freitas Barreto - Secretário da Receita Federal no Brasil, para participar de audiência pública, a fim de prestar informações sobre os procedimentos adotados por várias Superintendências da Receita Federal entre os dias 15 de Julho e 1º de agosto deste ano, concedendo Licença de Exploração de Centros Logísticos e Industrial Aduaneiros – Clias".

Aprovado em 16/10/2013.

Audiência pública realizada em 20/11/2013.

REQ 509/13, do deputado Carlos Magno, que "requer informações à Sra. Magda Chambriard, presidente da Agência Nacional de Petróleo, sobre as 43 usinas de etanol que estão efetivamente produzindo, no entanto segundo denúncia do sítio "novacana.com" estas não vêm cumprindo as regras da Agência Nacional de Petróleo, assim, não poderiam estar operando, enquanto o Ministério da Agricultura mostra que essas usinas estão efetivamente produzindo".

Aprovado em 18/9/2013.

Recebida resposta da ANP em 31/10/2013.

REQ 510/13, dos deputados Alexandre Santos e Colbert Martins, que "requer convidar o presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Jorge Bastos, e o presidente da concessionária das rodovias federais BR 116 e 324 ViaBahia, José Carlos Navas Fernandes".

Aprovado em 18/9/2013.

REQ 512/13, do deputado Fernando Francischini, que "requer que seja convocado o Sr. Manoel Dias, Ministro de Estado do Trabalho e Emprego para expor acerca dos últimos acontecimentos naquele Ministério, inclusive as prisões efetuadas pela Polícia Federal".

Aprovado em 18/9/2013, com alteração: transformado em convite ao ministro do Trabalho e Emprego.

Audiência pública realizada em 22/10/2013.

REQ 513/13, do deputado Vanderlei Macris, que "requer a convocação do ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, Sr. Jorge Hage, para prestar esclarecimentos sobre as providências adotadas por aludido órgão na apuração das denúncias de supostas irregularidades praticadas pelo ex-secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Emprego Paulo Roberto dos Santos Pinto, nas duas oportunidades em que ele ocupou o cargo".

Aprovado em 30/10/2013, com alteração: transformado em convite ao ministro-chefe da CGU.

Audiência pública realizada em 18/12/2013.

REQ 514/13, do deputado Edinho Bez, que "requer a realização do I Simpósio Sobre Maioridade Penal, com o tema: Impactos Sociais e Financeiros da Redução da Maioridade Penal".

Aprovado em 18/9/2013.

Seminário realizado em 12/12/2013.

REQ 515/13, do deputado Edinho Bez, que "requer a realização de reunião de audiência pública com os prefeitos de municípios sedes de Usinas Hidroelétricas e alagados para debate do PLC 315/2009 e do PLS 93/2012, que tratam da compensação financeira aos municípios, e do PL 4.404/2008, que visa alterar o limite de potência que caracteriza as Pequenas Centrais Hidroelétricas, dentre outros de interesse dos municípios em questão".

Aprovado em 18/9/2013.

REQ 520/13, do deputado Edinho Bez, que "requer participação de membros do Grupo de Trabalho Visando Nova Regulamentação do Setor de Telecomunicações no VI Seminário TelComp 2013".

Aprovado em 25/9/2013.

O GT participou do seminário ocorrido em 25/9/2013.

REQ 521/13, do deputado Edson Santos, que "solicita informações à Secretaria da Receita Federal acerca do recolhimento de impostos das empresas Google e Facebook no Brasil".

Aprovado em 9/10/2013.

Recebida resposta da RFB em 31/10/2013.

REQ 522/13, do deputado Edio Lopes, que "solicita realização de audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, para esclarecimentos sobre a exploração e exportação de nióbio no Brasil".

Aprovado em 16/10/2013.

Audiência pública realizada em 26/11/2013.

REQ 523/13, dos deputados Vanderlei Macris e Carlos Sampaio, que "solicita a realização de audiência pública com a presença do presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, Sr. Vinícius Marques de Carvalho, para que preste esclarecimento sobre a sua conduta de omitir, nos currículos que apresentou ao Senado Federal, com o fito de lastrearem os procedimentos destinados à apreciação de sua indicação para os cargos de conselheiro e de presidente do Cade, o fato de ter trabalhado no gabinete do deputado estadual Simão Pedro (PT/SP), que havia noticiado às autoridades, infrutiferamente até o ano de 2012, suspeitas de formação de cartel entre empresas que participaram de licitações no Estado de São Paulo, em detrimento do erário daquele ente federativo".

Aprovado em 11/12/2013, com alteração: transformado em pedido de informação.

Recebida resposta do CADE em 17/01/2014.

REQ 525/13, dos deputados Vanderlei Macris e Carlos Sampaio, que "solicita a convocação do ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Gilberto Carvalho, para prestar esclarecimentos sobre a conduta do presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, Sr. Vinícius Marques de Carvalho, que omitiu, nos currículos que apresentou ao Senado Federal, com o fito de lastrearem os procedimentos destinados à apreciação de sua indicação para os cargos de conselheiro e de presidente do Cade, o fato de ter trabalhado no gabinete do deputado estadual Simão Pedro (PT/SP), que havia noticiado às autoridades, infrutiferamente até o ano de 2012, suspeitas de formação de cartel entre empresas que participaram de licitações no Estado de São Paulo, em detrimento do erário daquele ente federativo".

Aprovado em 11/12/2013, com alteração: transformado em convite ao ministro Gilberto Carvalho.

REQ 528/13, do deputado Fernando Francischini, que "requer seja realizada reunião de audiência pública já prevista no relatório prévio da PFC 23/2011, no sentido de debater e ouvir as empresas concessionárias de rodovias federais, bem como demais órgãos públicos participantes

direta e indiretamente destas concessões e demais setores organizados da sociedade, com a finalidade de concluir o relatório final da aludida PFC, de autoria do deputado Ademir Camilo".

Aprovado em 16/10/2013.

REQ 529/13, do deputado Nilton Capixaba, que "requer informações ao Exmo. Sr. ministro de Estado da Educação, sobre o convênio celebrado com entidade SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina".

Aprovado em 9/10/2013.

Recebida resposta do RIC em 28/11/2013.

REQ 530/13, do deputado Nilton Capixaba, que "requer informações ao Exmo. Sr. ministro de Estado da Saúde, sobre os convênios firmados com entidade SPDM – Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina".

Aprovado em 9/10/2013.

Recebida resposta do RIC em 20/01/2014.

REQ 531/13, do deputado Nilton Capixaba, que "requer informações ao Exmo. Sr. ministro de Estado da Defesa, sobre os convênios celebrados com entidade OBDCCTCEA - Organização Brasileira para o Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Controle do Espaço Aéreo".

Aprovado em 9/10/2013.

Recebida resposta do RIC em 03/12/2013.

REQ 532/13, do deputado Nilton Capixaba, que "requer informações ao Exmo. Sr. ministro de Estado da Defesa, sobre os convênios celebrados com Fundação de Serviços de Defesa e Tecnologias de Processos".

Aprovado em 9/10/2013.

Recebida resposta do RIC em 9/1/2014.

REQ 533/13, do deputado Nilton Capixaba, que "requer informações ao Exmo. Sr. ministro de Estado do Desenvolvimento Social e Combate a Fome, sobre os convênios firmados com entidade Associação Programa um Milhão de Cisternas para o Semi-árido".

Aprovado em 9/10/2013.

Recebida resposta do RIC em 05/12/2013.

REQ 537/13, do deputado Edinho Bez, que "convida o Banco Central, a Febraban, bancos privados, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, as administradoras de Cartão de Crédito e o TCU para debater e esclarecer a continuação das altas taxas de juros e tarifas cobrados por alguns bancos, notadamente no saldo da fatura do Cartão de Crédito, da qual é efetuado apenas o pagamento mínimo e também no crédito rotativo".

Aprovado em 9/10/2013.

REQ 538/13, do deputado Akira Otsubo e outros, que "solicita a convocação do Sr. Moreira Franco, Secretário da Aviação Civil, para dar explicações acerca da limitação de participação de grupos no processo de privatização dos aeroportos de Confins e Galeão".

Aprovado em 16/10/2013, para realização de audiência conjunta com a Comissão de Finanças e Tributação.

Audiência pública realizada em 19/11/2013.

REQ 539/13, do deputado Ademir Camilo, que "requer a realização de audiência pública para discutir a nomeação dos excedentes do último concurso de Analista Tributário da Receita Federal".

Aprovado em 16/10/2013.

Audiência pública realizada em 5/11/2013.

REQ 540/13, do deputado Vaz de Lima, que "solicita seja convocado o ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, para prestar esclarecimentos sobre a exoneração de servidores da Secretaria de Controle Interno da Presidência da República (Ciset/PR)".

Aprovado em 11/12/2013, com alteração: transformado em convite ao ministro Gilberto Carvalho.

REQ 541/13, do deputado Mendonça Filho, que "requer sejam convidados o Sr. Edison Lobão, ministro de Estado de Minas e Energia, e a Sra. Maria das Graças Silva Foster, presidente da Petrobras, para prestar esclarecimentos sobre a venda de ativos no exterior pela Petrobras ao grupo BTG Pactual".

Aprovado em 30/10/2013, com alteração: transformado em requerimento de informações.

Recebida resposta do RIC em 23/01/2014.

REQ 542/13, do deputado Wellington Roberto, que "requer informações ao Sr General Jorge Ernesto Pinto Fraxe – diretor geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), acerca da realização do Processo Licitatório pelo Regime Diferenciado de Contratação – RDC Presencial nº 105/2013-00, que tem por objeto "Contratação de empresa visando o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e todas as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final da ponte sobre o Rio Madeira em Abunã e de seus acessos na BR-364/RO".

Aprovado em 30/10/2013

REQ 543/13, do deputado Nilton Capixaba, que "requer informações a Sra. Magda Chambriard – presidente da Agência Nacional de Petróleo, sobre os fundamentos que levaram a ANP cessar o pagamento dos subsídios de equalização dos custos de produção a que se refere a Resolução nº 10/99 do Conselho Interministerial do Açúcar e do Alcool – Cima".

Aprovado em 30/10/2013.

REQ 544/13, do deputado Alexandre Santos, que "requer que seja realizada reunião de audiência pública com representante do Ministério dos Transportes, representante do Tribunal de Contas da União (TCU), com o Sr. Luiz Macedo Bastos Otílio, diretor geral da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), e o Sr. Odílio de Jesus Ferreira, diretor geral da Autopista Fluminense S.A., concessionária da BR-101 entre Niterói e Espírito Santo, para prestarem

esclarecimentos acerca dos atrasos das obras de ampliação da rodovia, como é o caso da Avenida do Contorno, trecho inicial da BR-101 Norte".

Aprovado em 6/11/2013, com alteração: realizar visita técnica previamente à audiência pública, incluindo a Rodovia Presidente Dutra.

REQ 545/13, do deputado Hugo Motta, que "requer realização de audiência pública, com os representantes das empresas aéreas Tam, Gol, Avianca e Azul, com o ministro da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República e o diretor-presidente da Anac".

Aprovado em 13/11/2013, com alteração: inclusão do presidente da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear).

Audiência pública realizada em 18/12/2013.

REQ 546/13, do deputado Mendonça Filho, que "solicita a realização de audiência pública na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, a fim de discutirem-se denúncias veiculadas na imprensa de que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) monitorou diplomatas estrangeiros em embaixadas e respectivas residências situadas em solo nacional".

Aprovado em 6/11/2013, com alteração: a audiência pública será conjunta com a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDN), com a presença do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e do diretor geral da Abin.

Audiência pública realizada em 20/11/2013.

REQ 547/13, do deputado Renato Simões, que "requer que o Ministério da Cultura preste informações a esta Comissão, referente à prestação de contas, execução e regularidade do Convênio 454804 firmado com a Secretaria de Finanças do município de São Paulo".

Aprovado em 13/11/2013.

Recebida resposta do RIC em 8/1/2014.

REQ 548/13, do deputado Renato Simões, que "requer seja, convidado o Sr. Rodrigo Janot, procurador-geral da República, para prestar esclarecimentos sobre os procedimentos internos do órgão público para o ato de investigação e da recuperação dos ativos desviados do erário público federal, principalmente, quando o produto do crime se encontra em país estrangeiro".

Aprovado em 13/11/2013, com alteração: substituição do procurador-geral pelo procurador da República Vladimir Aras, da Secretaria de Cooperação Jurídica Internacional.

REQ 550/13, do deputado Renato Simões, que "requer que o Secretaria da Receita Federal do Brasil preste informações a esta Comissão, referentes a termo de convênio firmado com a Secretaria de Finanças do município de São Paulo".

Aprovado em 20/11/2013

REQ 551/13, do deputado Vanderlei Macris, que "solicita seja convocado o ministro-chefe da Controladoria-Geral da União, Sr. Jorge Hage, para prestar esclarecimentos sobre o desvio de recursos do programa Fome Zero, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e as providências eventualmente tomadas pelo órgão que chefia".

Aprovado em 4/12/2013, com alteração: transformado em convite.

Audiência pública realizada em 18/12/2013.

REQ 553/13, do deputado Edio Lopes, que "solicita que sejam convidados o Sr. José Carlos Cosenza, diretor de Abastecimento da Petrobrás S.A., e o Sr. Hélio Diniz, diretor geral de Operações da Potássio do Brasil, para prestar esclarecimentos sobre a pesquisa, a exploração e a produção de potássio, especificamente no Estado do Amazonas"

Aprovado em 20/11/2013, com alteração: sem a definição do nome do representante da Petrobras.

REQ 554/13, do deputado Carlos Brandão e outros, que "solicita seja convocado o ministro da Justiça, Sr. José Eduardo Cardozo, para prestar esclarecimentos sobre as circunstâncias em que se verificou a evasão de Henrique Pizzolato do território brasileiro e a atuação da Polícia Federal no caso".

Aprovado em 27/11/2013, com alteração: transformado em convite e realização de audiência pública em conjunto com a CSPCCO.

Audiência pública realizada em 4/12/2013.

REQ 556/13, do deputado Carlos Brandão, que "requer seja realizada visita técnica, seguida de mesa-redonda, à região do médio sertão maranhense, com a participação de um diretor e um técnico do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), com o objetivo de conhecer *in loco* a região e verificar a viabilidade da transposição do Rio Parnaíba, para perenização do Riacho Balseiro".

Aprovado em 4/12/2013, subscrito pelo deputado Edio Lopes.

REQ 557/13, do deputado Fernando Francischini, que "requer informações ao Exmo. Sr. ministro de Estado do Turismo acerca do Convênio nº 1732/2009/MTur".

Aprovado em 11/12/2013.

REQ 558/13, do deputado Edinho Bez, que "requer sejam convidados a Funai, o DNIT e o Ibama para esclarecer as pendências dos licenciamentos para a construção da quarta faixa na BR-101 – SC, na altura da localidade Morro dos Cavalos, no município de Palhoça – SC, e também debater a construção da Ferrovia Litorânea, conforme proposto no Projeto de lei nº 5945/2005, autorizado pelo Ministério dos Transportes e que até hoje não teve o projeto concluído".

Aprovado em 4/12/2013.

Audiência pública realizada em 17/12/2013.

REQ 559/13, do deputado Edio Lopes, que "solicita realização de audiência pública com representantes da AMG Mineração S/A para esclarecimentos sobre a produção e comercialização de nióbio e tântalo no Brasil".

Aprovado em 4/12/2013, com alteração: a CFFC também fará visita técnica às minas de nióbio no Brasil.

REQ 560/13, do deputado Carlos Brandão, que "solicita realização de audiência pública com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e com o Departamento Nacional de Produção Mineral para esclarecimentos sobre a produção e comercialização de nióbio e tântalo no Brasil".

Aprovado com alteração: inclusão da Abin e do serviço reservado do Exército no rol de convidados.

REQ 561/13 dos deputados Carlos Brandão e Edio Lopes, que "solicita ao Tribunal de Contas da União informações acerca das obras inacabadas no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC".

Aprovado em 4/12/2013.

REQ 564/13, do deputado Vanderlei Siraque, que "requer, nos termos regimentais, a realização de audiência pública para debater os prazos e os ritos de análise e autorização de novos defensivos agrícolas e a competitividade da cadeia produtiva desses produtos químicos".

Aprovado em 11/12/2013.

REQ 565/13, do deputado Ronaldo Caiado, que "solicita a convocação do Exmo. ministro-chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, Sr. Gilberto de Carvalho, a fim de prestar esclarecimentos acerca de entrevista concedida à revista *Veja* pelo Sr. Romeu Tuma Jr, ex-secretário nacional de Justiça, onde o mesmo denuncia, entre outras coisas, a utilização da estrutura oficial do Estado com objetivos adversos aos de sua competência".

Rejeitado em 11/12/2013.

REQ 568/13, do deputado Vanderlei Macris, que "solicita informações à Casa Civil da Presidência da República sobre o uso de cartões corporativos nos últimos cinco anos (2009 a 2013)".

Aprovado em 11/12/2013.

REQ 569/13, do deputado Vanderlei Macris, que "solicita informações ao Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o uso dos cartões corporativos nos últimos cinco anos (2009 a 2013)".

Aprovado em 11/12/2013.

REQ 570/13, do deputado Marcio Junqueira, que "requer seja realizada reunião de audiência pública para discutir a atuação do BNDES em operações de crédito no financiamento do grupo JBS e a idoneidade das garantias oferecidas".

Aprovado em 11/12/2013.

REQ 573/13, do deputado Edio Lopes, que "solicita que sejam incluídos convidados à audiência pública de que trata o Requerimento nº 553/2013-CFFC".

Aprovado em 18/12/2013. Subscrito pelo deputado Vanderlei Macris.

SUGESTÕES DE EMENDAS AO PROJETO DE LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA 2014 (PL Nº 2/2013-CN)

SLD Nº 1, do deputado Edinho Bez, ao texto da Lei, “acrescenta artigo para a adoção de planejamento estratégico pela Administração Pública e monitoramento dos riscos envolvidos nas ações necessárias para alcançar os objetivos e metas”;

SLD Nº 2, do deputado Edinho Bez, ao texto da Lei, “acrescenta artigo sobre custo global das obras”;

SLD Nº 3, do deputado Edinho Bez, ao texto da Lei, “acrescenta artigo sobre gestão fiscal: envio dos Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) ao Congresso Nacional e ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias após o final do quadrimestre”;

SLD Nº 4, do deputado Edinho Bez, ao texto da Lei, “acrescenta parágrafo no art. 86, para permitir correção monetária de valores unitários dos benefícios auxílio-alimentação ou refeição e assistência pré-escolar”;

SLD Nº 5, do deputado Edinho Bez, ao texto da Lei, “cria cadastro informatizado unificado de todas as obras e serviços de engenharia custeados com recursos dos orçamentos de que trata o artigo 165, § 5º, da Constituição Federal”;

SLD Nº 6, do deputado Edinho Bez, ao texto da Lei, “modifica a alínea b do inc. VIII do Anexo II – para considerar separadamente efeitos das desonerações tributárias no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC”;

SLD Nº 7, do deputado Edinho Bez, ao texto da Lei, “modifica o art. 107 para que os serviços sociais autônomos passem a divulgar anualmente as propostas orçamentárias e, mensalmente, dados e informações atualizados”;

SLD Nº 8, do deputado Edinho Bez, ao texto da Lei, “modifica o art. 40, §3º, III, para permitir o cancelamento de despesas discricionárias para suplementar despesas obrigatórias do GND1 e benefícios”;

SLD Nº 9, do deputado Edinho Bez, ao texto da Lei, “modifica o art. 87, inciso VI – inclui nas prioridades para as agências financeiras oficiais de fomento, a observância às diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional”; e

SLD Nº 10, do deputado Edinho Bez, ao texto da Lei, “modifica parágrafo 3º do art. 90 – proposições que tratem de renúncia de receita devem consignar objetivos, metas e indicadores para concessão de benefício de natureza tributária”.

Aprovadas em 7/8/2013.

- **SUGESTÕES DE EMENDAS AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2014 (PL Nº 9 /2013-CN)**

SOR Nº 1, do deputado Edinho Bez, de apropriação/acrécimo: “Fiscalização da aplicação dos recursos públicos federais” – Tribunal de Contas da União – R\$ 42.365.000;

SOR Nº 2, do deputado Edinho Bez, de apropriação/acrécimo: “Construção do Anexo IV: Escola Superior de Controle” – Tribunal de Contas da União – R\$ 16.000.000;

SOR Nº 3, do deputado Edinho Bez, de apropriação/acrécimo: “Implantação da Advocacia Pública Eletrônica – e-AGU” – Advocacia Geral da União – R\$ 200.000.000;

SOR Nº 4 do deputado Edinho Bez, de apropriação/acrécimo: “Fiscalização das Atividades Minerárias” – DNPM – R\$ 3.000.000; e

SOR Nº 6, do deputado Edinho Bez, de remanejamento/acrécimo: “Comunicação e divulgação institucional” – Tribunal de Contas da União – R\$ 2.000.000.

Aprovadas em 27/11/2013.

IV – SUBCOMISSÕES

As Comissões Permanentes podem constituir, sem poder decisório, nos termos do art. 29 do Regimento Interno, Subcomissões Permanentes e Subcomissões Especiais. No âmbito da Comissão Permanente, podem funcionar simultaneamente até três Subcomissões Permanentes e três Subcomissões Especiais.

A composição numérica da Subcomissão é fixada pelo Plenário da Comissão, respeitado o princípio de representação proporcional. A matéria apreciada em Subcomissão será objeto de relatório, sujeito a deliberação do Plenário da respectiva Comissão.

Nesta Sessão Legislativa a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle instalou trabalhos de 1 Subcomissão Permanente e de 1 Subcomissão Especial:

- [Subcomissão Especial da Seca](#)

Subcomissão Especial para Acompanhamento e Fiscalização dos Recursos Federais Aplicados no Combate à Seca no Nordeste. Instalada em 3/4/2013, fruto da aprovação do Requerimento nº 403/13, de autoria do Deputado Hugo Motta.



Subcomissão da Seca no Nordeste visita o Banco do Nordeste do Brasil em 9/5/2013..

Composição:

Presidente: Hugo Motta (PMDB/PB)

Vice-Presidente: Mendonça Filho (DEM/PE)

Relator: Carlos Brandão (PSDB/MA)

TITULARES	SUPLENTE
ADEMIR CAMILO (PSD/MG)	CARLOS BRANDÃO (PSDB/MA)
EDIO LOPES (PMDB/RR)	CARLOS MAGNO (PP/RO)
HUGO MOTTA (PMDB/PB)	GIROTO (PMDB/MS)
HUMBERTO SOUTO (PPS/MG)	MENDONÇA FILHO (DEM/PE)
WELLINGTON ROBERTO (PR/PB)	PEDRO EUGÊNIO (PT/PE)

- [Subcomissão de Obras Inacabadas e Pac](#)

Subcomissão Permanente de Acompanhamento e Fiscalização dos Recursos Públicos Federais Aplicados em Obras Inacabadas e também daquelas em Execução no Âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento. Instalada em 13/11/2013, fruto da aprovação do Requerimento nº 444/13, de autoria do Deputado Edinho Bez.



Subcomissão de Obras Inacabadas e PAC é instalada em 13/11/2013, na sala da Presidência da CFFC.

Composição:

Presidente: Carlos Brandão (PSDB/MA)

Relator: EDIO LOPES (PMDB/RR)

TITULARES	SUPLENTE
ADEMIR CAMILO (PROS/MG)	MENDONÇA FILHO (DEM/PE)
CARLOS BRANDÃO (PSDB/MA)	SÉRGIO BRITO (PSD/BA)
EDIO LOPES (PMDB/RR)	JOÃO PIZZOLATTI (PP/SC)
RENATO SIMÕES (PT/SP)	NILTON CAPIXABA (PTB/RO)
WELLINGTON ROBERTO (PR/PB)	STEPAN NERCESSIAN (PPS/RJ)
VALTENIR PEREIRA (PROS/MT)	SAGUAS MORAES (PT/MT)
VANDERLEI MACRIS (PSDB/SP)	

V – GRUPO DE TRABALHO DA TELEFONIA

O GRUPO DE TRABALHO VISANDO A NOVA REGULAMENTAÇÃO DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES foi instalado no âmbito da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle e da Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, conforme deliberado pelos plenários de ambas as comissões na Reunião de Audiência Pública conjunta no dia 29 de maio de 2013, que debateu a qualidade dos sistemas de telefonia fixa e móvel no país, em atendimento aos requerimentos n. 429/2013-CFFC e 286/2013-CINDRA.

O Grupo de Trabalho foi criado em 12 de junho deste ano, após reunião de Audiência Pública conjunta das comissões de Fiscalização Financeira e Controle e de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia, que debateu a qualidade dos sistemas de telefonia no Brasil. O objetivo do grupo foi estudar e apresentar sugestões para uma nova regulamentação do setor.

Desde a primeira reunião do grupo, em que foi definido o roteiro de trabalho, houve uma intensa rotina voltada às atividades do grupo. Foram feitas reuniões com o Ministério das Comunicações e com o TCU. Foi ouvida também a Anatel, o Confaz e a OAB.



O Grupo de Trabalho da Telefonia apresenta quatro projetos de lei ao Presidente da Câmara, Deputado Henrique Eduardo Alves.

Em missão oficial, o GT fez visitas técnicas aos Centros de Controle, de Operação, aos Call Centers e Centros de Engenharia de diversas operadoras, em suas instalações em Curitiba, em São Paulo e no Rio de Janeiro. E participou também do IV Seminário TelComp, onde estiveram reunidas autoridades do setor em debates profundos sobre o desenvolvimento das telecomunicações no país, sobre a macroeconomia do Brasil e investimentos.

Foram feitas audiências públicas e reuniões, inclusive com representantes das CPIs estaduais sobre a qualidade da prestação dos serviços de telefonia, e no Senado Federal também para tratar da qualidade dos serviços e os investimentos no setor de telecomunicações.

Após o intenso trabalho, e com a fusão das inúmeras propostas apresentadas pelos membros do grupo, o GT concluiu, nos termos do Relatório apresentado pelo deputado Jeronimo Goergen, relator do GT, pela apresentação de três projetos de lei e um projeto de lei complementar que representarão, após tramitação e aperfeiçoamento nesta Casa, um novo marco legal para o setor.

Composição:

Presidente: Dep. Edinho Bez

Relator: Dep. Jerônimo Goergen

MEMBROS DA CFFC	MEMBROS DA CINDRA
TITULARES	TITULARES
EDINHO BEZ	JERONIMO GOERGEN
CARLOS BRANDÃO	DR. LUIZ FERNANDO
MARÇAL FILHO	PLÍNIO VALÉRIO
VANDERLEI MACRIS	SIMPLÍCIO ARAÚJO
SUPLENTES	SUPLENTES
ROBERTO TEIXEIRA	CARLOS MAGNO
MANUEL ROSA NECA	MARCELO CASTRO
WELLINGTON ROBERTO	MARCIO JUNQUEIRA
ZOINHO	NILSON LEITÃO

Obs: O Deputado Cesar Halum, Coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Consumidores de Energia Elétrica, Combustível e Telefonia, participou como convidado.



REPRESENTANTES SETORIAIS	
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES	MAXIMILIANO MARTINHÃO DANIELLE SOUSA
SINDITELEBRASIL	RAQUEL ALMEIDA
VIVO	EDUARDO MACEDO ENYLSO CAMOLESI
TIM	ANDRÉ GUSTAVO ROSA PATRICK AZEVEDO
OI	MARCOS MESQUITA FABIO MARIMON
GVT	JOSÉ GONÇALVES NETO
NEXTEL	LUIS FERNANDO AMADEO
EMBRATEL / CLARO / NET	FABIO ANDRADE ANA HELENA
ANATEL	JOSÉ ALEXANDRE BICALHO NILO PASQUALI
TCU	MARCELO BARROS CUNHA CLAUDIO NOGUEIRA
CONSULTOR CÂMARA	FABIO LUIS MENDES

CORPO TÉCNICO DA COMISSÃO EM 2013



Secretário da Comissão: Luiz Paulo Pieri

Servidores:

André Gustavo de Lima Meira
Antonio Gomes de Aguiar Neto
Antonio Jacinto Filho
Antonio Ribamar Aguiar de Castro
Camila Emanuelle Galgane Costa
Denize Macedo Pereira Pinto
Eduardo Padilha Rodrigues
Emerson Paranhos Santos
Jackson da Silva Souza
Jair Francelino Ferreira
Marcelo Brandão Lapa
Marielle Orrigo Ferreira Mendes
Patrícia Maria Campos de Miranda
Tháisa Pereira de Mendonça

Pró-Adolescentes:

Bárbara Martins da Silva
Thiago Belarmino Alves Ribeiro